

DEBATES E DISCUSSÕES: AMPLIANDO OLHARES SOBRE A PESQUISA



ORGANIZADORAS:

JANETE WEBLER CANCELIER

HELENA MARIA BELING

MARIELEN PRISCILA KAUFMANN



**DEBATES E DISCUSSÕES:
AMPLIANDO OLHARES SOBRE A PESQUISA**

Janete Webler Cancelier

Helena Maria Beling

Marielen Priscila Kaufmann

[Organizadoras]

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Debates e discussões [livro eletrônico] :
ampliando olhares sobre a pesquisa /
organização Janete Webler Cancelier , Helena
Maria Beling , Marielen Priscila Kaufmann. --
1. ed. -- Santa Maria, RS : Arco Editores,
2021.
PDF

Vários colaboradores.
ISBN 978-65-994894-0-2

1. Ciências sociais 2. Cultura 3. Educação 4.
Pesquisa científica I. Cancelier, Janete Webler. II.
Beling, Helena Maria. III. Kaufmann, Marielen
Priscila.

21-65235

CDD-370.78

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa científica em educação 370.78

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

10.48209/978-65-994894-0-2

1ª Edição - Copyright© 2021 do/as autores/as.

CAPA

Arco Editores.

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Arco Editores.

REVISÃO

Dos/as Autores/as.

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerot e Silva
– UNIDAVI/SC
<http://lattes.cnpq.br/8318350738705473>

Profa. Msc. Jesica Wendy Beltrán
-UFCE- Colômbia
<http://lattes.cnpq.br/0048679279914457>

Profa. Dra Fabiane dos Santos Ramos -
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/0003382878348789>

Dr. João Riél Manuel Nunes Vieira de
Oliveira Brito -
UAL - Lisboa- Portugal.
<http://lattes.cnpq.br/1347367542944960>

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller
Germani -
UFFS- Passo Fundo/RS
<http://lattes.cnpq.br/7956662371295912>

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins -
UFFS - Chapecó/SC
<http://lattes.cnpq.br/9818548065077031>

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa -
UFN- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/2363988112549627>

Prof. Dr. Pedro Henrique Witches - UFES
- Vitória/ES
<http://lattes.cnpq.br/3913436849859138>

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin -
UFOB
<http://lattes.cnpq.br/3377502960363268>

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler -
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/5754140057757003>

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros -
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/1486004582806497>

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza -
UNISC- Santa Cruz do Sul/RS
<http://lattes.cnpq.br/4407126331414>

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS -
Porto Alegre/RS
<http://lattes.cnpq.br/7823646075456872>

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch -
UFSM- Palmeira das Missões/RS
<http://lattes.cnpq.br/0639803965762459>

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos
-UFU– Uberlândia/MG
<http://lattes.cnpq.br/4649031713685124>

Dr. Rafael Nogueira Furtado -
UFJF- Juiz de Fora/MG
<http://lattes.cnpq.br/9761786872182217>

Dra. Angelita Zimmermann -
UFSM- Santa Maria/RS <http://lattes.cnpq.br/7548796037921237>

Profa. Dra. Francielle Benini Agne
Tybusch –
UFN- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/4400702817251869>

APRESENTAÇÃO

O e-book Debates e discussões: ampliando olhares sobre a pesquisa apresenta debates sobre temáticas atuais no contexto da sociedade contemporânea em múltiplas áreas do conhecimento.

O capítulo *“A relação educação e sociedade: notas para não perder de vista”*, de Patrícia Costa Pereira da Silva, aponta a trajetória educacional dos diferentes desenvolvimentos teóricos sobre a relação entre educação e sociedade. A autora apresenta uma análise das diferentes concepções de educação, concentrando-se, sobretudo, nos estudos provenientes das áreas de Educação e da Sociologia. Apoiando-se no trabalho de Demerval Saviani, examina, de forma breve, a relação entre educação e sociedade sob a ótica das principais teorias presentes na obra do autor, a saber: teorias não-críticas, teorias crítico-reprodutivistas e teorias críticas.

O texto *“Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade no ensino fundamental I”*, de Kellen Bezerra de Carvalho e Carla Roseane de Sales Camargo, traz contribuições para a comunidade acadêmica e docentes que trabalham com crianças que possuem o Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Transtorno este que afeta o comportamento e o processo de aprendizagem dos portadores. O capítulo aborda o papel da escola e do professor, as implicações que acontecem no ambiente escolar, a importância de ajuda profissional e a necessidade do apoio familiar.

O capítulo *“Agricultura orgânica: contribuições para a saúde e o meio ambiente”*, de Mariana Gaida Viero e Adriano Cancelier analisa a percepção de agricultores familiares, que praticam agricultura orgânica, quanto aos possíveis benefícios desta prática para a saúde e meio ambiente. Os autores realizaram a pesquisa com os agricultores participantes da feira orgânica Primavesi realizada no município de Santa Maria-RS.

O texto *“A estrutura agrária do estado de Santa Catarina, uma análise histórico-geográfica”* de autoria de Ana Livia de Almeida Silva, apresenta as principais características da formação do espaço rural brasileiro, buscando a partir desta discussão compreender como ocorreu o processo de formação do espaço rural do estado de Santa Catarina, e como tal estrutura fundiária encontra-se atualmente configurada neste estado.

O capítulo *“Descarte de embalagens de agrotóxicos no município de Tiradentes do Sul-RS”* de autoria de Vanessa Raquel Brumelhaus, analisa o tema na perspectiva de que a Lei brasileira prevê que haja a devolução das embalagens, mas o que comumente é realizado pelos agricultores é a manutenção e o reuso dessas na propriedade rural, o que pode trazer inúmeros problemas para o meio ambiente e para a saúde das pessoas. No município estudado, duas cooperativas são as responsáveis pela comercialização e, portanto, recebimento destas embalagens. A autora constata que a maioria dos agricultores devolvem as embalagens, embora alguns ainda façam o descarte irregular.

O capítulo *“As relações de poder entre instituições participativas na arena da política de habitação popular em Porto Alegre”*, de Priscila Gualberto de Lima tem como tema as instituições participativas (IPs) e a política de habitação popular em Porto Alegre. A autora, estuda os conselhos ligados à gestão das políticas urbanas, mais especificamente os que estão vinculados à política de habitação popular.

O texto *“A nação, o Trump e o povo: a trindade do populismo popular-nacionalista neofascista da organização Qanon”*, dos autores Marcos Alexandre Fernandes Rodrigues e Luciana Saratt, apresenta o movimento discursivo propagandista fundado por esta página virtual de autoria da organização estadunidense QAnon (Q – doravante), abordando as relações e os sentidos construídos. O texto discute os reflexos e as refrações semânticas dos signos ideológicos mobilizados em articulação com perspectivas neofascistas e explora as recorrências temáticas e estilístico-composicionais do discurso da organização Q.

O capítulo *“Fontes orais resgatando o cotidiano de um colégio interno no início do século XX”*, de , Rosemary A. C. Marinho, aborda os relatos orais como uma ferramenta historiográfica. A autora procurou resgatar elementos do cotidiano da Escola Paroquial São José, que era no início do século XX um internato regido pela igreja católica. Para isso, se apoiou nos relatos orais de antigos estudantes e professores para recontar a história do cotidiano escolar no período em que a instituição funcionou como um internato. Dentre os resultados, a autora exalta os relatos orais como fundamentais para reconstruir a história da instituição e compreender as diferentes estratégias educacionais utilizadas.

SUMÁRIO

A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: NOTAS PARA NÃO PERDER DE VISTA.....9

PATRICIA COSTA PEREIRA DA SILVA

TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL I22

KELLEN BEZERRA DE CARVALHO

CARLA ROSEANE DE SALES CAMARGO

AGRICULTURA ORGÂNICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A SAÚDE E O MEIO AMBIENTE.....38

MARIANA GAIDA VIERO

ADRIANO CANCELIER

A ESTRUTURA AGRÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, UMA ANÁLISE HISTÓRICO-GEOGRÁFICA.....55

ANA LÍVIA DE ALMEIDA SILVA

DESCARTE DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE TIRADENTES DO SUL-RS.....71

VANESSA RAQUEL BRUMELHAUS

AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS NA ARENA DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO POPULAR EM PORTO ALEGRE.....82

PRISCILA GUALBERTO DE LIMA

**A NAÇÃO, O TRUMP E O POVO: A TRINDADE DO
POPULISMO POPULAR-NACIONALISTA NEOFASCISTA
DA ORGANIZAÇÃO QANON.....106**

MARCOS ALEXANDRE FERNANDES RODRIGUES

LUCIANA SARATT

**FONTES ORAIS RESGATANDO O COTIDIANO DE UM
COLÉGIO INTERNO NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....120**

ROSEMERY A. C. MARINHO

SOBRE OS ORGANIZADORES

JANETE WEBLER CANCELIER.....120

HELENA MARIA BELING.....120

MARIELEN PRISCILA KAUFMANN.....121

A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: NOTAS PARA NÃO PERDER DE VISTA

Patricia Costa Pereira da Silva¹

1 Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pedagoga do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). E-mail: patthyp@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Pergunto coisas ao buriti; e o que ele responde é: a coragem minha. Buriti quer todo o azul, e não se aparta de sua água – carece de espelho. Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.

(João Guimarães Rosa em Grande Sertão: Veredas)

Educação é inevitável! Todos os seres humanos passam por processos educativos, pois educação é fato social, que se impõe a todos nós de forma coercitiva, como uma norma jurídica ou uma lei. O processo educacional emerge através da família, da igreja, da escola, da comunidade, dos movimentos sociais etc. E é por esta razão que todo profissional da educação não deve se esquivar de refleti-la.

O presente artigo tem como objetivo percorrer a trajetória educacional dos diferentes desenvolvimentos teóricos sobre a relação entre educação e sociedade. Estima-se encontrar as articulações existentes entre as proposições sobre educação e os postulados gerais das quais emergem.

Para alcançar tal objetivo, o artigo utilizou a pesquisa bibliográfica como metodologia e está estruturalmente organizado em duas partes essenciais, a saber:

1) a primeira apresenta uma análise das diferentes concepções de educação, concentrando-se, sobretudo, nos estudos provenientes das áreas de Educação e da Sociologia;

2) a segunda parte, apoiando-se no trabalho de Demerval Saviani, examina, de forma breve, a relação entre educação e sociedade sob a ótica das principais teorias presentes na obra do autor, a saber: teorias não-críticas, teorias crítico-reprodutivistas e teorias críticas.

O artigo ainda apresenta uma seção de considerações finais com as principais conclusões.

2. CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO

Antes de ingressar na análise das diversas concepções de educação, faz-se mister declarar: educação não é escola. A declaração pode soar estranha, mas é importante: percebe-se, especialmente entre estudantes de licenciaturas, uma confusão entre o significado de escola e o significado de educação, de maneira que ambos

são tratados como sinônimos e, na verdade, não são. Ainda que a educação aconteça também dentro da escola, não se limita somente a este espaço. A educação é anterior à existência da escola e pode acontecer nos mais variados espaços sociais, tais como família, comunidade, partidos, movimentos sociais etc.

A lei nº 9.9394/96, conhecida como Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (lei que trata de disciplinar a educação escolar), expõe em seu primeiro artigo a seguinte concepção de educação:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A educação pode existir onde não existe escola, assim como pode haver, por toda parte, redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde não foi criada nem a forma mais embrionária ou primitiva de algum sistema ou modelo formal centralizado de educação.

O processo educacional é uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre todas as outras invenções de sua cultura e de sua sociedade; a educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais, de maneira que se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas de intenções, símbolos, padrões de cultura e relações de poder.

Da família até a comunidade, a educação está presente em todos os meios sociais e entre as incontáveis práticas dos mistérios do ensinar e aprender na história da humanidade: primeiro, o aprender aconteceu sem turmas de alunos, sem livros e sem professores e/ou especialistas; em seguida, mais adiante, o aprender também passou a acontecer com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos (BRANDÃO, 2001).

A escola, como conhecemos hoje, é um fenômeno recente. Quando a escola surgiu, foi uma instituição destinada a um pequeno grupo social mais abastado do ponto de vista econômico. Somente quando a democratização da cultura e da participação na vida pública demandaram a democratização do saber, é que surge a escola aberta.

A história da humanidade relata sociedades sem escola porque, em verdade, a educação existe, primeiro, como um inventário mais amplo de relações interpessoais diretas no âmbito familiar e/ou comunitário e participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que conduzem a troca de bens, símbolos e poderes que constroem e sustentam a sociedade tal como ela é.

Nas sociedades sem escolas, a prática educativa consistia na aquisição de instrumentos de trabalho e na interiorização de comportamentos e valores, enquanto todo o entorno em que o educando estava inserido era considerado um ambiente de constante formação. (HARPER, 1986)

Figura 1 – Educação sem escolas

Educação sem escolas



Imagem extraída de: HARPER, Babette [et al.]. Cuidado, Escola! Desigualdade, domesticação e algumas saídas. 22. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

Carlos Rodrigues Brandão (2001, p.09) aponta que “não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.”

A educação do homem existe por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre seus participantes. A escola, de qualquer tipo, é apenas um lugar e um momento provisório onde isso pode acontecer.

Figura 2 – Educação sem escolas



*Na aldeia africana, o “velho” ensina
às crianças o saber da tribo.*

IMAGEM EXTRAÍDA DE: BRANDÃO, CARLOS R. O QUE É EDUCAÇÃO. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 2001.

Por sua vez, para alguns teóricos clássicos como Emile Durkheim, um dos fundadores da Sociologia, a educação expressa uma doutrina pedagógica que se apoia nas concepções de homem e sociedade. Para o teórico, o homem é egoísta e necessita ser preparado para sua vida na sociedade através da mediação da família e das escolas.

Para Durkheim, a Sociologia, enquanto campo de investigação e estudo, tem como objeto o fato social. A educação é considerada um fato social por se impor coercitivamente como norma jurídica ou lei. O autor desenvolveu a sua clássica concepção de educação:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não se encontram preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina. (...) No homem [diferentemente do que acontece entre os animais], as aptidões de todo o gênero que a vida social pressupõe são muito complexas para (...) materializarem-se sob a forma de predisposições orgânicas. Disso se depreende que elas não podem ser transmitidas de uma geração a outra por meio da hereditariedade. É pela educação que se faz a transmissão. (DURKHEIM, 1978, p. 41)

Segundo Durkheim, a ação educativa permitirá uma maior integração do indivíduo no sistema social. Rejeitando a posição psicologista sobre a educação, Durkheim acredita que os conteúdos da educação são independentes das vontades individuais; tratam-se de normas e os valores desenvolvidos por uma sociedade ou um grupo social em determinados momentos históricos.

O sociólogo americano Talcott Parsons (1994), um dos maiores divulgadores da obra de Durkheim, aponta que a educação – entendida como socialização – é o mecanismo básico de constituição dos sistemas sociais, assim como é elemento central para perpetuação dos mesmos. Sem a educação, o sistema social não consegue alcançar o objetivo de manter-se integrado, de preservar sua ordem, seu equilíbrio e conservar seus limites.

Guardadas as devidas diferenças, a educação, tanto em Durkheim quanto em Parsons, aparece como elemento essencial para a conservação e funcionamento do sistema social.

Numa direção oposta a Durkheim e Parsons, John Dewey, educador americano, e Karl Mannheim, sociólogo húngaro, apontam que a educação constitui um mecanismo que dinamiza as sociedades através de um indivíduo que promove mudanças.

Segundo Dewey e Mannheim, a educação possibilita ao indivíduo atuar na sociedade sem reproduzir, acriticamente, experiências anteriores; na verdade, essas experiências serão avaliadas de forma crítica, com o intuito principal de modificar seu comportamento e, desta maneira, produzir mudanças sociais.

Para Dewey, não é possível separar a educação do mundo da vida: “a educação não é preparação nem conformidade. Educação é vida, é viver, é desenvolver, é crescer.” (1971, p.29)

Para Mannheim, por sua vez, a educação é uma técnica social que tem como fim o controle da natureza e da história do homem e da sociedade, a partir de uma perspectiva democrática. Segundo o pensador, educação é “o processo de socialização dos indivíduos para uma sociedade harmoniosa, democrática, porém controlada, planejada, mantida pelos próprios indivíduos que a compõe.” (MANNHEIM, 1971, p.34)

Tanto Dewey quanto Mannheim entendem educação e democracia como parte de uma totalidade; ambos entendem que a prática democrática surge horizontalmente de modo a permitir a estruturação de uma sociedade igualitária. Dewey, inclusive, define a escola como uma micro comunidade democrática; seria, portanto, um esboço da socialização democrática e um ponto de partida para reforçar a democratização da sociedade.

3. EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: EQUALIZAÇÃO, REPRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

Como visto anteriormente, a educação é maculada por sentidos, conceitos, valores e finalidades. Posto isto, cabe perguntar: qual o sentido e valor da educação na sociedade? Como uma se relaciona com a outra? A resposta desta questão nos conduz para uma compreensão da educação e seus direcionamentos.

Para alguns, a educação é responsável pela direção da sociedade, uma vez que ela é capaz de conduzir a vida social, salvando-a da situação em que se encontra. Para outros, a educação reproduz a sociedade como ela está; há, ainda, aqueles que compreendem a educação como uma instância mediadora de uma forma de entender e viver a sociedade, de maneira que a transformação social possa ser pautada.

Na obra *Escola e Democracia*, Demerval Saviani (1999), a partir do estudo do problema da marginalidade¹, atribuiu três nomes distintos aos grupos de pensamento citados no parágrafo anterior, a saber: a) teorias não-críticas, que entende a educação como um instrumento de equalização social; b) teorias crítico-reprodutivistas, que entende a educação como instrumento de reprodução social; e, c) teorias críticas, que entende a educação como instrumento de transformação social. Ainda que nesta obra o autor não tenha apontado as teorias críticas como um terceiro grupo e sim como um primeiro movimento que sinaliza o desenvolvimento de uma teoria crítica da educação, acredita-se que o arcabouço teórico produzido por pesquisadores permite essa designação: esse grupo pode ser denominado de crítico por empreender esforços para superar o aspecto ilusório das teorias não-críticas e o imobilismo das teorias crítico-reprodutivistas. Ademais, Saviani (2008), em seu livro *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*, apresenta o terceiro grupo como “pedagogias contra hegemônicas” que, ao nosso ver, se encaixa na categoria *crítica*.

Essas são as três teorias que permitem compreender a relação entre educação e sociedade, considerando o aspecto político e histórico. Para analisarmos a relação entre educação e sociedade com um nível significativo de consciência, necessitamos compreender essas teorias no seu aspecto filosófico-político. Ainda que o aspecto técnico-pedagógico seja relevante para a reflexão da prática educativa – sobretudo, a escolar –, o presente artigo focará nas dimensões políticas e filosóficas das teorias.

3.1. Educação como instrumento de equalização social

As teorias não-críticas (pedagogia tradicional, pedagogia nova e pedagogia tecnicista) compreendem a marginalidade como um fenômeno acidental que afeta individualmente a um número maior ou menor de pessoas; constitui, portanto, um desvio que não só pode como deve ser corrigido. No interior desse cenário, a educação aparece como redentora, capaz de se fazer como instrumento de equalização social e corrigir todos os problemas. A escola, então, emerge como antídoto à marginalidade

1 Na década de 1970, Demerval Saviani analisou dados estatísticos que apontavam um alto grau de evasão escolar. A este fenômeno, Saviani deu o nome de marginalidade.

A educação, ao mesmo tempo que é concebida como instrumento de correção, é apontada como força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão social e garantir a integração de todos os indivíduos na sociedade.

Nessa configuração, é possível dizer que a educação assume uma ampla margem de autonomia, na medida em que possui a função de configurar e manter a conformação do corpo social. No lugar de receber as interferências da sociedade, é ela que interfere, quase de forma absoluta, no destino de todos os indivíduos que integram o corpo social, curando a sociedade de todas as suas misérias.

Ainda que essa forma de perceber a relação educação e sociedade seja bastante inocente, a mesma perdurou por muito tempo. Comênio (1966), em sua obra clássica *Didática Magna*, advogava por essa perspectiva da educação na sociedade. Para o autor, Deus criou o mundo bom e harmônico e o ser humano trouxe desequilíbrio. A educação, por sua vez, teria a tarefa de recuperar a harmonia perdida.

Ainda que tenham divergências técnico-pedagógicas, é possível dizer/apontar a principal convergência entre os enciclopedistas da Revolução Francesa (pedagogia tradicional), os pedagogos afiliados à pedagogia nova (cujo advento aconteceu na primeira metade do século XX) e os técnicos da educação afiliados à pedagogia tecnicista (cujo advento aconteceu na segunda metade do século XX): as três pedagogias acreditavam na redenção da sociedade pela educação e consideram a sociedade como um todo orgânico que dever ser mantido e restaurado através da educação.

As teorias não-críticas não levam em conta a contextualização crítica da educação dentro da sociedade na qual ela faz parte. É pertinente dizer que observar a educação como equalizadora social perdura até os dias de hoje. Muitos educadores ainda acreditam que seus atos são completamente isentos e descolados de uma conjuntura maior.

3.2. Educação como instrumento de reprodução social

As teorias crítico-reprodutivistas, por sua vez, concebem o problema da marginalidade não como um problema *per se*: essas teorias entendem o aparente fracasso como o êxito da escola. A educação aparece, diferentemente das teorias não-críticas,

como elemento reforçador da marginalidade; a educação não redime as mazelas, mas as reproduz. Para este grupo, a educação constitui um processo de transmissão cultural no sentido mais amplo do conceito (normas, atitudes, valores, experiências, representações, imagens etc), cujo objetivo principal é a reprodução do sistema social.

A diferença fundamental entre as teorias não-críticas e as teorias crítico-reprodutivistas é que a educação enquanto instrumento de equalização social atua sobre a sociedade como instância reparadora de seus desvios. A compreensão da educação como instrumento de reprodução social implica em inseri-la como um elemento da própria sociedade, determinada por seus condicionamentos políticos, econômicos, sociais e culturais; a educação está, portanto, a serviço da sociedade. As teorias crítico-reprodutivistas apresentam uma percepção cabal da dependência entre educação e sociedade.

Diversas versões das teorias crítico-reprodutivistas existem. Saviani (1999) analisou as três que tiveram maior repercussão no meio acadêmico: a) teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica (teoria desenvolvida por Bourdieu e Passeron); b) teoria da escola enquanto Aparelho Ideológico de Estado (teoria desenvolvida por Althusser); e, c) teoria da escola dualista (teoria desenvolvida por Badelot e Establet).

É importante ressaltar que nenhuma das teorias apontadas acima apresentam uma concepção pedagógica: nenhuma delas possui a intencionalidade de demonstrar como se deve agir do ponto de vista técnico-pedagógico, ao contrário das teorias não-críticas que, além de desenvolverem abordagens filosófico-políticas sobre o processo educacional, apresentam o desenvolvimento de pedagogias adequadas para a operacionalização de determinada abordagem. Em verdade, pode-se dizer que as teorias crítico-reprodutivistas são *sobre* a educação e não *da* educação.

Segundo a teoria desenvolvida por Bourdieu e Passeron, a função da educação é a reprodução das desigualdades sociais. Através da reprodução cultural, contribui especificamente para a reprodução social. Os indivíduos que são alvos da marginalidade são oriundos de grupos ou classes socialmente dominados; esses indivíduos são marginalizados socialmente por não possuírem força material (o capital econômico) e culturalmente por não possuírem força simbólica (o capital cultural).

A violência simbólica acontece justamente pelo reforçamento da violência material, que se dá pela sua conversão do plano simbólico onde se produz e reproduz o reconhecimento da dominação e de sua legitimidade pelo desconhecimento de seu caráter de violência explícita. A violência material do dominante, portanto, corresponde à violência simbólica. (SAVIANI, 1999)

Ao analisar a reprodução das condições que implicam a reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes, Althusser identifica no Estado os Aparelhos Repressivos de Estado (governo, forças armadas, polícia, tribunais etc.) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (religioso, escolar, familiar, jurídico, político etc.). Segundo o autor, o aparelho ideológico escolar é o Aparelho Ideológico de Estado que foi colocado em posição dominante nas sociedades capitalistas maduras.

Enquanto Aparelho Ideológico de Estado dominante, a escola constitui o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção capitalista, uma vez que toma para si todas as crianças de todas as idades e lhes inculca a ideologia dominante por anos de audiência compulsória; o aparelho ideológico escolar é um mecanismo constituído pela burguesia para garantir e perpetuar seus interesses.

A marginalização, segundo Althusser, se insere no próprio seio das relações de produção capitalista que se funda na expropriação dos trabalhadores pelo capitalista; marginalizados são, então, os trabalhadores.

Baudelot e Establet demonstram que a escola é dividida em dois grupos que correspondem à divisão da sociedade capitalista em duas classes fundantes: burguesia e proletariado. Nessa perspectiva, a escola aparece com a função de formação de força de trabalho e inculcação da ideologia burguesa.

Na teoria dualista, a escola em si é duplamente um fator de marginalização: converte os trabalhadores em marginais, ao legitimar a cultura burguesa e preterir o movimento proletário. A escola aparece como instrumento da burguesia na luta ideológica contra o proletariado.

As três teorias crítico-reprodutivistas apresentadas aqui são fundamentais para compreender a relação da educação com a sociedade numa perspectiva crítica. Se nas teorias não-críticas havia um otimismo inocente, nas teorias crítico-reprodutivistas, por sua vez, há um pessimismo derrotista que sinaliza que o poder dominante é

tão forte que não há possibilidade nenhuma para a escola trabalhar pela transformação.

3.3. Educação como instrumento de transformação social

As teorias críticas podem ser agrupadas em duas modalidades: uma centrada no saber do povo e na autonomia de suas organizações, preconizando uma educação autônoma; a outra está pautada na centralidade da educação escolar e a democratização de seu acesso. Saviani (2008) identifica as principais pedagogias associadas às teorias críticas (ou contra-hegemônicas), a saber: a) pedagogias da educação popular; b) pedagogias da prática; c) pedagogia crítico-social dos conteúdos; d) pedagogia histórico-crítica.

Com base em uma epistemologia libertária e libertadora e assentadas numa concepção dialética, as teorias críticas não negam que a educação tem papel ativo na sociedade assim como não deixam de observar os seus condicionais políticos, históricos e sociais. Para este grupo, a educação necessita superar o poder ilusório das teorias não-críticas e a impotência das teorias crítico-reprodutivistas.

Para este grupo, a educação precisa estar a serviço dos dominados na sociedade, de maneira que seja uma instância na luta pela transformação da sociedade, na perspectiva de sua democratização efetiva e concreta, atingindo os aspectos políticos, sociais e econômicos.

A educação, enquanto instância dialética, serve a um projeto, um modelo, um ideal de sociedade que observe um projeto de libertação das maiorias dentro da sociedade. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância à luta pelo melhoramento das condições de ensino das camadas populares e pela garantia de um ensino de melhor qualidade aos trabalhadores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou uma seção sobre concepções de educação, com especial atenção às concepções desenvolvidas por teóricos da Sociologia.

Em seguida, desenvolveu uma análise sobre a relação educação e sociedade a partir de três perspectivas distintas: a) a educação como equalização social, que propõe uma ação educativa otimista em que se acredita que o processo educacional

tem poderes quase absolutos sobre a sociedade; b) a educação como reprodução social, que é crítica em relação ao papel da educação na sociedade, mas conduz a uma visão pessimista; e, c) a educação como transformação social, que se recusa a otimismo da primeira e o pessimismo da segunda, desenvolvendo um ideal de transformação.

Após conhecer as teorias da educação, especialmente os conhecimentos trazidos pelas teorias crítico-reprodutivistas, é inevitável questionar: se a educação é determinada fora do poder de controle de educadores, educandos e suas famílias, por que participar dela? Se a educação reproduz as desigualdades de uma sociedade desigual, por que ainda acreditar nela? Uma das respostas possíveis é: porque a educação sobrevive aos sistemas e, se ela pode reproduzir desigualdades, ela também pode promover igualdade e liberdade. (BRANDÃO, 2001). Uma outra resposta simples para esses questionamentos é: porque, como foi dito no início desse artigo, a educação é inevitável!

REFERÊNCIAS

COMÊNIO, J. A. Didáctica Magna: Tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1996.

BRANDÃO, Carlos R. O QUE É EDUCAÇÃO. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 2001.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

DEWEY, John. Vida e Educação. São Paulo: Edições Melhoramento, 1971.

DURKHEIM. E. Educação e sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

HARPER, Babette [et al.]. Cuidado, Escola! Desigualdade, domesticação e algumas saídas. 22. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MANNHEIM, Karl. Libertad y Planificación Democrática. México, Editorial Fondo de Cultura Económica, 1971.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. São Paulo: Autores Associados, 1999.

_____. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2008.

TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Kellen Bezerra de Carvalho ¹

Carla Roseane de Sales Camargo²

1 Licenciada no Curso de Pedagogia da Faculdade Educacional de Arapoti – FATI. Professora de Ed. Infantil. Email: Kellen.bezerra17@hotmail.com

2 Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Email: carlaroseanesalesca@gmail.com

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa procedeu-se da necessidade de uma contribuição para os docentes que trabalham com crianças que possuem o Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. Considerando a relevância do tema e a necessidade de um maior aprofundamento sobre características, sintomas, papel da escola e do professor perante essas consequências.

É de suma importância conhecer, e se aprofundar sobre o Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH), para então, fazer observações e saber quais meios seguir, para o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. O Transtorno apresenta-se bem conhecido na atualidade, porém, ainda existem muitas dificuldades para os docentes, em relação ao trabalho, no desenvolvimento da aprendizagem e comportamento dos alunos que apresentam o transtorno.

O transtorno afeta não somente o comportamento, mas também o processo de aprendizagem dos portadores. É de suma importância o aprofundamento e conhecimento sobre transtorno, para um bom desenvolvimento no processo de aprendizagem do aluno. O despreparo dos docentes para lidar com esses alunos, pode acarretar em várias ações durante a vida do indivíduo que apresenta o transtorno, podendo elas serem ações negativas, ou positivas.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral: conhecer possíveis alterações de comportamentos de alunos com transtorno de atenção e hiperatividade, no que se refere a aprendizagem, com vistas a discussão dos encaminhamentos necessários sobre este distúrbio no universo escolar. E como objetivos específicos: Contextualizar histórica, cultural e socialmente o TDAH, no que se refere a construção do conceito deste distúrbio, com vistas a discussão de suas consequências para aprendizagem do aluno; investigar como os professores percebem o TDAH e como vivenciam o trabalho com crianças que apresentam características típicas do transtorno, bem como indagar as interferências do TDAH no processo de ensino-aprendizagem, tendo como público alvo alunos.

Com o intuito de analisarmos o conhecimento dos professores acerca do TDAH, faz-se necessário, inicialmente, conhecer um pouco da história do TDAH.

UMA BREVE HISTÓRIA DO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E SINTOMAS

Ainda existem muitas dúvidas em relação ao conceito do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Segundo Rhode et al. (2003) o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade – TDAH é um transtorno do desenvolvimento infantil, os sintomas aparecem durante a infância e permanecem durante a vida adulta. Causando alguns obstáculos no desenvolvimento da vida acadêmica, pessoal, familiar, social e também na vida profissional do indivíduo, resultando grandes alterações na vida dos sujeitos que com eles mantenham convívio.

De acordo com Borella (2002), o TDAH, pode ser geneticamente herdado, através dos genes que codificam os sistemas que regulam a oferta de dopamina, serotonina e noradrenalina. Biologicamente, com o uso de drogas e álcool, durante a gestação, nascimento prematuro ou falta de oxigênio no ato do parto. Fatores ambientais, que são ações que interferem no psicológico e emocional da criança, como conflitos familiares, problemas socioeconômicos e colocação no lar adotivo.

Nota-se atualmente que a nomenclatura mais comum utilizada no Brasil, é o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade ou mais conhecido como TDAH. Porém, alguns autores preferem relacionar ao tema como Déficit de Atenção, ou DDA (SILVA, 2003).

Segundo Barkley (2008 *apud* MAIA; CONFORTIN, 2015, p. 74), em 1902, um pediatra inglês, chamado George Still, foi quem descobriu o TDAH, ao realizar atendimento a várias crianças, observou alterações no comportamento dessas, entendendo que tais comportamentos, estavam ligados a algo biológico, considerados difíceis de detectar. As crianças atendidas tinham epilepsia, deficiência mental e lesões cerebrais. No entanto, o ponto comum apresentado pelas mesmas foram as dificuldades de aprendizagem, déficit de atenção e grande inquietação.

As primeiras descrições de crianças que apresentavam quadros semelhantes ao que se descreve atualmente como TDAH surgiram na literatura infantil alemã em meados do século XIX. Traduzidos para o português, e publicados no Brasil na década de 1950, com os nomes de “João Felpudo” e “Juca e Chico”, os livros descreviam crianças muito “danadas”, e com grande dificuldade para

seguir as regras propostas pelos pais. Em 1917, um médico chamado Von Economo fez a primeira descrição clínica dessa patologia. (ROSÁRIO, s/d, p. 8).

Pode-se observar que mesmo não sendo descoberto o TDAH no Brasil, em meados do século XIX, já eram estudados casos parecidos com o mesmo neste. No entanto, no Brasil, as crianças com tais diagnósticos eram descritas na literatura da época como crianças danadas ou que não obedeciam às regras propostas pelos pais.

Segundo Freitas (2011) o TDAH era considerado um distúrbio, primeiro sendo nomeado como Lesão cerebral mínima (LCM) e logo após, como Disfunção cerebral mínima (DCM). Posteriormente, foi chamado de hipercinesia e pouco tempo depois, e que durou até a atualidade, por hiperatividade.

O TDAH começa na infância. A exigência de que vários sintomas estejam presentes antes dos 12 anos de idade exprime a importância de uma apresentação clínica substancial durante a infância. Ao mesmo tempo, uma idade de início mais precoce não é especificada devido a dificuldades para se estabelecer retrospectivamente um início na infância. As lembranças dos adultos sobre sintomas na infância tendem a não ser confiáveis, sendo benéfico obter informações complementares. (DSM- 5, 2014, p. 94).

As descrições afirmam que para que se confirmem o TDAH, é preciso que a criança apresente os sintomas antes dos seus 12 anos de idade, e enfatiza a importância de um acompanhamento especializado, para que se possa ter um melhor desenvolvimento durante sua vida.

Cabe ressaltar que o termo original para o DDA — Distúrbio do Déficit de Atenção — não traduz com precisão ou mesmo com justiça o que ocorre com a função da atenção no DDA. Se por um lado o adulto e a criança DDAs têm profunda dificuldade em se concentrar em determinado assunto ou enfrentar situações em condições de obrigatoriedade, por outro lado, podem apresentar-se hiper concentrados em determinados assuntos ou atividades que lhes despertem interesse espontâneo ou paixão impulsiva, como é o caso de crianças com jogos eletrônicos ou adultos com esportes, computadores ou leitura de assuntos específicos. Em tais casos, tanto as crianças como os adultos DDAs terão dificuldade em se desligar ou desviar sua atenção para outras atividades. (SILVA, 2003, p. 11).

Ainda segundo Silva (2003) crianças que tem dificuldade em ficar em um único lugar, que estão sempre em movimentos, mexem em tudo, devido receberem muita energia em seus músculos são taxadas como pestinhas, e desajeitadas. Normalmente apresentam hiperatividade física e mental, atitudes essas que não tem fim durante sua vida, mas que são melhoradas e trabalhadas com o tempo. Na vida adulta essas atitudes são moderadas e se apresentam através de ações como: sacudir as pernas, roer as unhas, sempre precisar de um objeto em mãos para manipular.

Já a hiperatividade mental, acontece devido a mente estar em constante movimento, representada como um chiado cerebral, em que o seu cérebro apresenta-se acelerado em todo o instante, realizando ações de interrompimento da fala de outra pessoa, mudança de assuntos bruscamente. Assim, tendo dificuldades com interpretações, pelo fato de não conseguirem focar a atenção ao que está sendo dito. (SILVA, 2003).

Existem três formas de apresentação dos sintomas predominantes, da pessoa com TDAH, para se ter um diagnóstico. Para o indivíduo fazer parte do subtipo predominante desatento, deve ter ao menos, seis sintomas de desatenção. Para o subtipo predominante hiperativo/impulsivo, deve ter ao menos seis sintomas de hiperatividade/impulsividade. Para o subtipo combinado, deve ter também, ao menos seis sintomas de hiperatividade/impulsividade e seis sintomas de desatenção. (ROSARIO et al., S/D).

Sintomas de Desatenção:

- Não presta atenção a detalhes e/ou comete erros por omissão ou descuido;
- Tem dificuldade para manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas;
- Parece não ouvir quando lhe dirigem a palavra (cabeça “no mundo da lua”);
- Tem dificuldades em seguir instruções e/ou terminar tarefas;
- Dificuldade para organizar tarefas e atividades;
- Demonstra ojeriza ou reluta em envolver-se em tarefas que exijam esforço mental continuado;
- Perde coisas necessárias para as tarefas e atividades;
- Distrai-se facilmente por estímulos que não tem nada a ver com o que está fazendo;
- Apresenta esquecimento em atividades diárias;

Sintomas de Hiperatividade/Impulsividade:

- Irrequieto com as mãos e com os pés, se remexe na cadeira;
- Não consegue ficar sentado por muito tempo;
- Corre ou escala em demasia, ou tem uma sensação de inquietude (parece estar com o “bicho carpinteiro”);
- Tem dificuldade para brincar ou se envolver silenciosamente em atividades de lazer;
- Está “a mil por hora”, ou age como se estivesse a “a todo vapor”;

- Fala em demasia;
- Dá respostas precipitadas antes das perguntas terem sido completamente formuladas
- Tem dificuldade em esperar a sua vez;
- Interrompe, intromete-se nas conversas ou jogo dos outros.

Pode-se observar que não necessariamente a criança ou indivíduo com TDAH, apresentará os dois sintomas juntos.

Rhode e Benczik (1999) colocam que 50% das crianças e adolescentes, diagnosticados com TDAH, possuem outros problemas no comportamento, chamados pelos médicos de comorbidades, que é conjunto de dois ou mais problemas de saúde mental. Problemas como: agressividade, desafio as regras, mentiras, roubo, e oposição aos pedidos dos adultos.

Na sequência, a presente pesquisa irá abordar sobre as implicações da hiperatividade no ambiente escolar.

HIPERATIVIDADE E IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR: PAPEL DA ESCOLA E PAPEL DO PROFESSOR

Há existência de vários estudantes com TDAH, na escola, com dificuldades de se concentrar, questionar ou apresentar senso crítico, devido não terem sido observados e identificados, durante sua vida escolar. Causando elevados números de repetência, dificuldades com vínculos, evasão e um baixo rendimento escolar. Por serem confundidos com jovens desobedientes, mau comportados e que não obedecem às orientações do professor. (MAIA; CONFORTIN, 2015, p. 79).

Na pré-escola, a principal manifestação é a hiperatividade. A desatenção fica mais proeminente nos anos do ensino fundamental. Na adolescência, sinais de hiperatividade (p. ex., correr e subir nas coisas) são menos comuns, podendo limitar-se a comportamento mais irrequieto ou sensação interna de nervosismo, inquietude ou impaciência. Na vida adulta, além da desatenção e da inquietude, a impulsividade pode permanecer problemática, mesmo quando ocorreu redução da hiperatividade. (DSM - 5, 2014, p. 62).

Pode-se observar que a hiperatividade, se apresenta mais na educação infantil, enquanto no ensino fundamental é mais visível a desatenção, que é onde se apresenta uma maior cobrança, deveres e regras. Na adolescência a hiperatividade apresenta-se através da ansiedade e nervosismo. Já na vida adulta apresenta-se a impulsividade.

Quando não é procurado uma ajuda profissional precocemente, ou quando o professor não percebe as diferenças, presentes no comportamento do aluno com TDAH, não utilizando métodos adequados, acaba criando para o aluno problemas emocionais, baixa autoestima, dúvidas quanto a sua capacidade e outras situações que podem agravar o desenvolvimento do transtorno. (LIMA, 2011, p. 27).

Percebe-se a importância de se procurar uma ajuda profissional, bem como a importância da ação do professor nessa etapa, uma vez que, a falta de uma ação ou uma ação inadequada, pode ocasionar possíveis problemas durante a vida do indivíduo com TDAH, problemas relacionados ao seu psicológico e ao seu bem estar.

De acordo com Rosario, et al. (S/D) é necessário ter uma organização dentro do espaço escolar, como: Estabelecer uma rotina e seguir uma organização sequencial, utilizando lembretes e alertas. Tratar o aluno sempre com respeito e educação mostrando-se presente em sala de aula. Estabelecer combinados e conversas com clareza sobre alguma atividade ou dever que seja para o aluno desenvolver. Deixar claro regras e combinados, sendo seguro e claro nas punições, quando houver necessidade, para que o aluno não pense que pode realizar o que bem entender. Avaliar diariamente seus desenvolvimentos, fazendo-o ter uma autocrítica sobre suas ações, e incentivando e elogiando os seus desenvolvimentos e melhorias. Enfatizar seus direitos e o que pode realizar, fazendo-o descobrir suas possibilidades, e ajudando quando necessário.

O processo diagnóstico pode ser feito por médicos com ou sem o auxílio de uma equipe multidisciplinar que pode ser composta por: neuropsicólogo, psicólogo, psicopedagogo e/ou fonoaudiólogo. Em todas as circunstâncias deve ser composto por vários dos passos descritos abaixo: - Entrevistas com os pais (levantamento de queixas e sintomas e relato sobre o comportamento da criança em casa e em atividades sociais); - Entrevistas com professores (relato sobre o comportamento da criança na escola, levantamento de queixas, sintomas, desempenho escolar, relacionamentos com adultos e crianças,); - Questionários e escalas de sintomas para ser preenchidos por pais e professores; - Avaliação/observação da criança no consultório; - Avaliação neuropsicológica; - Avaliação psicopedagógica; - Avaliação fonoaudiológica. (ROSÁRIO, s/d, p. 19).

O processo diagnóstico é um processo complexo, onde exige um atendimento profissional, onde se passa por vários passos de entrevistas com professores e profissionais, e questionários, sobre os comportamentos e sintomas do aluno com

TDAH, para então chegar a uma conclusão final.

Apresentar curiosidades e sempre buscar conhecimentos sobre o TDAH; Conversar com os pais e profissionais da saúde, sobre as atitudes frequentes da criança; Descrever claramente todas as atitudes da criança, sem se preocupar com a linguagem técnica; Ter conhecimento sobre as necessidades patológicas e pedagógicas da criança. São ações importantíssimas que o professor deve ter, para poder observar os sintomas e facilitar o encaminhamento para avaliação médica. (ROSARIO et al., S/D).

Que características da criança devem ser observadas pelo professor e relatadas durante o processo diagnóstico? - Como a criança se relaciona com adultos? Ela é receptiva ao contato com o adulto? É afetuosa? Compreende a hierarquia? Obedece às regras? Procura ajuda quando necessita? - Como a criança se relaciona com outras crianças? Consegue brincar em grupo? Consegue seguir as regras das brincadeiras? Tem amigos? Os colegas gostam dela? Briga facilmente? - Como reage quando é contrariada pelo professor ou por outras crianças? - A criança finaliza o trabalho individual em sala de aula? - A criança consegue finalizar o trabalho de sala dentro do prazo estipulado? Consegue finalizar quando lhe é dado tempo extra? - O trabalho realizado em sala é preciso? O nível de acerto é semelhante ao dos colegas de sala? - Como é a finalização e precisão dos trabalhos realizados em casa? - Como são as habilidades de organização da criança em relação ao seu material, suas anotações e registros de tarefas e das aulas, dos trabalhos entregues e do ambiente de trabalho? - Quais situações parecem piorar o desempenho da criança? Quais parecem melhorá-lo? (ROSÁRIO et al., S/D, p. 20).

Portanto, a observação do professor é essencial no dia a dia, observando como é o convívio da criança com os demais, se ela demonstra afeto com os demais colegas. Se compreende as regras e deveres e aceita que todos devem seguir. Sua reação quando é contrariada, consegue finalizar os trabalhos em sala de aula, como é sua organização com os materiais, provas e deveres escolares, e como é seu desempenho. Os métodos utilizados pelo professor que contribuem para que a criança apresente um maior desempenho.

Para Pinheiro (2010) devido as crianças com TDAH terem grandes chances de serem repreendidas, isso pode acarretar problemas relacionados à alfabetização, à leitura e a escrita, gerando um mal desempenho escolar e dificuldades nas suas relações sociais, contribuindo assim, para o abandono escolar e para um baixo desempenho escolar.

Conforme Maia; Confortin (2015) uma das ações do professor para conseguir um bom desempenho em sala de aula, é realizar atividades extraclases, solicitar ajudas do aluno para buscar materiais, e auxiliar em que for preciso. Fazendo assim, para que o aluno consiga gastar suas energias e melhore sua inquietude. Trazendo benefícios para o mesmo, fazendo-o se sentir útil.

O intelecto e o emocional controlam o corpo, ou seja, no momento em que o estudante se sente bem em seu ambiente, que recebe incentivo, seja por um elogio ou por resultados positivos, a sua inquietação e agitação diminuem, pois ele estará mais preparado para exercer sobre si o autocontrole, melhorando sua condição. (MAIA; CONFORTIN, 2015, p. 81).

Quanto mais confortável e acolhedor for o ambiente para o aluno com TDAH, melhor será seu desempenho durante suas atividades. Pois recebendo elogios e incentivos, seu intelecto e emocional, fará com que se sintam bem, assim diminuindo sua agitação e inquietude.

METODOLOGIA

Sendo assim, o artigo, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, de abordagem qualitativa. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com cinco professoras do ensino fundamental I, as quais atuam em escolas localizadas na cidade de Sengés no estado do Paraná. Entre as participantes, uma delas possui dois filhos com TDAH, bem como também é portadora do TDAH, duas delas atuam com alunos portadores do Transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade e as outras três já atuaram em anos anteriores. As quais serão chamadas de Professoras (P), numeradas de 1 a 5 no decorrer do artigo.

As entrevistas realizadas com as participantes, foram realizadas a partir dos seguintes critérios: professoras que trabalham ou já trabalharam com crianças portadoras do TDAH, em sala de aula; professoras que lecionam ou já lecionaram com os mesmos no ensino Fundamental I.

Foi realizada uma entrevista semi estruturada, a qual tinha por objetivo analisar o conhecimento dessas professoras acerca do TDAH, bem como os principais desafios enfrentados no trabalho com alunos portadores desse distúrbio. As perguntas e respostas foram obtidas por áudio (celular) e posteriormente, foram transcritas e

analisadas pela pesquisadora.

A maioria dos casos relatados nesse estudo, envolvem alunos do sexo masculino, havendo apenas duas alunas do sexo feminino, as quais apresentam grande desatenção nas aulas. As professoras demonstraram ter conhecimento sobre o Transtorno de Déficit de atenção e hiperatividade. Segundo relatos da P1, a qual é portadora do TDAH, juntamente com seus dois filhos, e participa há anos de congressos sobre o Transtorno, percebe-se que esta possui um amplo conhecimento sobre o assunto, conforme o relato abaixo:

“O TDAH é um transtorno neurológico com grande participação genética (maiores chances de ser herdado), embora também possa ser “adquirido” por fatores ambientais. Tem início na infância e perdura pela vida adulta. Logo, não tem cura; mas tratamento, geralmente, administrado por uma equipe composta por neurologista, psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, psicopedagogo, haja vista que o comportamento do portador de TDAH exige atenção especial, pois não possui labilidade emocional. Desta forma, o transtorno também é conhecido por transtorno comportamental. Ele se caracteriza pela falta de atenção, hiperatividade, inquietude, impulsividade e falta de labilidade emocional.” (P1).

Cabe ressaltar que para Rhode et al. (2003) o TDAH é um transtorno do desenvolvimento infantil, os sintomas aparecem durante a infância e permanecem durante a vida adulta. Causando alguns obstáculos no desenvolvimento da vida acadêmica, pessoal, familiar, social e também na vida profissional do indivíduo, resultando grandes alterações na vida dos sujeitos que com eles mantenham convívio.

O TDAH é compreendido, hoje em dia, como um transtorno que compromete principalmente o funcionamento da região frontal do cérebro, responsável, entre outras atividades, pelas funções executivas (FE).

As FE têm uma definição bastante ampla. É um termo “guarda chuva” que abriga um número grande de subdomínios extremamente importantes para o funcionamento das pessoas. Entre eles podemos citar: elaboração do raciocínio abstrato; alternância de tarefas; planejamento e organização das atividades; elaboração de objetivos; geração de hipóteses; fluência e memória operacional; resolução de problemas; formação de conceitos; inibição de comportamentos; auto-monitoramento; iniciativa; autocontrole; flexibilidade mental; controle da atenção; manutenção de esforço sustentado; antecipação; regulação de comportamentos; e criatividade. (ROSÁRIO, s/d, p. 22).

Em relação ao comportamento dos alunos diagnosticados com TDAH, a depoente P5 relata que:

“O aluno apresenta-se bem agitado, não gosta de escrever, é meio preguiçoso, não tem paciência de ficar escrevendo, copiando as coisas do quadro, ele prefere que você explique o conteúdo e tem facilidade em atividade oral, mesmo não estando olhando para a lousa, estando virando a sala, quando é realizado uma pergunta ele dá a resposta facilmente”.

É visivelmente percebido as dificuldades enfrentadas com os alunos com TDAH, nas falas das depoentes, pois para elas é dificultoso, dar conta de todo o conteúdo exigido, preparar uma aula diferenciada para aquele aluno, e corresponder as dificuldades de toda a sala. Isso pode ser observado por meio dos relatos das depoentes: *“A maior dificuldade foi a inclusão das atividades para esses alunos, pois o plano de ensino requer atividade diferentes, e eu precisava incluir para que o aluno não se sentisse diferente. É muito difícil para o professor atender as necessidades de todos os alunos. Mesmo com as dificuldades esse aluno avançou em várias coisas, devido as atividades diferenciadas, porém não conseguiu acompanhar a turma nos conteúdos”.* (P4).

“A dificuldade é conseguir fazer com que a hiperatividade seja utilizada a favor do aluno, e algumas vezes prender a atenção na matéria por um longo período de tempo.” (P2).

Como descrito, o TDAH não é um transtorno que afeta apenas o comportamento da criança. Na medida em que afeta também a capacidade para a aprendizagem, a escola precisa assumir o importante papel de organizar os processos de ensino de forma a favorecer ao máximo a aprendizagem. Para tal, é necessário que direção, coordenações, equipe técnica e professores se unam para planejar e implementar as técnicas e estratégias de ensino que melhor atendam às necessidades dos alunos que se encontram sob sua responsabilidade. O mais importante é o professor conhecer o TDAH e reconhecer que essas crianças necessitam de ajuda. Além disso, utilizar estratégias que possam ajudá-las no aprendizado também é fundamental para o tratamento dos portadores de TDAH. (ROSÁRIO, s/d, p. 27).

A estratégia de intervenção utilizada é de extrema importância, o aluno que apresenta o TDAH, tem dificuldades em acompanhar a turma, se a metodologia utilizada for maçante e metódica. Todas as professoras percebem a importância de utili-

zar meios diferenciados na inclusão desses alunos em sala de aula. Aqui explicitado por essas depoentes:

“Elaborei várias atividades diferentes, no mesmo tema, pois o aluno perdia a atenção fácil de mais, procurava então trazer atividades interessantes, jogos, vídeos. Percebi que as atividades que levava no começo, não lhe chamava atenção, e tinha dificuldade de controlar o aluno junto com todos da sala. E utilizando atividades curtas e variadas. Ex: se for trabalhar sistema monetário, brincar de mercadinho. É importante que o aluno não se sinta excluído e diferente. Eu trazia esse aluno nas primeiras carteiras, perguntava sobre conteúdos, levava folhas impressas, atividades de lógica, que é o que ele mais gostava, atividades de desafios, e pouquíssimas escritas, pedia favores, ajudas, sempre deixando a mente do aluno ocupada com alguma coisa”. (P3).

“Utilizo muito o sistema emocional de recompensa, atividades com enunciados mais curtos, objetivos, sucintos; coloco-os em lugares específicos: próximos à minha mesa, com visão ampla da lousa, de mim, da sala, longe de portas, janelas e outros portadores de transtorno ou alunos agitados e sem limites; faço leitura em voz alta das atividades a serem desenvolvidas; explicações mais detalhadas, utilização de recursos como material concreto, atendimento individualizado”. (P1).

A autora coloca alguns procedimentos facilitadores, para que todo o processo de ensino-aprendizagem tenha uma melhoria, são eles:

Estabeleça contato visual sempre que possível, isto possibilitará uma maior sustentação da atenção. • Proponha uma programação diária e tente cumpri-la. Se possível, além de falar coloque-a no quadro. Em caso de mudanças ou situações que fogem a rotina, comunique o mais previamente possível. • A repetição é um forte aliado na busca pelo melhor desempenho do aluno. • Estimule o desenvolvimento de técnicas que auxiliem a memorização. Use listas, rimas, músicas, etc. • Determine intervalos entre as tarefas como forma de recompensa pelo esforço feito. Esta medida poderá aumentar o tempo da atenção concentrada e redução da impulsividade. • Combine saídas de sala estratégicas e assegure o retorno. Para tanto, conte com o pessoal de apoio da escola. • Monitore o grau de estimulação proporcionado por cada atividade. Lembre-se que muitas vezes o aluno com TDAH pode alcançar um grau de excitabilidade maior do que o previsto por você, criando situações de difícil controle. • Adote um sistema de pontuação. Incentivos e recompensas, em geral, alcançam bons resultados. (ROSÁRIO, s/d, p. 27).

Pode-se observar no relato da depoente, que a mesma utilizava alguns meios diferenciados para obter uma melhoria na aprendizagem do aluno:

“Utilizava atividades de pinturas, blocos, alfabeto móvel, coisas mais manuais, ajudava um pouco, tinha dias que eles faziam e outros, não, fazia atividades em grupo, exemplo: pular corda, trabalhando a matemática”. (P4).

Nota-se que nem todos os professores apresentam uma formação específica para trabalhar com alunos com TDAH. Cabe ressaltar, que a formação específica é de extrema importância para que o professor saiba como trabalhar e tenha um conhecimento sólido sobre o Transtorno. Pode-se perceber ainda que o fato da depoente (P1), ter sido diagnosticada e possuir um amplo conhecimento e formações acerca do transtorno, colaborou significativamente para seu desenvolvimento durante a vida. No relato sobre sua formação específica para trabalhar a depoente declara:

“Sou formada em Letras Português/Inglês. Especializações: Pós em Letramento e Alfabetização; Pós em Neuropsicopedagogia; Pós em Libras; Pós em Educação Especial e Inclusiva com especificidade em deficiência intelectual; Pós em Alfabetização Matemática; E Pós em Atendimento Educacional Especializado. Além de participar de cursos e congressos pelo Instituto Neurosaber todos os anos. A maior parte dos professores não estão preparados, há uma falta de suporte do município para com esses professores” (P1).

A formação específica e o conhecimento do professor sobre o TDAH, é de extrema importância, para que assim, o professor não tenha conclusões precipitadas sobre o assunto. Como defende a autora:

A criança DDA, com ou sem hiperatividade, agora precisa ajustar-se às regras e à estrutura de uma educação continuada, em que há cobrança de desempenho. Muitas vezes, experimentará dificuldades em adequar-se a rotinas tão esquematizadas. O professor que desconhece o problema pode acabar concluindo que essa criança é irresponsável ou rebelde, pois em um dia pode estar produtiva e participante, mas no dia seguinte simplesmente não prestar atenção em nada e não levar a cabo os deveres. Acaba por atrair bastante atenção do professor, mas uma atenção um tanto negativa. Isso pode causar desacertos em sala de aula, já que as outras crianças perceberão o “clima” e poderão se interessar mais no embate entre professor e aluno “problemático” do que em suas tarefas. (SILVA, 2003, p. 39).

“Minha formação é Bacharel em Educação Física e Formação de Docentes. Não possuo especialização ainda.” (P2).

Todas as depoentes ressaltaram a importância da família nesse processo de desenvolvimento da criança. Somente algumas descreveram a família esforçada e que acompanha o desenvolvimento da criança, a maioria relatou a grande dificuldade quanto a questão familiar, famílias que não aceitam, não entendem e veem o Transtorno do seu filho como se ele fosse louco.

“ A família não aceita, não aceita que tome o remédio, pensa que é remédio para louco, dizendo que o filho não vai tomar o remédio porque ele não é louco, fica algo relutante, a criança passa várias séries e quando os pais percebem que é importante, eles dão o remédio. Eu tenho um aluno da minha turma que ele já reprovou três vezes, e a mãe não aceita dar o remédio, e devido a isso, não consegue se concentrar”. (P5).

“Era super difícil, pois a mãe do aluno nunca compareceu na escola, nunca apoiou nas atividades em casa, eu precisava do apoio dela, pois o aluno era bem carente, além do transtorno, a aluna que tinha apenas o déficit, a mãe ia à escola, porém realizavam a atividade pela aluna, tratava o TDAH como besteira, e só queriam medicar, pois era mais fácil.” (P4).

Para que se tenha êxito com o estudante que tem TDAH e com os demais, é imprescindível que a escola e o professor, assim como os pais, estejam comprometidos em proporcionar o melhor para esse estudante, vendo-o não apenas como um objeto de trabalho, mas como um indivíduo desafiante e portador de grandes potencialidades. (MAIA; CONFORTIN, 2015, p. 79).

Para realizar um bom trabalho com o aluno seria necessário o apoio de todos os envolvidos, não somente a escola e os professores, mas a participação da família é essencial, pois o comprometimento dessa, contribui na melhoria da aprendizagem do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O TDAH, é um transtorno do desenvolvimento infantil, que aparece na infância, e percorre durante toda a vida adulta, resultando grandes alterações na vida do sujeito. Ao analisar o histórico e o desenvolvimento do TDAH, pode-se observar que esse distúrbio possui algumas características com comportamentos típicos, como desatenção, hiperatividade e impulsividade. Infelizmente em pleno século XXI, ainda existem muitas dúvidas e dificuldades referente a esta temática, bem como em relação ao processo ensino aprendizagem de alunos que apresentam esse transtorno.

É possível observar que o professor é uma peça fundamental em todo esse processo, e que na maioria das vezes é ou precisa ser, o primeiro a identificar se o aluno apresenta os sintomas e características do TDAH. Só a indisciplina não quer dizer que o aluno tenha o TDAH. O diagnóstico é totalmente clínico, no qual são realizadas entrevistas com pais, professores e com a criança. Somente profissionais habilitados podem dar um diagnóstico, mas isso não tira a função do professor de observar como a criança se apresenta no cotidiano escolar, suas características e sintomas. A família normalmente tem um olhar negativo sobre o transtorno, não aceitando e não colaborando para o processo de desenvolvimento da criança, assim, cabe ao professor trabalhar em conjunto com a família, oportunizando uma troca de experiência que contribua para um bom desenvolvimento do aluno.

Na entrevista realizada com as professoras, pode-se observar que a maioria sabe o que é o TDAH, porém, ainda tem dificuldades em trabalhar com os alunos que possuem esse distúrbio, pois os mesmos apresentam-se desinteressados e com atitudes que muitas vezes atrapalham o desenvolvimento da aula. No entanto, a maioria das entrevistadas relataram a facilidade desses alunos em atividades orais, deixando claro a necessidade de mais informações sobre o TDAH, possibilitando assim, um ambiente inclusivo e uma aprendizagem mais significativa.

Espera-se que a presente pesquisa possa contribuir significativamente para a comunidade acadêmica e docente de um modo geral, trazendo-lhes novas informações e conhecimentos sobre o TDAH, contribuindo assim, para a melhoria do processo ensino aprendizagem de alunos que apresentam esse distúrbio.

REFERÊNCIAS

ARTMED. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM 5. 2014. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/248320024/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf#scribd>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BORELLA, C. A. S. **O que é hiperatividade?** Sintomas e causas. 2002. Disponível em: <http://www.psicologosp.com/2013/10/o-que-e-hiperatividade-sintomas-e-causas.html>. Acesso em: 18 jun. 2020.

FREITAS, C. R. **Corpos que não param:** Criança, “TDAH” e escola. 2011. 195 p. Tese (Doutora em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LIMA, F. A. O. **Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade:** entendendo melhor a criança com TDAH no contexto da escola pública. 2011. 54 p. Monografia (Especialização) Universidade de Brasília, Brasília.

MAIA, M.I.; CONFORTIN, H. **TDAH e aprendizagem:** um desafio para a educação. 1, Erechim, v. 39, n.148, p. 73-84, dez. 2015.

PINHEIRO, S. C. A. S. **Crianças com transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade (TDAH) no ambiente escolar.** Campus I. 62 F. 2010.

ROHDE, L. A. et al. **Princípios e práticas em TDAH:** transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. Porto Alegre: ARTMED, 2003. 236 p.

ROHDLE, L. A. P. & BENCZIK, E. B. P. **Transtorno de atenção/hiperatividade:** o que é ???: Como ajudar? Ed. Artes Médicas Sul, 1999.

ROSARIO, M. C. et al. **TRANSTORNO DE DEFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE:** UMA CONVERSA COM EDUCADORES. Cartilha desenvolvida para uso da Associação Brasileira de Déficit de Atenção ABDA. S/L, S/D.

SILVA, A. B. B. **Mentes inquietas :** entendendo melhor o mundo das pessoas distraídas, impulsivas e hiperativas. São Paulo: Editora Gente, 2003. 223 p.

AGRICULTURA ORGÂNICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A SAÚDE E O MEIO AMBIENTE

Mariana Gaida Viero¹

Adriano Cancelier²

1 Especialista em Educação Ambiental - UFSM, Nutricionista, marianaviero@hotmail.com

2 Prof. do Depto de Engenharia Química – UFSM, Eng. Químico, adriano.cancelier@ufsm.br

INTRODUÇÃO

A degradação da natureza é uma realidade que traz consequências sentidas no mundo todo e o agravamento desta situação, normalmente, está associado à busca a qualquer custo pela lucratividade, aliado à falta de políticas e ações que objetivem um maior respeito ao meio ambiente e à saúde. Sendo assim, a valorização de alternativas que visem à mudança de tal quadro é fundamental, as quais devem incluir medidas de preservação dos recursos naturais, com práticas mais sustentáveis, para que seja possível deixar às gerações futuras um ambiente mais saudável e com menor escassez destes recursos (MAZZOLENI e NOGUEIRA, 2006).

Na agricultura, a maneira como o alimento é produzido interfere diretamente na saúde e no meio ambiente. Assim, entende-se que discutir hábitos alimentares vai além das questões nutricionais e de dietas saudáveis. Portanto, torna-se necessária a compreensão dos processos envolvidos na produção dos alimentos, envolvendo toda a cadeia produtiva, desde sua origem até o consumidor, considerando-se as relações com o meio ambiente. Neste sentido, Santos (2018, p.5) afirma que “num cenário de ameaça à soberania alimentar e nutricional em escala internacional, faz-se imprescindível o debate público sobre os diferentes modelos produtivos e sua vinculação a projetos societários”.

Agir de maneira mais sustentável é um caminho para a redução dos impactos ambientais, para isso são necessários estudos, planejamentos e ações, que englobem os aspectos econômicos, sociais e ambientais, levando em conta cada cultura. Proposta esta bastante distante, quando se observa o alto nível de desgaste dos recursos naturais gerados pela agricultura convencional, principalmente quando concentrada na monocultura. No entanto, Mazzoleni e Nogueira (2006) encontram na agricultura orgânica uma alternativa para a sobrevivência harmônica do ser humano com o seu planeta.

Uma possibilidade para que se coloque isso em prática são as feiras agroecológicas, que surgem como espaços políticos e de socialização, estendendo os benefícios de suas práticas para além das feiras e subsidiando a renda das famílias envolvidas neste tipo de atividade. Um exemplo disso é a feira onde esta pesquisa foi realizada, que visa à comercialização de produtos orgânicos, priorizando

a alimentação saudável como compromisso de todos os envolvidos. É uma feira que comercializa alimentos exclusivamente orgânicos em Santa Maria e que reúne agricultores certificados em processos reconhecidos pelo Ministério da Agricultura.

Sendo assim, tal certificação, além de valorizar estes agricultores e seus produtos, os coloca em uma posição de responsabilidade na aplicação da técnica de cultivo orgânico. Técnica esta que possui características próprias, algumas das quais são descritas por Roel (2002, p. 59):

As técnicas utilizadas em agricultura orgânica buscam mobilizar harmoniosamente todos os recursos disponíveis na unidade de produção, com base na reciclagem de nutrientes e maximização do uso de insumos orgânicos gerados *in loco*. Busca-se também reduzir o impacto ambiental e a poluição; evitar a mecanização pesada; utilizar, quando necessário, tratores leves, aração superficial ou plantio direto que aumentem a produtividade; minimizar a dependência externa das matérias primas; otimizar o balanço energético da produção; produzir alimentos baratos e de alta qualidade biológica; suprir necessidades nacionais internas e gerar excedentes exportáveis.

Nesse contexto, a agroecologia vem contribuir com a proposta de cuidado com o planeta, atentando para a complexidade de tais intervenções. Santos *et al.* (2014) entendem a agroecologia como uma alternativa que une, no espaço rural, agricultura familiar e sustentabilidade. No entanto, é preciso admitir as complexidades existentes na transição de um modelo para outro, observando sua composição social, ações cotidianas e relações sociais e econômicas, que vão além do espaço rural.

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a percepção de agricultores orgânicos quanto aos possíveis benefícios desta prática para a saúde e o meio ambiente, bem como as dificuldades inerentes a esta cultura.

METODOLOGIA

Este trabalho consiste em um estudo de caso realizado em uma feira de produtos orgânicos na cidade de Santa Maria – RS, onde procurou-se abordar, principalmente, os aspectos qualitativos da percepção destes agricultores quanto a prática da agricultura orgânica. De acordo com Yin (2001, p.32) “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

A pesquisa foi realizada no período de março a julho de 2019 com agricultores(as) que participam de uma feira orgânica na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Foram entrevistadas pessoas com 18 anos de idade ou mais, de ambos os sexos, que participam da feira e que aceitaram participar do estudo mediante esclarecimento prévio e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esta população foi escolhida pelo fato de estar diretamente envolvida com o cultivo e a produção dos produtos orgânicos, sendo este um fator importante para a pesquisa, pois demonstra a forma como percebem suas práticas agroecológicas, além de possibilitar o entendimento de suas percepções quanto às questões socioambientais e as dificuldades encontradas em seu cotidiano.

Por se tratar de uma população heterogênea (variadas idades, renda, escolaridade, etc.) possibilitou o surgimento de diferentes realidades, permitindo assim uma visão mais ampla para o estudo, na busca de compreender a complexidade existente neste meio. Os participantes foram convidados para a pesquisa de acordo com sua disponibilidade, nos dias e horários de funcionamento da feira. A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevista aplicada pela pesquisadora, baseando-se em um questionário estruturado com questões abertas e fechadas, contemplando questões que tiveram como objetivo abordar o convívio social na feira, os benefícios da agricultura orgânica para a saúde e para o meio ambiente, além do esclarecimento dos agricultores quanto à prática do cultivo orgânico, bem como suas dificuldades.

Os dados foram analisados de duas maneiras: com relação às questões fechadas, as respostas foram apresentadas em forma de porcentagem; na parte que envolve as questões abertas, foram analisados os discursos. Para a discussão do trabalho os resultados foram divididos em três categorias, sendo: Agricultura convencional *versus* Agricultura orgânica, Interação social e fortalecimento político e Agricultura orgânica: dificuldades e benefícios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados neste trabalho foram obtidos a partir da entrevista de seis feirantes (totalizando todos os feirantes presentes na feira orgânica, no dia da pesquisa. Sendo que o número total de feirantes que participam da feira varia de 6 a 8) com idades entre 32 a 66 anos, de ambos os sexos, com diversos níveis de

escolaridade (fundamental incompleto, médio completo e ensino superior completo) (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

A feira reúne agricultores certificados por meio de OCS (Organização de Controle Social) e outros já certificados por organismos de avaliação autorizados pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Os principais produtos que os feirantes colocaram à disposição aos consumidores no mês de junho foram: couve, beterraba, alface, hortelã, arroz, geléias, brócolis, abobrinha, rúcula, manjerona, mandioca, mel, repolho, espinafre, radiche, tempero verde, molho de tomate artesanal, banana, abacate, pitaya, manjerição, vinagre, amaranto em flocos, bergamota, laranja e lima (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). A produção dos agricultores é baseada nos produtos da época (uma característica da agricultura orgânica), por isso seus produtos podem variar bastante conforme o período do ano.

Todos os agricultores residem nas proximidades da cidade de Santa Maria e o tempo que produzem de forma orgânica variou de 2 a 20 anos. A maior parte dos entrevistados recebe ajuda de outros integrantes da família na produção e a totalidade dos entrevistados relata que consome os produtos produzidos (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

AGRICULTURA CONVENCIONAL VERSUS AGRICULTURA ORGÂNICA

Com o início da “Revolução Verde” (a partir da década de 50), ocorreram grandes mudanças nas formas de produção agrícola, foram implementadas novas tecnologias e uso de agentes químicos, que vieram a gerar um grande impacto sobre o meio ambiente e também à saúde humana. O aumento do uso dos agrotóxicos trouxe diversos prejuízos e mudanças ao meio ambiente, ocorrendo a contaminação de espécies não-alvo, que acabam morrendo neste processo, prejudicando assim o equilíbrio do ecossistema. Sabe-se que alguns pesticidas são tão agressivos ao solo que podem persistir no local por décadas (RIBAS e MATSUMURA, 2009). Neste contexto, as perguntas desta categoria buscaram investigar as questões relacionadas ao uso de agrotóxicos e seus impactos ao meio ambiente e à saúde.

Alguns dos entrevistados já trabalharam durante algum tempo com a agricultura convencional (utilizando agrotóxicos), de acordo com a pesquisa 50% já trabalharam

com este tipo de produção e os outros 50% sempre plantaram de forma orgânica. Os motivos relatados para a mudança de técnica convencional para a orgânica são mostrados nas falas a seguir (DIÁRIO DE CAMPO, 2019):

A3: Um envenenamento com produto químico (carrapaticida).

A4: Porque a pessoa vai ficando mais velha e mais lenta, começa a produzir em menor quantidade. Ai aproveitei que me chamaram para entrar num grupo de produtores orgânicos.

A5: Por achar que o orgânico é melhor em todos os aspectos. No financeiro, produção, independência e conhecimento.

Pode-se perceber que são apresentados diversos motivos para a mudança de uma técnica para outra, tais como: o risco de contaminação, algumas limitações devido à idade, aspecto financeiro e independência, deixando evidente que este tipo de produção proporciona maior autonomia ao agricultor.

Como um exemplo desta autonomia e independência, Santos *et al.* (2014, p.47) trazem questões que demonstram uma atuação dos agricultores da cultura orgânica para além da produção. O fato de estarem no espaço urbano comercializando seus produtos, fazendo contatos com outros agricultores, tem lhes conferido a oportunidade de empoderamento, sobretudo, possibilitando-lhes uma maior atuação política. Alguns integrantes da Feira participam de encontros regionais, locais, e mesmo nacionais sobre agroecologia, se integram com agricultores de outras localidades o que favorece a troca de experiências.

Esta autonomia proporcionada pela agricultura orgânica, observada por Santos *et al.* (2014, p.47), vem acompanhada de outras vantagens, como a diversificação de produção, a geração de empregos, menor dependência de insumos, o não uso de agrotóxicos (o que também reduz os custos de produção) e, por fim, o maior valor comercial dos produtos orgânicos quando comparados ao da agricultura convencional. Estas vantagens também foram citadas pelos participantes da feira e corroboradas no trabalho de Campanhola e Valarini (2001).

Os agricultores foram perguntados sobre o que seriam esses produtos químicos (agrotóxicos) utilizados na agricultura convencional, onde 66,6% responderam se tratar de um veneno e 33,3% disseram se tratar de outra coisa, justificando suas respostas da seguinte forma (DIÁRIO DE CAMPO, 2019):

A3: é uma coisa boa, quando usada corretamente. Está faltando consciência de quem aplica. E o descarte está incorreto também.

A5: É um caminho para criar uma submissão do agricultor com o mercado. Dependência que a agricultura se submete cada vez mais.

Portanto, a maioria dos entrevistados enxerga o agrotóxico como um veneno (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Percebe-se, então, que o trabalhador rural entra em contato direto com os agrotóxicos, sofrendo suas consequências direta ou indiretamente. De acordo com Marafon, Seabra e Silva (2011), o trabalhador rural e o meio ambiente são os principais prejudicados pelo o uso dos agrotóxicos, sofrendo com a contaminação do solo, das águas e dos alimentos.

Segundo reportagem divulgada em maio de 2018, pelo site da Agência Fiocruz, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que por ano, no mundo, ocorram 25 milhões de casos de envenenamento por agrotóxico, com 20 mil óbitos (FIOCRUZ, 2019). A mesma reportagem afirma que no Brasil, no período entre 2007 e 2017, somaram-se mais de 107 mil os casos de intoxicação com mais de 3 mil mortes, conforme dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde. Além disso, os pesquisadores alertam que os efeitos nocivos dos agrotóxicos vão além da contaminação, causando vários tipos de cânceres, abortos e morte fetal, redução do número de espermatozoides, desregulação endócrina, má-formação congênita, alergias, alterações nos sistemas imunológicos, nervoso, gastrointestinal, circulatório, etc. (FIOCRUZ, 2019).

Neste ponto percebe-se que a agricultura orgânica surge como uma alternativa para contribuir com a preservação da natureza e no cuidado com a saúde humana. Além disso, até pouco tempo, considerava-se que os recursos naturais da Terra eram inesgotáveis, contudo, agora sabe-se que estes recursos são limitados. Neste sentido, faz-se necessário a utilização de métodos que levem em conta o bem-estar social e a sustentabilidade, pois, apesar de suas vantagens, a agricultura convencional acarreta prejuízos significativos à natureza (MAZZOLENI e NOGUEIRA, 2006). De todos os prejuízos causados pelo uso de agrotóxicos, o ser humano é um dos mais afetados nesse processo, pois a contaminação do solo e das águas, o impacto no meio ambiente e os resíduos presentes nos alimentos, refletem diretamente na qualidade de vida (RIBAS e MATSUMURA, 2009).

INTERAÇÃO SOCIAL E FORTALECIMENTO POLÍTICO

Santos *et al.* (2014) consideram importante desvincular a agricultura familiar da visão de atraso, ineficiência e de que sua prática seria apenas para consumo próprio. Na verdade, estes agricultores têm buscado maneiras de se inserir de maneira sustentável no mercado. Dentre as propostas de inserção destes agricultores no mercado, surgem as feiras agroecológicas como um espaço de comercialização de seus produtos. O referido autor ressalta ainda a importância dos agricultores orgânicos comercializarem seus produtos em espaços urbanos, indo além da relação comercialização-consumo, pois estes momentos proporcionam trocas mútuas e estabelecem laços, permitindo com isso, que os agricultores compartilhem suas experiências, trajetórias e ensinamentos, assim como ouçam os consumidores e percebam o que pode ser melhorado.

Estas redes de relações, existentes nos espaços das feiras agroecológicas, possibilitam uma espécie de empoderamento social, econômico e político para todas as partes envolvidas. Este fato tem permitido que as pessoas do meio rural encontrem meios de subsistência, de forma que não seja necessária sua migração para o meio urbano. Também passam a entender a importância das práticas e dos conhecimentos tradicionais que são repassados de geração a geração, priorizando o respeito à natureza (SANTOS *et al.*, 2014).

As questões discutidas pelos autores supracitados também foram observadas nas respostas obtidas pelas entrevistas com os agricultores, onde se destacam aspectos relacionados ao convívio social e ao fortalecimento político, desenvolvidos em suas práticas como feirantes. Com relação à maior vantagem de vender seus produtos na feira, fica evidente a relação de troca de experiências e a venda direta para o consumidor, como relatam os agricultores a seguir (DIÁRIO DE CAMPO, 2019):

A1: Vender diretamente para o consumidor.

A2: Aqui consigo atingir um público que gosta de feira, tem a troca de experiência também, além da venda. O ambiente que se cria aqui na UFSM é importante, de estar em contato com os projetos. Também da feira ser certificada, é um lugar que valoriza o esforço de todos que participam da feira.

A3: O contato e a troca de experiência com as pessoas que se importam com o que tu planta.

A4: Conviver com pessoas diferentes. E também ajudar a adquirir o sustento da família.

A5: Relação mais próxima com o consumidor. E impacto financeiro, por não ter que passar pelo atravessador.

A6: Contato com os outros feirantes.

Seguindo nesta temática, o contato direto com o consumidor e a relação que se estabelece entre os feirantes é algo que os entrevistados entendem como um fator muito positivo da feira, conforme evidenciam seus relatos (DIÁRIO DE CAMPO, 2019):

A1: Acho ótimo, é um aprendizado. É um bom convívio e existe a cooperação.

A2: Adoro. Quem vem na feira valoriza, porque sabe que é certificada, gostam de conversar. E os feirantes daqui não são concorrentes.

A3: É a parte boa da feira, os consumidores chegam, conversam... O orgânico vende na amizade, na relação de confiança.

A4: Gosto. Conheço muita gente aqui.

A5: Faz 5 feiras que estamos participando de forma presencial, mas já gosto muito do clima daqui.

A6: Ótimo, todos se dão bem. Um ajuda o outro, diferente de qualquer lugar.

Analisando-se as respostas dos agricultores, evidencia-se o quanto os mesmos valorizam os espaços da feira como um local de confiança, onde o convívio com os outros agricultores e os consumidores é uma das prioridades dos mesmos. Além disso, são citados o aprendizado e a cooperação que ocorrem durante os encontros semanais na feira.

Neste mesmo viés, Santos *et al.* (2014) entendem que é por meio das práticas agroecológicas que é possível buscar a preservação dos recursos naturais, o manejo adequado do solo, a continuidade das famílias no meio rural, a valorização dos saberes locais e a autonomia dos pequenos produtores de venderem sua produção sem passar pelo atravessador. O que foi apresentado está de acordo com a percepção de Azevedo e Pelicioni (2011, p.720), que caracterizam a agroecologia como “um movimento sociopolítico de fortalecimento do agricultor em busca de sua identidade e raízes culturais e, principalmente, de sua autonomia, poder de decisão e participação ativa no processo produtivo, favorecendo o local como foco de ação”.

AGRICULTURA ORGÂNICA: DIFICULDADES E BENEFÍCIOS

Como forma de introduzir este tópico, é importante lembrar que no Brasil existe uma lei que caracteriza a agricultura orgânica. A lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003 estabelece a agricultura orgânica como um processo produtivo que preserva as condições naturais do meio ambiente, não contaminando o espaço utilizado por produtos sintéticos, utilizando-se de tecnologia que respeite as características locais, tanto naturais como culturais, tendo como finalidade a sustentabilidade ecológica e econômica (BRASIL, 2019).

Diante disso, Kurten e Ternoski (2016) afirmam que há uma necessidade de reavaliar a agricultura convencional e repensar uma nova forma de produção, pois é perceptível a atual degradação dos recursos naturais. O autor ressalta ainda que é preciso estar atento às necessidades do agricultor, de modo a proporcionar o suporte adequado para que o mesmo possa utilizar uma forma de produção mais limpa, garantindo a renda e a qualidade dos alimentos.

De acordo com esta ideia, Ribas e Matsumura (2009) dizem que, para um futuro com menores danos ambientais, é necessário o incentivo a uma agricultura mais sustentável, como é o caso da produção orgânica. É bastante relevante a educação do produtor rural em relação a este tipo de prática, entendendo que essa forma de produção mais limpa pode ter produtividade equivalente à produção convencional, além de evitar prejuízos ao ambiente e à saúde das pessoas.

Com relação a esta busca de alternativas para uma agricultura menos agressiva, Roel (2002) considera o sistema de agricultura ecológica viável economicamente, contemplando práticas de conhecimentos seculares de populações rurais e empregando tecnologias que atendam às necessidades sem agredir o meio ambiente. O referido autor considera ainda que esta prática melhora a qualidade de vida tanto do produtor e de sua família, quanto da população urbana, já que produz alimentos isentos de agentes tóxicos e reduz a degradação do meio ambiente. Além disso, a utilização de produtos naturais diminui os custos de produção e gera um número maior de empregos, colaborando para a permanência da família no campo.

Esta categoria possibilitou abordar questões como os benefícios da produção orgânica para a saúde das pessoas e para o meio ambiente, bem como as dificuldades

inerentes a esta prática, principalmente no manejo da cultura. De acordo com os agricultores, faltam estudos que lhes orientem sobre o manejo correto, faltando também investimento por parte de órgãos governamentais, como mostram os relatos a seguir (DIÁRIO DE CAMPO, 2019):

A1: A maior dificuldade é lidar com as estações do ano, ou é frio demais ou calor demais. Os insumos também são difíceis, a certificação e o incentivo do governo são inexistentes.

A2: Perda de produção. Questões de aprendizado de manejo. Tem pouco apoio ao orgânico (do governo) e de projetos. Falta pesquisa na área que possa auxiliar os agricultores. Em função de não ter maquinário, falta mão de obra, não é fácil encontrar.

A3: Estudos sobre o manejo com insumos naturais. Eu vejo alguma coisa na internet, mas não é sempre que funciona, porque o clima, a terra, as condições não são as mesmas.

A4: De produzir, tem coisas que produz fácil, outras não. E não pode usar nada de adubo e tem poucas opções naturais.

A5: Falta de tecnologia para a produção orgânica. Temos aqui o investimento e esforço pessoal, mas falta mais estudos e dedicação para os orgânicos da parte das instituições. Por enquanto temos que ir adaptando as tecnologias.

A6: Mão de obra, falta gente para ajudar. Faltam estudos na área também.

Concomitante com estas respostas, Mazzoleni e Oliveira (2010) destacam alguns desafios enfrentados pela produção orgânica: os custos durante a mudança da produção convencional para a orgânica, os custos com a certificação, falta de assistência técnica do estado, dificuldades para conseguir crédito em bancos e investimentos tecnológicos e o baixo número de pesquisas científicas que contribuam para a agricultura orgânica.

Apesar das dificuldades encontradas na produção e a falta de investimento governamental, os agricultores têm vários motivos para continuar plantando de forma orgânica, aqui são mostrados alguns relatos sobre sua motivação (DIÁRIO DE CAMPO, 2019):

A1: É o tipo de atividade, é interessante e trabalho com o que gosto. Também porque é uma atividade saudável e que tem um bom retorno.

A2: O mercado dos orgânicos está crescendo. A família pode consumir o que produz. E também por ser um tipo de produção que não prejudica o meio ambiente, não deixa resíduo.

A3: Minha saúde.

A4: Porque é uma saída que vamos tendo para o futuro.

A5: Para mim é uma filosofia de vida. Produzir um alimento melhor, mais saboroso, com mais qualidade para o consumidor.

A6: Alimentar as pessoas com qualidade, cuidar do próximo.

Nas respostas acima os agricultores valorizam os benefícios da agricultura orgânica para a saúde, demonstrando também, tanto de maneira explícita como implícita, que este tipo de prática vem acompanhado de um viés filosófico, ou seja, um estilo de vida. Moreira (2015) demonstra em sua pesquisa a preocupação que os agricultores orgânicos têm com a saúde, assim como observado nas respostas dos entrevistados nesta pesquisa. Evidencia-se a consciência dos mesmos na promoção de uma alimentação mais saudável, sendo esta uma das principais motivações para a utilização de tal técnica de produção. Além disso, conforme o relato de um dos agricultores, a prática acaba se tornando uma filosofia de vida, como afirma Kedouk (2013, p.203): “A agricultura orgânica é basicamente uma filosofia. Começou em 1940, quando o botânico inglês Albert Howard (1873-1947) sugeriu que as lavouras deveriam ser tratadas como florestas, como “organismos” capazes de se sustentar sem química”.

Os entrevistados também foram perguntados sobre os benefícios da agricultura orgânica para os consumidores, 66,6% responderam ser a qualidade do alimento e 33,3% afirmam ser o conhecimento da procedência do alimento. Quando perguntados se os consumidores valorizam mais os produtos orgânicos, 50% responderam que sim e os outros 50% responderam que não. Dos que responderam que sim, relataram que (DIÁRIO DE CAMPO, 2019):

A2: Os consumidores que vem a feira, já sabem sobre os produtos, não reclamam do tamanho, nem do preço.

A5: Os que frequentam a feira sim, sabem que o preço é consequência da qualidade.

E os que responderam não (DIÁRIO DE CAMPO, 2019):

A1: Reclamam do preço, do aspecto e desconhecem os benefícios do produto.

A3: As pessoas que procuram por orgânicos ainda é pequena, acham o valor alto.

A6: Tem muita gente desinformada, mas quem conhece valoriza.

Apesar do crescimento do mercado da agricultura orgânica, os relatos dos agricultores evidenciam que ainda há muito trabalho a ser feito, principalmente sobre a falta de esclarecimento, ainda existente por parte da população, que aparece como um entrave para um crescimento ainda maior do mercado de orgânicos. Paz e Viana (2018) afirmam que a mudança da cultura alimentar, que demonstra um aumento expressivo na busca por alimentos orgânicos, traz consigo a possibilidade de um mercado em crescimento. No entanto, não é apenas o ponto de vista econômico que importa neste tipo de produção. A produção orgânica traz benefícios à saúde tanto de quem produz como de quem consome tais alimentos, sendo uma prática sustentável que beneficia também o meio ambiente. Ou seja, um maior esclarecimento da população sobre os benefícios da cultura orgânica, também pode contribuir para um fortalecimento deste tipo de mercado. Neste sentido, ressalta-se a importância da educação ambiental como promotora de autonomia e na geração de uma visão mais política sobre o alimento.

No entendimento de Reigota (2017), a educação ambiental não deve se limitar apenas às questões biológicas de preservação ambiental, embora seja um tema bastante importante. Mas deve ir além e contribuir para a formação da autonomia do sujeito, que adquire uma visão mais crítica e questionadora dos acontecimentos. Sendo assim, o autor ressalta ainda que, quando afirma-se e define-se a educação ambiental como educação política, afirma-se também que o que deve ser considerado prioritariamente na educação ambiental é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre seres humanos, visando a superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos. A educação ambiental como educação política deve estar comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e das cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum.

Santos *et al.* (2012) verificaram o crescimento do número de consumidores que buscavam por produtos livres de agrotóxicos e que não eram geneticamente modificados, buscando, desta forma, dar prioridade a alimentos mais saudáveis. Tal

pensamento tem influenciado o crescimento da agricultura orgânica e a conscientização da sociedade quanto à importância do consumo de orgânicos. Esta importância está relacionada à qualidade e à segurança alimentar de tais produtos, como descreve Roel (2002), estes alimentos apresentam maior quantidade de nutrientes e baixas quantidades de substâncias tóxicas quando comparados com os da agricultura convencional.

Atualmente é um desafio garantir alimentos seguros e saudáveis, gerando insumos economicamente necessários, de forma socialmente justa e sem agredir o meio ambiente e prejudicar as próximas gerações (MAZZOLENI e NOGUEIRA, 2006). Neste contexto, a Educação Ambiental contribui para o esclarecimento e a conscientização das pessoas. Apesar de ser um movimento muitas vezes lento e que ocorre em longo prazo, é imprescindível que se torne cada vez mais presente nas práticas cotidianas da população (KURTEN e TERNOSKI, 2016).

Sobre os principais benefícios da produção orgânica para o meio ambiente, os entrevistados relataram (DIÁRIO DE CAMPO, 2019):

A1: Sustentação do meio ambiente.

A2: Respeitar o meio ambiente. A flora e a fauna do local ficam preservadas, as águas também. É uma cadeia muito ampla que preserva, porque o agrotóxico mata toda a vida que tem no local.

A3: É o de não usar nada que possa afetar o meio ambiente. Os produtos são da própria natureza.

A4: Preserva os bichos da natureza, eles precisam um dos outros.

A5: Redução do impacto ambiental, todas as produções geram impacto no meio ambiente, mas a orgânica minimiza esse impacto.

A6: Proteção do meio ambiente.

A agricultura orgânica parte de uma produção que leva em conta a preservação de todos os recursos naturais presentes naquele local, contribuindo para o equilíbrio de todos os seres vivos que ali habitam. O modelo de produção atual leva em conta a exploração dos recursos naturais para se obter maior lucro, porém esta forma de pensamento está contribuindo para a degradação da natureza e, conseqüentemente, para a piora da saúde das pessoas.

Estas reflexões sugerem que deve-se respeitar as subjetividades envolvidas no processo de produção orgânica. No entanto, as análises não devem recair somente sobre os agricultores, mas também englobar todos que se beneficiam de tais práticas. Segundo Azevedo e Pelicioni (2011) é necessário considerar o meio rural como um espaço onde se pode trabalhar na prevenção e promoção da saúde, com a produção de alimentos saudáveis, além de resgatar práticas alimentares tradicionais e que estimulem a territorialização.

CONCLUSÕES

Com base neste estudo foi possível concluir que estes agricultores estão conscientes de seu papel político e social, ou seja, percebe-se o empoderamento dos mesmos diante de suas práticas. Isso fica evidente na valorização da feira como um espaço de convivência e de trocas, tanto entre os agricultores quanto com os consumidores. Além disso, tais agricultores trazem uma visão bastante crítica da agricultura convencional, entendendo os prejuízos que os agrotóxicos trazem para a saúde e o meio ambiente, reconhecendo com isso os benefícios da agricultura orgânica. Outro fator abordado pelos agricultores foi a falta de tecnologia e estudos de manejo para o desenvolvimento da agricultura orgânica, demonstrando com isso a falta de apoio do estado para o pequeno agricultor que trabalha com este tipo de prática.

A análise do trabalho também evidenciou a importância do planejamento de práticas conjuntas, que visem promover a saúde e a sustentabilidade na agricultura. Ponto este fundamental à medida que desenvolvimento rural e promoção de saúde, muitas vezes, aparecem como termos desvinculados, ignorando-se o quanto as práticas agrícolas repercutem na saúde da população e do meio ambiente. Devendo-se então, visar à abertura de espaços no meio rural para que profissionais engajados com a saúde possam atuar em conjunto com os demais, tendo como objetivo a melhora das condições de vida dos agricultores e da população de uma maneira geral.

Entende-se, assim, que o presente estudo aproxima o saber dos agricultores orgânicos com o saber científico, buscando um maior entendimento quanto a este modo de produção e procurando ampliar o conhecimento através de diferentes

vivências, na busca de benefícios, tanto para o produtor como para o consumidor, e conseqüentemente para o meio ambiente. Assim, compreende-se a importância do cuidado com a saúde das pessoas e do meio ambiente, sem visar apenas à lucratividade.

Por fim, destaca-se a importância da implementação de políticas públicas engajadas tanto na produção como no consumo de orgânicos, dando apoio às feiras orgânicas e garantindo alimentos seguros e saudáveis. Neste contexto, entende-se que a educação ambiental desempenha um papel fundamental na sensibilização da sociedade, atuando também de maneira política, para que este tipo de produção conquiste maior visibilidade e respeito por parte do estado.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E; PELICIONI, M. C. F. Promoção da saúde, sustentabilidade e agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 715-729, 2011.

BRASIL. **Lei n. 10.831** de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 24 de dezembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 16 jul. de 2019.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.

FIOCRUZ. **PL do Veneno desconsidera impactos na saúde e meio ambiente**. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/pl-do-veneno-desconsidera-impactos-na-saude-e-meio-ambiente>. Acesso em 5 ago. 2019.

KEDOUK, M. **Prato sujo: como a indústria manipula os alimentos para viciar você**. São Paulo: Abril, 2013. 214 p.

KURTEN, L. B.; TERNOSKI, S. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. 2016. 15p. Monografia (Especialização em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural) - Universidade Estadual do Centro-Oeste. Paraná, 2016.

MARAFON, G. J.; SEABRA, R. S.; SILVA, E. S. O. **O desencanto da terra: produção de alimentos, ambiente e sociedade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. 99 p.

- MAZZOLENI, E. M.; NOGUEIRA, J. M. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. **RER**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 263-293, 2006.
- MAZZOLENI, E. M.; OLIVEIRA, L. G. Inovação tecnológica na agricultura orgânica: estudo de caso da certificação do processamento pós-colheita. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, SP, v. 48, n. 3, p. 567-586, 2010.
- MOREIRA, J. G. **A produção orgânica nos assentamentos em Sant'Ana do Livramento: Uma análise sobre limites e possibilidades**. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Pampa. Sant'Ana do Livramento, 2015.
- PAZ, A. P. C.; VIANA, J. G. A. **Agricultura familiar e a produção orgânica: uma análise das feiras da agricultura familiar para a produção de orgânicos em Sant'Ana do Livramento- RS**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Pampa. Sant'Ana do Livramento, 2018.
- REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017. 112 p.
- RIBAS, P. P.; MATSUMURA, A. T. S. A química dos agrotóxicos: impacto sobre a saúde e meio ambiente. **Revista Liberato**. Novo Hamburgo, v. 10, n. 14, p. 149-158, 2009.
- ROEL, A. R. A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande, v. 3, n. 4, p. 57-62, 2002.
- SANTOS, C. F. *et al.* A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014.
- SANTOS, J. O. *et al.* A evolução da agricultura orgânica. **RBGA**, Pombal-PB, v. 6, n.1, p. 35-41, 2012.
- SANTOS, S. Agroecologia e produção orgânica: uma alternativa ao desenvolvimento rural do capital? **Cadernos de Agroecologia**, Brasília, v. 13, n.1, 2018.
- YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001. 205p.

A ESTRUTURA AGRÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, UMA ANÁLISE HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

Ana Livia de Almeida Silva¹

¹ Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e doutoranda pela mesma universidade, atua na área de geografia humana; dinâmica rural-urbana.

INTRODUÇÃO

As grandes propriedades agrícolas monocultoras estiveram presentes na realidade brasileira, desde o surgimento dos primeiros engenhos ligados a produção do açúcar, tal qual as capitanias hereditárias, com o regime de sesmaria,¹ instaurado pelos portugueses, e demais atos políticos, com o intuito de controlar a posse de terras a um pequeno aglomerado de pessoas ligadas principalmente à coroa e/ou ao governo regente em suas determinadas épocas.

A partir disto, pode-se pensar o estado de Santa Catarina, como detentor de uma diferenciação ao modelo colonial vigente no país, este representado pelo latifúndio açucareiro, escravista e exportador, sendo um estado que na essência da formação de seu espaço agrário, foi reproduzida na forma de pequenas propriedades agrícolas. Com a chegada de imigrantes europeus, principalmente açorianos, eslavos, alemães e italianos no século XIX e a consequente colonização no sul do país, caracterizada pela pequena concentração de terras e culturas de subsistência.

Conforme aponta CORADINI (2009, p.10) “a expansão da ocupação do solo baseava-se na reprodução da agricultura familiar e essa reprodução não se definia pela acumulação do capital na própria agricultura, permanecendo a estrutura produtiva enquanto tal, esta não requeria uma divisão do trabalho que fosse além da produção familiar”. No que se refere à estruturação territorial da ocupação agrícola do estado de Santa Catarina é necessário ressaltar a existência de grande quantidade de terra mantida em sua forma “original”, os dados do censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do ano de 2017 evidenciaram a existência de 183.066 mil estabelecimentos agrícolas, destes, 142.987 mil foram classificados com predomínio da atividade familiar, atingindo 78% do total. Evidenciando que a agricultura familiar continua a exercer importante papel, tanto no abastecimento interno quanto na produção voltada à exportação.

Tem-se por finalidade neste capítulo apresentar inicialmente as principais características da formação do espaço rural brasileiro, para assim tratar da formação do espaço rural do estado de Santa Catarina, e posteriormente como se dispõe a estrutura fundiária atualmente neste estado.

1 Estabelecimento de limites territoriais, no qual o cultivo era obrigatório. A distribuição de terras tinha por objetivo ocupar a terra, principalmente com colonos cristãos.

O capítulo está dividido em cinco partes contando com a introdução, seguido do desenvolvimento que aborda a expansão capitalista e seus reflexos no meio rural brasileiro; A estrutura agrária do estado de Santa Catarina³, ressaltando os processos para sua formação; Os aspectos atuais da estrutura agrária do estado e por último as considerações finais.

A metodologia empregada foi pautada em dados qualitativos e quantitativos; e baseou-se principalmente nos autores: Nazareno José de Campos, Almir Francisco Reis; Jandir Ferreira Lima, José Sidnei Gonçalves e José de Souza Martins. A coleta de informações deu-se em base de dados, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A questão central que norteia o trabalho é: De que maneira e sob quais condições a reprodução do capital sob às propriedades agrícolas brasileiras e catarinenses, influenciou e influencia em sua estratificação fundiária atual?

A EXPANSÃO DA ECONOMIA CAPITALISTA E O ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

A primeira parte deste capítulo traz a abordagem e discussão do desenvolvimento do espaço rural brasileiro no início do século XX, e posteriormente na segunda metade deste século.

Com o intuito de expandir o espaço geográfico em análise, duas vertentes do pensamento desenvolvimentista mesmo que opostas, eram apresentadas como forma de desenvolvimento do espaço rural brasileiro na segunda metade do século XX. De acordo com o autor (GONÇALVES, 1993, p. 23), a primeira forma de modernização “conservadora”, “preconizava a expansão do moderno eliminando o tradicional”, essa forma de modernização faria a manutenção da mão de obra do campo a partir de outros setores que não seriam ligados a agricultura. Já a visão estruturalista “buscava o avanço do moderno, modernizando o tradicional”. A visão conservadora⁴,

3 O destaque ao estado de Santa Catarina se deve às pesquisas anteriormente desenvolvidas no programa de mestrado, aproveitando do conhecimento adquirido durante a pesquisa e trabalhos de campo realizados na área conurbada de Florianópolis, Norte e Sul do estado.

4 Estes exemplos de teorias que tratam a questão do desenvolvimento do rural brasileiro, evidencia como a intervenção no processo de modernização deste, acaba por gerar correntes teóricas dentro da própria questão agrária. Os autores aqui citados trazem uma análise de maneira a compreender o debate da realidade agrária nacional, não é o objetivo abordar as especificidades do pensamento de cada autor, mas sim apresentar determinadas linhas teóricas e de interpretação da realidade agrária nacional.

substanciada pelo golpe militar de 1964, se impôs e com o apoio governamental fez-se várias intercessões de modernização do meio rural.

A passagem da exploração do pau-brasil para a produção de açúcar no nordeste do país no século XV para XVI, assim como o atual processo de troca de pastagem pela usinagem em certas regiões do país como no Mato Grosso do Sul⁵, nos faz pensar que o processo de apropriação de terras e tecnificação das atividades agrícolas estão intrinsecamente ligados à inserção principalmente dos grandes proprietários de terra; dentre alguns dos fatores que nos levam a esta problemática, está a evolução do mercado de grãos que desde o século XX até os dias atuais estão ligados à economia nacional.

No século XX a produção cafeeira brasileira, teve duas grandes quedas, a primeira no final da década de 1920 e a segunda na década de 1970, esses dois momentos apreensivos da produção cafeeira nacional durante o século passado, demonstram o quanto uma economia baseada num processo de reprimarização⁶ se torna frágil na medida em que o mercado se modifica juntamente com as necessidades.

O Brasil passou de país “exportador” de madeira, para açucareiro, posteriormente para mineiro (principalmente ligado aos metais preciosos), cafeeiro e mais tarde com a produção de soja e milho no final do século XX. Essa forma de produção desde meados do século XX teve grandes proporções de investimento de capital para seu desenvolvimento, ligado principalmente a maior produção e facilidade na distribuição de mercadorias.

O modo capitalista de produção transforma o meio rural num ambiente de integração regional e mundial, quando dada mercadoria é negociada na bolsa de valores, a expansão capitalista por sua vez, chega ao rural através dos processos de desenvolvimento tecnológico.

Algumas aplicações dentro da geografia econômica podem ser usadas, como a “exploração dos serviços em infraestrutura” o que “conduz ao chamado efeito *sinalização*”, esse efeito *sinalização* molda duas formas de investimentos via as empresas transnacionais: a primeira “direta (com melhoria e expansão de serviços)”

5 Esses dois exemplos entre dezenas dos existentes, são apenas ilustrativos no sentido da evolução capitalista no campo.

6 Maior valorização dos produtos primários. Atividade agrícola como base da economia nacional.

e a segunda “indireta (ambiente favorável à entrada de capitais externos)” (PEGÔ FILHO; CÂNDIDO JUNIOR; PEREIRA, 1999, p.8). Este exemplo mesmo que em sua essência econômica, pode ser usado para elucidar como o processo de apropriação não somente na posse da terra, mas também em empresas de pequeno e grande porte. O exemplo da expansão da cana de açúcar na região sudeste, a criação de aviários por pequenos produtores na região sul ou até mesmo leiteiros, demonstram como o processo de produção e utilização da terra agem como concentradores e excludentes, uma vez que ditam e reproduzem-se sob à agropecuária, interesses que são externos ao estado ou país, provenientes do grande capital internacional.

Com o desenvolvimento do meio rural brasileiro, desde o século XVIII até os dias atuais, a evolução gradativa das técnicas empregadas no mesmo, proporcionou desenvolvimento, no entanto excluiu o trabalhador rural, sobretudo o de pequeno porte de seu próprio ambiente de trabalho e convívio. O aumento da inserção capitalista no meio rural, aumento de tecnologia empregada nas atividades e a apropriação de terras pela iniciativa privada, nos levam a refletir acerca do processo de apropriação e desapropriação da posse da terra em todo o território brasileiro.

Pensar o capitalismo distante da questão agrária se faz ilusório, pois, desde suas formas primitivas com o surgimento da moeda até o capitalismo “rápido” e “selvagem”, esteve presente no campo. A exploração do latifundiário em relação ao agricultor familiar e as demais classes são uma relação capitalista, relação esta, pautada na subjugação do agricultor de pequeno porte pelo grande, assim como da participação de empresas nacionais e internacionais extremamente controladoras.

O rural é lugar de uma série de contradições e acontecimentos, muitos deles contíguos a um processo histórico de formação latifundiária, processo este que possui em suas raízes o apoio não somente do capital, como também da política.

A “modernização conservadora”, privilegiou principalmente proprietários fundiários e capitalistas, levando à expulsão de parte da população rural, que acaba por se dirigir às cidades. Com a modernização dos setores tradicionais, a diversificação da produção, a concentração e a centralização do capital fizeram com que as grandes empresas comandassem o processo de acumulação, e estas, conjuntamente com o governo nacional e estadual, alcançaram as condições necessárias para expansão e a distribuição da produção.

A ESTRUTURA AGRÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A questão agrária brasileira, esteve historicamente ligada à concentração de terras. Esta advinda de um longo processo de formação latifundiária no país, o qual foi motivo de numerosas lutas de classes e conflitos de interesse de uma mesma ou diferentes classes sociais.

O processo de distribuição de terras no Brasil desde o seu início, foi um fator que propiciou o controle de terras por poucos, as Capitânicas Hereditárias, foram o início do processo de distribuição de terras no Brasil, devido sua grande extensão e receio de invasões, o regime monárquico dividiu o país em quinze lotes com limites até a separação obtida pelo Tratado de Tordesilhas. Essa iniciativa tinha por finalidade o tratamento e exploração da terra, os chamados donatários tinham como objetivo o desenvolvimento da capitania por ele governada, passando de geração em geração e permanecendo até meados do século XVIII.

O exemplo das Capitânicas Hereditárias no Brasil foi um dos primeiros passos para a exploração da terra e sua concentração. Um importante fator que deve ser levado em consideração durante o período das capitânicas, é a origem da mão de obra escravista, nesse sentido o “monopólio de classe sobre o trabalho escravo transfigura no monopólio de classes sobre a terra. O senhor de escravos se transforma em senhor de terras” (MARTINS, 1990, p.45). Com o fim das capitânicas, as regiões antes governadas pelos donatários, eram agora tomadas em parte por posseiros com objetivo de manutenção e utilização da terra.

Partindo da formação territorial brasileira, pode-se apontar que no sul do Brasil, bem como no estado de Santa Catarina a “finalidade da imigração era a ocupação efetiva do solo e sua defesa da fronteira com os países do Prata” (CORADINI, 2009, p. 7). A formação deste espaço agrário repleto de pequenas propriedades e voltadas para agricultura familiar, características dos imigrantes principalmente alemães, italianos e poloneses durante os séculos XIX e XX que coexistem com o povoamento luso-brasileiro de origem mais antiga séculos XVII e XVIII de acordo com (MAMIGONIAN, 1966), voltados principalmente para a criação de suínos no planalto e pequenas lavouras de milho no litoral. A partir destas características pode-

se apontar que:

[...] a formação da estrutura fundiária no espaço delimitado está estreitamente vinculada ao processo de ocupação, sendo que a instalação dos imigrantes em pequenos lotes e a forte capacidade de expansão das famílias descendentes pode ser considerada como responsáveis pelo quadro fundiário vigente. (MANTELLI, 2006, p. 89)

A formação socioespacial de Santa Catarina está intrinsecamente ligada às atividades agrícolas e pecuárias, a base produtiva da economia era caracterizada pela agricultura de cunho policultor como abordado anteriormente, destacando-se o cultivo da mandioca, milho, cana-de-açúcar, café, algodão, arroz, feijão e criação de pequenos animais. Conforme aponta REIS (2012), à essas culturas somaram-se atividades manufatureiras executadas nas propriedades, como: engenhos de farinha e de açúcar, alambiques, curtumes, produção de tecidos (em teares próprios), móveis, utensílios caseiros, ferramentas, cerâmica, e a pesca artesanal. Destinavam-se ao suprimento das necessidades dos povoadores e das embarcações de passagem. Assim como o desempenho de atividades extrativistas (lenha e utilização da madeira, para confecção de embarcações).

O povoamento de imigrantes açorianos no período de 1748 - 1756 efetivou a ocupação da Ilha de Santa Catarina e o continente próximo. De acordo com (FERREIRA, 2016) este é um marco importante para compreender as etapas relativas a um desmatamento e ocupação crescentes nesta localidade. Embora a região não se caracterizasse como um polo produtor e exportador de recursos de alto valor agregado, a partir de meados do século XVIII, a Coroa passou a arrecadar os direitos referentes à pesca da baleia, à passagem de animais, ao corte de madeira, e ainda, à cobrança de dízimos reais.

O aporte dos imigrantes açorianos influenciou a exploração intensiva do território, para abastecer as guarnições militares e as embarcações de passagem. Ao final do século XVIII, a farinha de mandioca atinge mercados, como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em 1796 registram-se diversos empreendimentos como engenhos de mandioca, de aguardente, de açúcar e curtumes. (FERREIRA, 2016 p. 16).

Ao final do período colonial inicia-se a transição entre esta produção de subsistência para a produção comercial e exportação do produto destaque cana-de-açúcar. No entanto, é preciso atentar-se, pois ao passo que as relações comerciais

ganham maiores proporções, no contexto exportador, se mantinha concomitantemente a produção interna de alimentos e criação de animais, ou seja, se o comércio com outros países inicia-se e ganha força, o comércio interno no país também.

O porto de Desterro⁷ concentrou a exportação da maior parte dos produtos da região, sendo eles a farinha de mandioca, milho, arroz e feijão para mercados nacionais, de acordo com CAMPOS, (2013) este comércio tomou impulso após meados do século XIX com a imigração europeia, excedendo a economia rural das populações de gênese açoriana do litoral catarinense.

Os portos catarinenses localizados em Florianópolis, Laguna, Imbituba, Itajaí, e São Francisco escoavam grande parte da produção agrícola regional, esta era compreendida pelos principais produtos: farinha de mandioca, aguardente, açúcar, erva-mate, derivados de suínos e a madeira. A partir de década de 1920, inicia-se a decadência das atividades portuárias, principalmente devido às mudanças macroeconômicas, dentre elas, a substituição do transporte marítimo e ferroviário pelo transporte rodoviário.

A economia regional era caracterizada com atividades altamente concentradas no setor primário, e estavam embasadas na predominância da população rural sobre a urbana, o que foi se alterando ao longo do tempo. A transformação da atividade agrícola de subsistência para a geração de excedentes a serem comercializados acentuou-se de acordo com o aprimoramento da tecnologia. Parte dos agricultores puderam desenvolver-se através de programas governamentais específicos conjugados aos planos de obras, destinadas a criar a infraestrutura para melhorar o desempenho da região e do estado.

A ação estatal, em Santa Catarina, teve suma importância na formação de um parque industrial no Estado, apesar do desenvolvimento industrial se concentrar principalmente em Blumenau e Joinville, altera-se o que era tido como artesanato familiar, para atividades industriais como fábricas de tecidos, móveis, cerâmicas, máquinas, componentes eletrônicos, eletrodomésticos. Na região do Planalto e do Oeste as propriedades familiares de pequeno e médio porte, concentram-se nos complexos agroindustriais de milho, soja, trigo, suínos, aves, carnes industrializadas

7 Nome anterior dado à Florianópolis.

e madeireiro, sua ação industrializante repercutiu em todo território catarinense, MAMIGONIAM (2000), destaca que apesar do processo de industrialização não estar consolidado na década de 1950 no território catarinense, em alguns municípios a realidade já era bem outra.

De acordo com sua análise, as cidades de Blumenau e Joinville já eram notoriamente industriais e a indústria catarinense se encontrava em plena expansão, inclusive superior à média brasileira, Florianópolis estava longe de ser cidade polo, uma vez que as grandes indústrias e demais atividades econômicas de porte estavam espalhadas pelo interior do estado, e seu setor terciário não havia se modernizado.

CAMPOS (2013) alega que as especializações de suas regiões, que tinham na exportação de matérias primas para além do estado catarinense, um de seus principais setores econômicos, veem-se ainda mais reforçadas em sua autonomia, à medida que se fortalece o setor industrial. Outro fator contribuinte é que as principais rodovias serviam para ligar o extremo sul ao centro nacional e às regiões produtivas do estado também ao mercado externo, a economia catarinense se integrou de forma efetiva com o centro dinâmico nacional.

O governo catarinense incentivou a instalação de novas indústrias no Oeste e isto talvez seja um dos fatores que influenciou o crescimento da população e sua posterior dependência ao setor secundário. PEREIRA, (2007, p. 47) afirma que “em 1960, 6% da população do Oeste dependia do setor agroindustrial e em 1970, o número se elevou para 11%”. A infraestrutura produtiva para o escoamento da produção precisa estar ligada com às habilidades da mão de obra, seja ela mais ou menos qualificada, de modo a atender aos pré-requisitos que cada função exige, considerando a tecnologia disponível e em uso.

Nas décadas de 1960 e 1970 também ocorreu uma ampliação significativa na fronteira agrícola do estado, concentrada principalmente no Oeste. Da área total do estado, 72% era utilizada em atividades agrícolas. Consideravam-se como terras destinadas às atividades agrícolas aquelas ocupadas por lavouras permanentes e temporárias, pastagens naturais e artificiais, matas naturais e reflorestadas, além das terras em descanso PEREIRA, (2007).

Com o aprimoramento industrial, alteraram - se fortemente não somente os territórios urbanos, mas também o campo, devido ao intenso êxodo rural que continuará ininterrupto. Os territórios transformam-se de acordo com o ritmo das novas técnicas e isso ocorre tanto em meio urbano como rural.

Acada mudança da técnica mudam-se também os aspectos territoriais presentes, e por sua vez, a produção de mercadorias, neste ciclo as problemáticas a serem enfrentados com relação ao ambiente tornam-se diversas. Segundo FERREIRA, (2016) as diferentes atividades socioeconômicas são entendidas enquanto processos produtivos, funções ou tecnologias, pois os efeitos contraditórios gerados pelas tecnologias não são consequências inesperadas, mas sim mecanismos que sistematicamente conduzem ao emprego de mais tecnologia, o que faz reforçar sua concentração aos maiores detentores de terra e renda.

A modernização da agricultura permitiu que houvesse o uso e manejo de equipamentos para a realização do plantio e criação de animais, fazendo com que ocorresse um aumento da produtividade tanto agrícola como pecuária em menor porção de terra e em menor tempo o que reflete tanto a diminuição de terras agricultáveis, sobretudo às pequenas propriedades, como a aceleração e aumento da produção visando maior lucratividade.

O processo de industrialização se repercute no meio urbano e rural catarinense e brasileiro como um todo, conforme analisado até o momento. A chamada “industrialização do campo” afetou a estrutura fundiária, gerando maior concentração de terras e mudanças nas relações de produção, resultando na diminuição do número de pequenos proprietários/agricultores e o aumento do número de trabalhadores assalariados, conforme será explicitado no subitem a seguir.

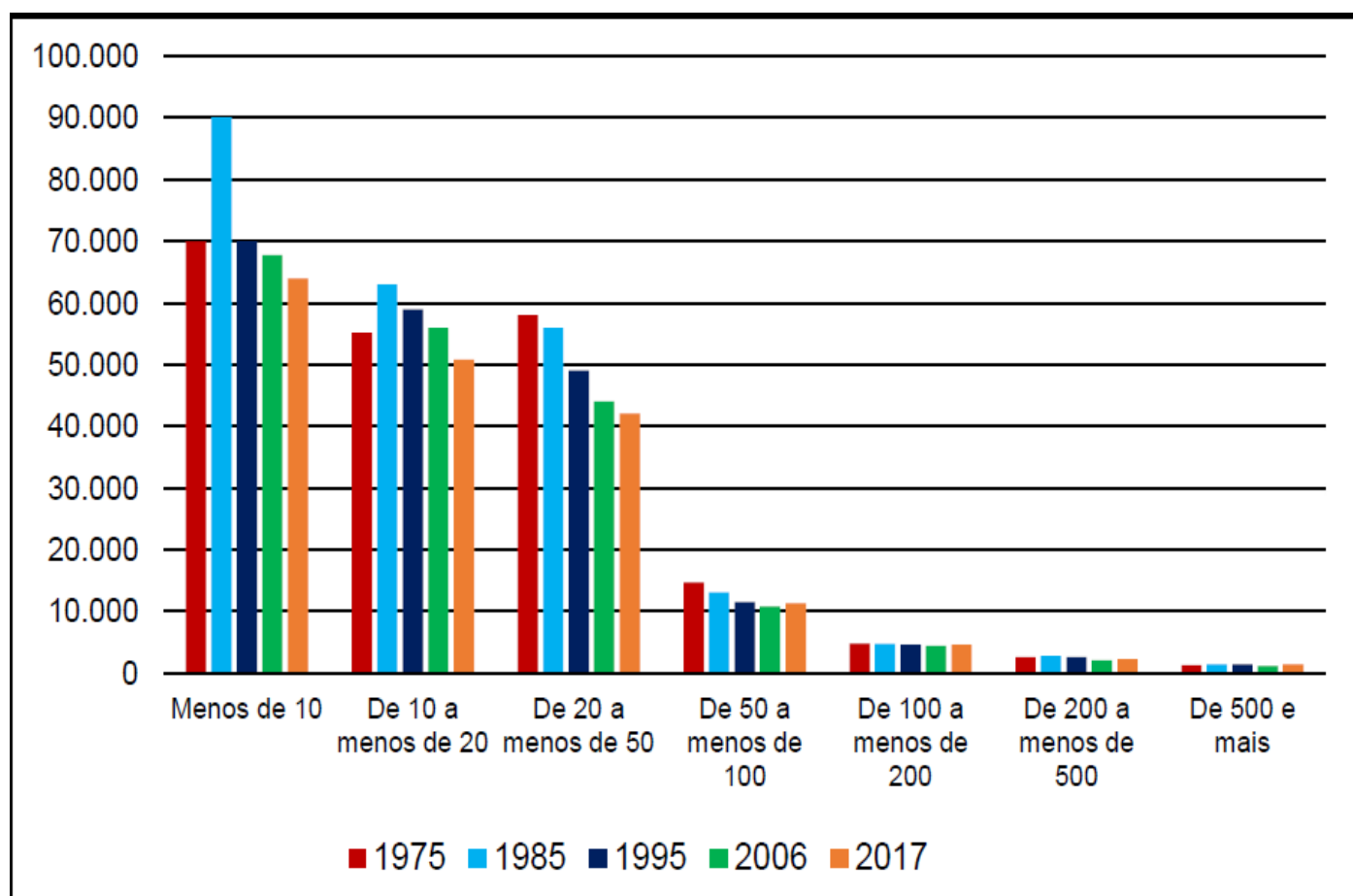
O CENÁRIO ATUAL DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE

Este item trata inicialmente do fator da estrutura fundiária no estado catarinense e seus processos inerentes, como a concentração da propriedade. Posteriormente abordar-se-á o reflexo desta dinâmica para o estado.

Os dados do IBGE (2017) afirmam que o estado de Santa Catarina se caracteriza historicamente pela representatividade da agricultura familiar e pelo predomínio

de pequenas propriedades rurais. São 183.065 estabelecimentos agropecuários que ocupam 6,446 milhões de hectares de terra no estado, com uma área média de 35,2 hectares por estabelecimento. Destes estabelecimentos, 37% possuem menos de 10 hectares de terra, ocupando somente 5% da área total. Por outro lado, apenas 1.447 estabelecimentos possuem 30% da área ocupada no estado. Estes fatores evidenciam a existência de uma concentração de terras presente nos solos catarinenses e pode ser observado no gráfico 1:

Gráfico 1 - Santa Catarina: Evolução do número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (hectares), 1975 – 2017



Fonte: IBGE – Censos agropecuários 1975 – 2017.

Analisando a evolução quantitativa dos estabelecimentos, indicadas no gráfico acima, entre os anos de 1975 a 2017 identifica-se uma tendência de redução daqueles estratos inferiores de terra, sobretudo nos que possuem menos de 50 hectares, ao passo que nos estratos superiores a 100 hectares observa-se uma certa estabilidade no número de estabelecimentos o que sugere, por um lado, um estancamento do processo de divisão das propriedades via herança de terras e, por outro, a compra

de pequenos estabelecimentos por produtores de maior porte.

Contudo, sob a ótica da área ocupada nos diferentes estratos de terra, nota-se que os estabelecimentos de menor porte (até 50 hectares) tiveram expressiva redução da área sob seu domínio, passando de 2,850 milhões de hectares em 1975 para 2,355 milhões de hectares em 2017. Já, nos estabelecimentos com mais que 100 hectares, enquanto 8.645 detinham uma área de 3,047 milhões de hectares no ano de 1975, 8.473 estabelecimentos detinham 3,323 milhões de hectares em 2017, sinalizando um gradativo processo de concentração de terras no estado.

A má distribuição da propriedade de terra é um traço marcante e, ao mesmo tempo, a principal distorção da estruturação fundiária no país. Entre os agricultores familiares, um número significativo é proprietário de um lote menor que 5 hectares⁸, tamanho que, na maior parte do país, dificulta, senão inviabiliza, o manejo dos estabelecimentos agropecuários.

O número de estabelecimentos agropecuários no estado diminuiu, no entanto, a quantidade do número de lavouras permanentes e temporárias aumentou significativamente, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Área total dos estabelecimentos agropecuários em hectares

Culturas	Culturas Permanentes			Culturas Temporárias			
	Anos	1995	2006	2017	1995	2006	2017
Santa Catarina		126.580	219.965	631.370	1.443.840	1.503.334	8.416.718

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 1995, 2006 e 2017

Percebe - se que o desenvolvimento de novos insumos e o aumento da demanda, impulsiona o crescimento da produção agrícola, conseqüentemente aumenta-se a quantidade de lavouras permanentes e temporárias. Observou - se um aumento exponencial do cultivo das mesmas, no estado de Santa Catarina, o que se aproxima de um contexto em que a demanda efetiva e a competitividade do Brasil em relação ao cenário internacional, eleva não somente a produção, como também a capacidade de manter a terra produzindo.

As áreas de lavoura permanente e temporárias do estado segue num cresci-

8 Censo Agropecuário – IBGE, 2006.

mento em produtividade e não espacialmente, sugerindo não apenas uma concentração de terras, mas de tecnologia.

A maior produtividade, o aumento tecnológico e a demanda tanto interna quanto externa, proporcionou um desenvolvimento do rural com maior produtividade em menores espaços, sendo assim, o estado de Santa Catarina detêm as características fundiárias do trabalho familiar, bem como do latifúndio.

A expansão do processo de urbanização e crescente especulação imobiliária culminaram com êxodo das populações provenientes do campo e de certa forma com a persistência da pobreza, fator este diretamente associado à concentração de terra.

Realidade esta de muitos agricultores familiares ao apresentarem grande perda de suas lavouras por ausência de instrumentos atenuantes que protejam quanto às intempéries do clima, por apresentarem dificuldades quanto ao armazenamento de seus produtos, os altos preços exigidos pelas redes de supermercados, ao comercializarem os alimentos, com um índice mínimo de lucratividade e o desinteresse por parte dos filhos para darem continuidade ao trabalho agrícola.

A agricultura recebeu influências e alterações provenientes do mercado, no entanto a viabilização para o acesso destas mudanças não acompanhou o tamanho da imposição das mesmas. O que ocorre na prática é que a grande maioria dos produtores necessita de recursos de terceiros para operar suas unidades de maneira mais eficaz, rentável e sistêmica. A ausência desses recursos, seja pela insuficiência da oferta de crédito, seja pelas condições contratuais inadequadas, impõe sérias restrições ao funcionamento de uma agricultura familiar mais moderna e, principalmente, à sua capacidade de manter-se competitiva em um mercado cada vez mais agressivo e exigente. Ressaltando a importância de um olhar mais atento por parte das instâncias públicas, órgãos de e da própria comunidade à esta problemática tão marcante no Brasil e em Santa Catarina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo buscou de maneira geral apresentar algumas considerações a respeito da questão agrária brasileira, em especial a catarinense e retratar como o desenvolvimento do meio rural atualmente é muito mais influenciado pela produtividade toneladas/hectares do que pela expansão territorial agrícola exclusiva-

mente na região sul do Brasil.

O crescimento das lavouras de grãos e as ciências aplicadas na agricultura fizeram do rural um ambiente de contradições. Áreas mais desenvolvidas com um incremento tecnológico elevadíssimo dividem espaço com a produção familiar que na maioria das vezes detém baixa tecnologia e um número reduzido de investimentos para acesso aos implementos e maquinários agrícolas.

Diante do avanço do processo de intensificação da divisão social e territorial do trabalho, entender a dinâmica agrária regional e também nacional torna-se importante na medida em que diversas atividades têm sido expandidas no território brasileiro. Ressalta-se que a divisão social e territorial do trabalho não se faz igualmente em todos os espaços, compreendendo uma combinação de fatores como demografia, modernização da agricultura, transporte, indústria, investimentos.

Os agricultores apresentam cada vez mais dificuldades como: a sucessão do trabalho familiar, pois os filhos não apresentam interesse em permanecer na propriedade, fazendo com que os agricultores contratem mão de obra com maior frequência encarecendo a produção; acesso ao crédito, devido aos juros elevados; comercialização de seus produtos, devido aos preços elevados exigidos pelos supermercados; à taxaço do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU⁹ mesmo em meio comprobatório de uso da terra destinado ao cultivo agrícola em solo urbano, fazendo com que cogitem o arrendamento, ou mesmo venda, de terras para o futuro.

No que concerne ao espaço rural catarinense em sua totalidade e dinamicidade expõe uma série de transformações, que muitas vezes reproduzem mais os interesses ou contextos nacionais e/ou mundiais do que os propriamente regionais, o que nos ajuda a compreender por que determinados cultivos são realizados, as quedas das safras, a estrutura fundiária.

Considerando as características da região sul, bem como do estado catarinense, pode - se afirmar que o desenvolvimento de seu meio rural, se deu de maneira única em relação às demais regiões brasileiras, devido à sua estrutura fundiária e formação histórica.

9 De acordo com a lei nº 5.172 de 1966 (Art. 15) fora estabelecido que, na área urbana, os imóveis/propriedades que são comprovadamente utilizados para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial o Imposto Territorial Rural - ITR incide sobre o imóvel ao invés do IPTU.

A legislação brasileira, ao que tudo indica, privilegia as funções político-administrativas exercidas a partir da cidade. Esta, com suas funções centralizadoras, torna-se depositária do poder público e distribuidora dos bens e serviços públicos/privados, destinados a todos os municípios, nos espaços rurais e urbanos.

O uso de maquinários como tratores, colheitadeiras e tecnologia como sementes modificadas, fertilizantes, que passam a facilitar o desempenho do trabalho, e aumentar a produtividade agrícola não contempla a todos os agricultores, resultando em casos de endividamento, bem como a sua marginalização da cadeia produtiva agrícola, no que consiste à produção, comercialização e consumo. Estes aparatos tecnológicos ficam por sua vez, concentrados aos maiores detentores de terra e renda, acentuando a reprodução de desigualdades. Se faz necessário maior equidade quanto ao uso de tecnologias como maquinários, infraestrutura, acesso a investimentos para a maior beneficiamento da produtividade de pequeno porte, sobretudo no estado catarinense.

REFERÊNCIAS

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1986.

CAMPOS, N. J. São José – SC: Faces do Rural no Transcorrer Histórico. *In*: CAMPOS, N. J.; BRANDT, M. CANCELIER, J. (Org). **O Espaço Rural de Santa Catarina: novos estudos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013, p. 8.

CORADINI, O. L., and FREDERICQ, A. Agricultura, cooperativas e multinacionais [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 7-33.

FERREIRA, W. Etapas históricas e condicionantes geopolíticos das atividades socioeconômicas da Ilha de Santa Catarina. *Revista Santa Catarina em História – Florianópolis – UFSC – Brasil* ISSN 1984-3968, v.10, n.1, 2016. p. 8-23.

GONÇALVES, J. S. A questão agrária nos clássicos revisitada: as ideias, seu tempo e seu lugar. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.23, n.08, p.23-33, ago. 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

Censo Agrícola, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_t12_p1_pr_sc.pdf> Acesso em: 10 de Março de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – Censos Agropecuários 1970 – 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 10 de Março de 2021.

LIMA, F. J. et al. O uso das terras no sul do Brasil: uma análise a partir de indicadores de localização. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2006, vol.44, n.4, pp.677-694.

MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1990.

MAMIGONIAN, A. **Indústria de Santa Catarina** – In Relatório parcial do projeto integrado de pesquisa, “Santa Catarina: Sociedade e Natureza”, 03 de março de 2000.

MAMIGONIAN, A. Notas sobre os frigoríficos do Brasil central Pecuário. In: Boletim Paulista de Geografia, n° 51. São Paulo: AGB. 1976.

MANTELLI, J. O setor agrário da região noroeste do Rio Grande do Sul. Geosul, 2006, v.21, n.41, pp.87-105.

PÊGO FILHO, B; CÂNDIDO JUNIOR, J. O. ; PEREIRA, F. Investimento e Financiamento da Infraestrutura no Brasil: 1990/2002. Brasília, 1999. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0680.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

PEREIRA, C. J. O Desenvolvimento Econômico do Oeste Catarinense. Mestrado em Gestão de negócios, Universidade Católica de Santos, 2007, p. 37- 53.

REIS, A. F. **Ilha de Santa Catarina, permanências e transformações**. 1ª ed. Florianópolis: Editora da UFCC, 2012 p.12 – 27.

SADER, E. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DESCARTE DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE TIRADENTES DO SUL-RS

Vanessa Raquel Brumelhaus¹

¹ Vanessa Raquel Brumelhaus formada em Tecnólogo em Gestão Pública (UNOPAR-2019), Pós graduação em Gestão Pública e Gestão Ambiental (FAVENI 2019) e Graduação em Licenciatura em Geografia (UFMS-2020).

INTRODUÇÃO

Segundo Scalco (2011), com surgimento no início do século XX e expansão de uso após a II Guerra Mundial, os defensivos agrícolas são hoje um insumo indispensável para a agricultura no mundo. Junto com sementes geneticamente modificadas, mecanização do meio rural e criação de técnicas avançadas de cultivo, os defensivos agrícolas fazem parte do processo de devolução dos paradigmas produtivos globais, que se pautam especialmente pelo aumento da produtividade.

A indústria de defensivos agrícolas, tanto em termos globais como locais, caracteriza-se por ser altamente concentrada e por utilizar a inovação como principal estratégia competitiva. Seis empresas multinacionais dominam, hoje, o mercado mundial e têm no centro de sua estratégia, a inovação tecnológica, principalmente, em produtos e processos. Essa estratégia é complementada por ações que vão da integração entre defensivos e sementes ao marketing de clientes, gestão da marca e do portfólio de produtos (SCALCO, 2011).

Nos dias atuais o Brasil é considerado a nação campeã na devolução de embalagens vazias, assim supera a média mundial de 40% e a de outros países. Segundo dados do INPEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) aproximadamente 84% das embalagens vazias de agrotóxicos utilizados no Brasil são devolvidos, independentemente se foram lavadas ou não. Porém este número embora seja alto, não representa uma situação amplamente confortável, pois se sabe que o descarte incorreto das embalagens contaminadas acarreta problemas gravíssimos a todo nosso ecossistema.

A Lei Federal nº 9.974 de 2000 trata que usuários de agrotóxicos, seus componentes e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante, podendo a devolução ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados e fiscalizados pelo órgão competente (SCALCO, 2011).

Por meio de notícias pode-se averiguar que boa parte da sociedade agricultora não faz o procedimento correto com o descarte das embalagens de agrotóxicos. O pequeno município de Tiradentes do Sul infelizmente exemplifica este fato (SCALCO, 2011).

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Trazer à tona como é feito o descarte de embalagens vazias de agrotóxicos no município de Tiradentes do Sul-RS.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- a) Compreender o que a legislação vigente estabelece para o descarte correto das embalagens de agrotóxicos;
- b) Apontar quais são as responsabilidades do fabricante, comerciantes, usuários e poder público perante a utilização de agrotóxicos;
- c) Citar exemplos de impactos ambientais ocasionados pelo descarte inadequado das embalagens.

METODOLOGIA

As etapas desta pesquisa compreendem revisão bibliográfica, sobre o assunto e visitas de campo. Com a revisão bibliográficas pretende-se aprofundar o conhecimento sobre a tese acerca do descarte de embalagens de agrotóxicos adequados.

As visitas de campo tendem observar se os usuários estão realizando o descarte correto.

Além disso, é possível consultar a legislação vigente. A mesma é facilmente de ser consultada por qualquer cidadão nos meios de comunicação, livros, revistas e nas próprias embalagens dos defensivos agrícolas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Embora a indústria de agrotóxicos tenha surgido após a Primeira Guerra Mundial, seu uso foi difundido nos Estados Unidos e na Europa após a Segunda Guerra Mundial, e no Brasil durante o período que ficou conhecido como a modernização da agricultura nacional, situado entre os anos de 1945 e 1985. Foi também neste período, notadamente após 1975, que se efetivou a instalação da primeira indústria de agrotóxicos no país, conformada pelas principais empresas fabricantes destes produtos em nível mundial (PELAEZ, 2010).

O mercado brasileiro de agrotóxicos apresentou crescimento significativo: entre 1977 e 2006 o consumo de agrotóxicos expandiu-se, em média, 10% ao ano, fazendo assim com que o Brasil estivesse, desde meados dos 1970 até 2007, entre os seis maiores consumidores de agrotóxicos do mundo (PELAEZ, 2010).

Durante os primeiros quarenta e cinco anos do século XX foram largamente consumidos no Brasil produtos agrotóxicos naturais, produzidos localmente. Após a Segunda Guerra Mundial os agrotóxicos dominaram o mercado mundial e no Brasil não foi diferente (PELAEZ, 2010).

Na maioria das vezes as embalagens vazias de agrotóxicos são colocadas em lugares que não possuem a sua devida finalidade. A colocação das mesmas nesses lugares incorretamente é perigosa para o homem, animais e todo meio ambiente que os mesmos abitam. Elas são fontes enormes para contaminação de nascentes, córregos, rios e mananciais de água que abastecem as propriedades rurais e as cidades. Além disso, algumas pessoas no município reutilizam as embalagens para armazenar água e alimentos de animais e plantar flores.

A Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) divide as embalagens agrotóxicas em duas categorias:

Embalagens Laváveis: As embalagens laváveis são caracterizadas como embalagens rígidas que possuem formulações líquidas para serem diluídas em água. Nessas embalagens deve ser realizada a tríplice-lavagem ou lavagem sob pressão;

Embalagens não laváveis: As embalagens não laváveis se referem a embalagens flexíveis e rígidas que não utilizam a água como veículo de pulverização,

devendo ser mantidas intactas adequadamente tampadas e sem vazamento. Essas embalagens não poderão ser recicladas por estarem contaminadas.

Os resíduos de embalagens de inseticidas e agrotóxicos são classificados como resíduos perigosos, pois os mesmos contêm substâncias químicas que podem modificar todo um ambiente nas suas mais diferentes formas de vida. Além disso, os mesmos interferem de forma definitiva na cadeia natural, contaminando o solo, a água e o ar e influenciando diretamente na saúde da população de qualquer idade e nível social.

HISTÓRIA DE TIRADENTES DO SUL

O primeiro nome dado ao município foi Canafístula, porém o nome inicialmente não era de agrado dos moradores. No dia 21 de abril de 1946, dia de aniversário do mais antigo morador era inaugurada a primeira escola, reuniram-se então os moradores quando num discurso improvisado o Sr. Pedro Ervino Renz sugeriu o nome de Tiradentes, uma homenagem cívica ao mártir da “Independência”, ou seja, líder de movimentos de libertação colonial no Brasil (ZÜGE et al, 1996).

O nome foi aprovado e em 1953 através da Lei Municipal foi criado o Distrito de Tiradentes, antes de se tornar distrito, nosso município pertencia ao distrito de Alto Uruguai e ao município de Três Passos, quando então passou a chamar-se Tiradentes do Sul, pois no Estado já havia um município com o nome de Tiradentes (ZÜGE et al, 1996).

Pela Lei Estadual nº 9625 de 20 de março de 1992 cria-se o município de Tiradentes do Sul. A emancipação ocorreu no dia 1º de janeiro de 1993, quando foram empossados, o primeiro Prefeito Municipal o Sr. Hélio Scheuermann, vice-prefeito Florentino Schneider, os nove vereadores e secretários de administração. A posse legal deu-se no Salão Paroquial da Comunidade Católica da cidade de Tiradentes do Sul (ZÜGE et al, 1996).

O município de Tiradentes do Sul localiza-se a uma latitude 27º23'51" sul e a uma longitude 54º05'02" oeste, estando a uma altitude de 407 metros. Está incluso na região celeiro do Estado do Rio Grande do Sul, faz divisa por terra com a cidade de Três Passos, Esperança do Sul, Crissiumal e pelas águas do rio Uruguai com El-

Soberbio Argentina. (ZÜGE et al, 1996).

Segundo o último senso do IBGE no ano de 2010 a população do município era de 6.461 habitantes e conta com cinco distritos: Novo Planalto, Porto Soberbo, Alto Uruguai, Lajeado Bonito e o distrito da Sede.

Atualmente quanto ao aspecto econômico o município é essencialmente agrícola, tendo destaque a produção leiteira, uma atividade que não envolve muito custo e tem um retorno financeiro mensal para os agricultores. Algumas áreas são destinadas a produção de soja, trigo e milho, e em menor escala outras culturas como frutas, verduras, mandioca, batata, feijão, produção de queijos, que são destinados ao consumo da família e comercializados em pequenas quantidades. O comércio está em desenvolvimento para suprir mais do que as necessidades dos habitantes locais e a agropecuária está voltada a criação de rebanho leiteiro e na suinocultura (ZÜGE et al, 1996).

DESCARTE ADEQUADO DAS EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS

As embalagens vazias de agrotóxicos anos atrás sempre foram descartadas sem controle e fiscalização e a prática de enterrá-las, atualmente, é considerada inadequada devido aos altos riscos de contaminação do solo e das águas subterrâneas, outra prática também muito utilizada foi a queima aonde a poluição do ar ocorria.

De acordo com a Associação Nacional de Distribuidores de Defensivos Agrícolas (ANDAV) o principal motivo para a destinação final correta para as embalagens vazias dos agrotóxicos é diminuir o risco para a saúde das pessoas. Durante muitos e muitos anos, o Governo vem trabalhando em conjunto com a iniciativa privada em um programa nacional para o destino final das embalagens, e hoje se sabe que os principais ensinamentos sobre o tema abordado têm surgido através de iniciativas da indústria e da participação voluntária da sociedade.

O IMPEV é uma entidade sem fins lucrativos que representa a indústria fabricante de defensivos agrícolas em sua responsabilidade de destinar corretamente as embalagens devolvidas pelos agricultores, a parte mais significativa é que o instituto é responsável de transportar adequadamente as embalagens devolvidas de Pos-

tos para Centrais e das Centrais de Recebimento para destino final (recicladoras ou incineradoras) conforme é determinado pela Lei 9.974 / 2000 e Decreto 4.074 / 2002. Para administrar o processo logístico que é essencial, utiliza o conceito de logística reversa, na qual disponibiliza o caminhão que transporta os agrotóxicos com embalagens cheias para os distribuidores e cooperativas do setor e que voltariam descarregados, trazendo as embalagens vazias a granel ou compactadas que foram armazenadas nas unidades de recebimento.

Conforme a Lei 9.974/00 as obrigações quanto ao descarte de embalagens vazias de agrotóxicos está dividida em:

Responsabilidade do usuário:

Devolver as embalagens vazias dos produtos adquiridos aos próprios comerciantes que possuam instalações adequadas ou em postos de recebimento. As embalagens devem ser devolvidas dentro do período de um ano e transportar as embalagens, devendo acumulá-las, dentro do prazo estabelecido. Cabe ainda aos usuários, realizar corretamente uma lavagem especial das embalagens rígidas (plásticas, metálicas ou de vidro) que acondicionam formulações para serem diluídas em água (SOUZA, 2005).

SOUZA (2005) constatou que 61% das embalagens devolvidas contêm resíduos e que o descarte inadequado das embalagens de agrotóxicos em rios, nas plantações e também em aterros, provoca graves problemas de poluição ambiental o procedimento ideal de limpeza é por tríplice-lavagem da seguinte forma:

1. Esvaziar completamente o conteúdo da embalagem no tanque do pulverizador;
2. Adicionar água limpa à embalagem até $\frac{1}{4}$ do seu volume;
3. Tampar bem a embalagem e agitá-la por aproximadamente 30 segundos;
4. Despejar a água de lavagem no tanque do pulverizador.
5. Repetir o mesmo procedimento mais duas vezes;
6. Após a lavagem, tampar e perfurar ou inutilizar a embalagem de forma a impedir a reutilização.
7. É importante para facilitar a identificação dos produtos, que o rótulo seja mantido intacto.

Porém também existe a lavagem sob pressão que funciona da seguinte maneira:

1. Transferência do conteúdo da embalagem para o tanque do pulverizador; deve-se emborcar a embalagem pressionando o bocal sobre o bico rotativo para abertura da válvula;
2. Manter a embalagem assim por pelo menos 30 segundos;
3. Retirar a pressão sobre a embalagem, mantendo-a nessa posição até o completo esgotamento da mesma.

Responsabilidade do comerciante:

Buscar adequação de suas instalações ao máximo possível, construir postos de recebimento ou planejar formas a facilitar a devolução das embalagens por parte dos usuários, indicando na nota fiscal o local de devolução das embalagens vazias, além de orientá-los sobre o procedimento correto no manejo das embalagens (JUNIOR PHILIPPI et al, 2005).

Responsabilidades do fabricante:

Segundo a Andav (2000), os fabricantes devem:

1. Prover o recebimento, a reciclagem ou a destruição das embalagens vazias devolvidas às unidades de recebimento em, no máximo, um ano, a contar da data de devolução pelos usuários/agricultores;
2. Informar os comerciantes sobre os locais onde estão localizadas as Centrais de Recebimento de embalagens;
3. Elaborar, junto ao Poder Público, programas educativos e mecanismos de controle e conscientização sobre a lavagem e à devolução das embalagens vazias por parte dos usuários;
4. Desenvolver, em colaboração com o Poder Público, medidas que orientem os usuários em relação ao atendimento das exigências previstas no Decreto n.º 3550, enquanto se realizam as adequações dos estabelecimentos comerciais e dos rótulos e bulas;

5. Fazer a modificação dos modelos de rótulos e bulas para que contenham informações sobre os procedimentos de lavagem, armazenamento, transporte, devolução e destinação final das embalagens vazias.

Responsabilidades do Poder Público:

É dever do Poder Público, segundo o INPEV (2012), a responsabilidade sobre a maneira de descarte correto:

1. Inspecionar o funcionamento do sistema de destinação final de embalagens de defensivos agrícolas;
2. Licenciar o funcionamento para postos de recebimento de acordo com os órgãos competentes de cada Estado;
3. Educar, conscientizar e apoiar o agricultor, quanto as suas responsabilidades dentro desse processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No município de Tiradentes do Sul nos dias atuais são encontradas duas cooperativas corretamente legalizadas que trabalham com a comercialização de agrotóxicos. A Cotrimaio, Rua Lajeado Bonito, 89 e a Cotricampo localizada na Vila Novo Planalto, s/nº-Prédio B- Tiradentes do Sul-RS. Perante acesso a notas fiscais de venda, pode-se observar que as duas cooperativas localizadas no município não possuem instalações adequadas ou postos de recebimento para a realização do mesmo. O destino das embalagens da Cooperativa Cotrimaio é o posto de recebimento na sua matriz em Rua nº 2450. Bairro subúrbios, Três de Maio-RS. As da Cooperativa Cotricampo são levadas para o posto de recebimentos em Rua 10, Fundos B de Bom Progresso-RS.

Conforme a obrigatoriedade prevista em lei, as mesmas tendem a marcar certa data em um determinado período de meses e avisar os agricultores que tragam todas as suas embalagens limpas de maneira correta. Nesta data através de auxílio de caminhões especializados para o transporte da matéria é realizado o descarte adequado, os recipientes são transportados até a matriz de cada cooperativa onde cada qual possuem instalações e postos de recebimento adequados. O consumidor

ao fazer a entrega deste material recebe um comprovante com todos os dados de transferência da embalagem (ANDAV, 2000).

Conforme visto pela própria pesquisadora em visitas realizadas á propriedades rurais do interior do município de Tiradentes do Sul, a maioria dos agricultores realiza a devolução das embalagens de agrotóxicos vazias, porém infelizmente ainda ocorre uma minoria que descarta as embalagens em lugares inadequados como em rios, matos, reutilização para alimentação de animais, plantio de flores e queima que pode ocasionar a poluição do solo, rio, água e atmosfera.

CONCLUSÃO

Com base na análise dos dados levantados, foi possível concluir que a legislação vem sendo cumprida por grande parte dos agricultores no município de Tiradentes do Sul e de todo o Brasil. Cenário evidenciado através do crescente fluxo de embalagens vazias de agrotóxicos devolvidas aos postos e centrais de recebimento.

O fluxo da logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos é uma ferramenta fundamental para minimização dos impactos ambientais ocasionados pela disposição inadequada das embalagens, sendo uma condicional utilizada progressivamente para o desenvolvimento no setor agrícola com a finalidade da destinação dos resíduos perigosos gerados na atividade (BARREIRA & PHILIPPI, 2002, p. 2).

Cabe à sociedade entender que resíduos de embalagens de inseticidas e agrotóxicos enquadram-se na categoria de resíduos perigosos por conterem substâncias químicas que modificam o ambiente nas suas mais diferentes formas de vida, comprometendo de forma definitiva a cadeia natural, influenciando diretamente a saúde da população, seja ela de qualquer nível social (BARREIRA & PHILIPPI, 2002, p. 2).

REFERÊNCIAS

ALENCAR, JOSÉ ADALBERTO et al. **Descarte de embalagens de agrotóxicos**. Pesticidas: Revista de Ecotoxicologia e Meio Ambiente, [S.l.], v. 8, dec. 1998. ISSN 0103-7277. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/pesticidas/article/view/39502/24287>>. Acesso em: 21 abril. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/pes.v8i0.39502>.

ARAUJO, ELIANE. Impactos dos agrotóxicos na alimentação, saúde e meio ambiente. Rede Mobilizadores, agosto de 2016. Acesso em < 21 de abril de 2021. <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Cartilha-Agrotoxicos-final.pdf>>.

CARNEIRO, CYNARA RODRIGUES et al. **Agrotóxicos e as repercussões na saúde dos trabalhadores rurais**. Revista Brasileira de Gestão Ambiental, Janeiro de 2019. Acesso em < <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBGA/article/view/6344>>.

JUNIOR PHILIPPI, A. P; BARREIRA, L. P. **A problemática dos resíduos de embalagens de agrotóxicos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/mexico26/iv001.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2012.

PHILIPPI Jr., A. **Saneamento, saúde e ambiente: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. II Coleção. Barueri, SP: Manole, 2005.

OLIVEIRA, G.M. et al. **Descarte responsável de embalagens de agrotóxico**. PUB-VET, Londrina, V. 7, N. 8, Ed. 231, Art. 1527, Abril, 2013.

PELAEZ, V. & TERRA, F. h. b & SILVA, L. R. **A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente**. Revista de Economia, v. 36, n. 1 (ano 34), p. 27-48, jan./abr. 2010. Editora UFPR. Acesso em < <https://revistas.ufpr.br/economia/article/download/20523/13714>>.

SCALCO, R. P. et al. **O uso da inovação como estratégia competitiva no mercado de defensivos agrícolas no B defensivos agrícolas no Brasil**, Rev. Econ. do Centro-Oeste, Goiânia, v.2, n.1, pp. 2-25, 2016.

SOUZA, C. R; FAVARO, J. L. **Questionamentos Sobre a Destinação Final de Embalagens Vazias de Agrotóxicos**. Revista Eletrônica Lato Sensu – UNICENTRO. n. 1, Ano 2, 2007. Disponível em: < http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/2%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Aplicadas/PDF/25-Ed2_CS-Questio.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2012>.

ZÜGE et al, **Tiradentes do Sul e sua história**, Biblioteca Pública, 1996.

AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS NA ARENA DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO POPULAR EM PORTO ALEGRE

Priscila Gualberto de Lima¹

1 Professora do Instituto Federal Farroupilha (IFFar - Campus São Borja), desde 2014. Concluiu o Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2014, o Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas em 2010 e a Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil em 2014. Além disso, especializou-se em Administração Pública e Gerência de Cidades pela Faculdade de Tecnologia de Curitiba em 2009 e graduou-se em Administração pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul em 2007. Endereço de e-mail: priscila.lima@iffarroupilha.edu.br.

INTRODUÇÃO

O número de conselhos municipais de políticas públicas no Brasil vem apresentando um crescimento intenso desde os anos 1990. O rápido aumento destas instituições participativas foi e é objeto de variadas pesquisas na literatura acadêmica sobre o tema. Há uma ampla gama de investigações acerca das experiências conselhistas nas suas distintas áreas de atuação. Como resultado disso, pode-se observar um conjunto de variáveis que explicam o seu êxito ou não, dentre as quais se destacam o desenho institucional, a densidade associativa, a cultura política dos atores e seus recursos, quer individuais quer coletivos, e a vontade política das elites (CÔRTEZ, 2011; ALMEIDA; CUNHA, 2011).

Este artigo tem como tema as instituições participativas (IPs) e a política de habitação popular² em Porto Alegre. Experiências de participação, a exemplo dos conselhos gestores de políticas públicas (CGPPs) e dos orçamentos participativos (OPs), são instituições já que não são práticas participativas episódicas da vida política no País, constituindo-se em “[...] formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas” (AVRITZER, 2008, p. 45). Com efeito, permitem o envolvimento regular e continuado de cidadãos com a gestão pública, tanto diretamente quanto através de representantes (CÔRTEZ, 2011).

Neste artigo, estuda-se os conselhos ligados à gestão das políticas urbanas, mais especificamente os que estão vinculados à política de habitação popular. De acordo com dados do IBGE (2009), a presença deste tipo de conselho e fundos municipais de habitação cresceu significativamente nos últimos anos. Em 2001, conselhos vinculados à habitação estavam presentes em cerca de 10% dos municípios, sendo que, no ano de 2009, este percentual passava de 42%. Os dados da pesquisa mostram que essas experiências são maiores na região Sul do Brasil, onde a proporção de municípios com conselhos e com fundos passa de 60%, seguida pelo Centro-Oeste (50%), Sudeste (42%) e as regiões Norte e Nordeste que estão presentes em 30% dos municípios.

2 A habitação popular, habitação de caráter social ou habitação de interesse social é dirigida aos setores da estrutura social que não tem renda que permita acesso à moradia própria por meio dos mecanismos usuais do mercado imobiliário e financeiro. Neste artigo serão utilizados os três termos para se referir à habitação popular.

No Rio Grande do Sul, desde os anos 1990, vêm se multiplicando iniciativas no sentido de permitir a participação da sociedade na gestão pública. Na cidade de Porto Alegre, surgiram práticas democráticas inovadoras, das quais a mais reconhecida é o Orçamento Participativo, cuja primeira experiência ocorreu em 1989, sendo hoje adotado por vários outros municípios do Brasil e do mundo. Em parte, o êxito de processos participativos na cidade de Porto Alegre está associado à existência de uma população com significativa vivência em termos de envolvimento associativo e de mobilização sociopolítica (ABERS, 2000; FEDOZZI, 2000; BORBA; ALFONSIN; GONZALÉZ, 2007; AVRITZER, 2003; RIBEIRO; GRAZIA, 2003; BAIOCCHI, 2005; SINTOMER et al., 2010; SILVA; CORTÊS, 2009).

Conforme dados da PMPA (2012a), as instituições participativas ligadas à habitação popular em Porto Alegre são: o Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação (COMATHAB); o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA) e; o Conselho do Orçamento Participativo (COP). Considerando-se o propósito da análise e a amplitude do tema a ser tratado, serão enfocadas as três principais IPs que tratam da questão habitacional na cidade, ou seja, o COMATHAB, o CMDUA e o COP (Quadro 1). Ainda que haja diferenças entre estas IPs, o presente estudo considera os três conselhos de forma geral, tendo centralidade aqui o ponto em comum entre estas, ou seja, decisões sobre os problemas habitacionais das camadas populares da cidade.

Quadro 1 – Composição do COMATHAB, CMDUA e do COP

Instituições participativas	Composição
Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação (COMATHAB)	27 representantes titulares, sendo 9 do governo, 9 das entidades profissionais e 9 representantes de cidadãos eleitos nas Regiões do OP.
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA)	28 representantes titulares, dos quais 9 são do governo, 9 das entidades profissionais, 9 da comunidade, acrescido do secretário (a) da SPM, que é o presidente do CMDUA definido em lei.
Conselho do Orçamento Participativo (COP)	46 representantes titulares, sendo 44 das Regiões do OP e Plenárias Temáticas, um representante da UAMPA e um representante do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA).

Fonte: PMPA, 2011b.

Os segmentos de representação existentes no COMATHAB e no CMDUA são divididos em três categorias: Estado, sociedade civil e mercado. O COMATHAB distribui seus 27 assentos de forma paritária (1/3), com nove representantes de órgãos estatais, nove representantes de entidades comunitárias e nove representantes de entidades de classe. Já o CMDUA é composto por 28 assentos, os quais se distribuem também de modo paritário (1/3), contando com nove representantes de entidades governamentais, nove representantes de “entidades de classe”¹ e nove representantes da comunidade, acrescentando-se o presidente do CMDUA, que é indicado pela Secretaria do Planejamento Municipal. O COP, por sua vez, é formado por 46 representantes titulares, que incluem representantes das 17 Regiões do OP, das Temáticas da Cidade, da UAMPA e do Executivo municipal.

Ancorado em uma proposta metodológica quali e quantitativa, esta tese utilizou duas técnicas de coleta de dados: pesquisa documental e questionário. Para a condução da etapa qualitativa da pesquisa, foram coletados e sistematizados alguns documentos originais provenientes dos três conselhos, os quais foram analisados para verificar sua institucionalidade. Assim, no exame da institucionalização das IPs no presente estudo, considerou-se a presença ou a ausência de variáveis, dado que quanto maior o número de elementos presentes, maior é o grau de institucionalidade das mesmas. Desse modo, as variáveis selecionadas para a análise documental da pesquisa foram: contexto de criação da IP; existência de regimentos; processo de tomada de decisões na IP.

Na etapa quantitativa da pesquisa, optou-se por estudar uma amostra representativa da população dos três conselhos em foco. A partir da população de 101 conselheiros titulares (27 do COMATHAB, 28 do CMDUA e 46 do COP), aplicou-se a fórmula para cálculo de amostras finitas, definindo-se um nível de confiança de 95% e margem de erro de 10%². Assim, obteve-se uma amostra constituída por 49 casos distribuídos percentualmente pelos três conselhos³, isto é, 12 no COMATHAB (4 re-

1 Por entidades de classe designam-se aqui genericamente as entidades que representam categorias profissionais (associações, sindicatos etc.) ou setores do mercado.

2 O nível de confiança refere-se à confiabilidade dos resultados de uma pesquisa, já a margem de erro está relacionada aos resultados obtidos, os quais podem não ser completamente exatos em relação à população estudada e à amostra dela extraída.

3 Dois outros critérios para a seleção da amostra foram empregados: acessibilidade e proporcionalidade. No primeiro, o pesquisador escolhe os membros da população mais acessíveis com

presentantes do Estado, 4 representantes da sociedade civil e 4 representantes de entidades de classe), 15 no CMDUA (5 representantes do Estado, 5 representantes da sociedade civil e 5 representantes de entidades de classe) e 22 no COP.

O questionário que contou com 20 questões de perguntas fechadas, de múltipla e única escolha, foi aplicado aos conselheiros durante as reuniões dos conselhos, sendo estes entregues no início das reuniões e recolhidos ao final destas. Após a aplicação dos questionários, estes foram tabulados e incluídos em um banco de dados com o auxílio do software de análise estatística *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Na análise dos dados foram utilizados alguns procedimentos estatísticos, a exemplo da tabulação cruzada de variáveis e da análise de frequência relativa (percentual). Para representar graficamente os resultados, utilizou-se o software *Microsoft Office Excel*, o qual permitiu sistematizar os dados obtidos.

RESULTADOS

O PROCESSO DA PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS

O exame do envolvimento político dos conselheiros nas três instituições participativas em estudo revelou que o tempo de atuação dos membros do COMATHAB e do CMDUA é de um a três anos, ao passo que, no COP, a maior parte dos conselheiros participa mais de três anos¹. No caso do COMATHAB e do CMDUA, investigações como a do IPEA (2013) mostram que isto pode estar relacionado a um mandato anual ou bianual exercido pelos membros dos conselhos, ocorrendo, portanto, um processo de renovação da representação no interior desses espaços. No COMATHAB e no CMDUA, o mandato é de dois anos de duração, sendo permitido a que os representantes se reelejam uma vez. Já no COP, o mandato é de um ano, havendo a possibilidade de reeleição sem limitações do número de mandatos, desde 2007 (Tab. 1).

base na ideia de que eles possam representar a população. No segundo, o pesquisador seleciona um número pré-definido de membros da população com base em categorias (GIL, 2008). O critério de acessibilidade foi utilizado aqui pelo fato de que os respondentes foram os conselheiros presentes nas reuniões dos conselhos em que os questionários foram distribuídos, e o critério de proporcionalidade – aplicado só no COMATHAB e no CMDUA – foi utilizado em virtude dos segmentos que os conselheiros representam dentro dos conselhos, isto é, Estado, sociedade civil e mercado.

1 Somando-se as categorias de 4 a 6 anos, de 7 a 10 anos e mais de 10 anos.

Tabela 1 – Tempo de atuação nos conselhos (%)

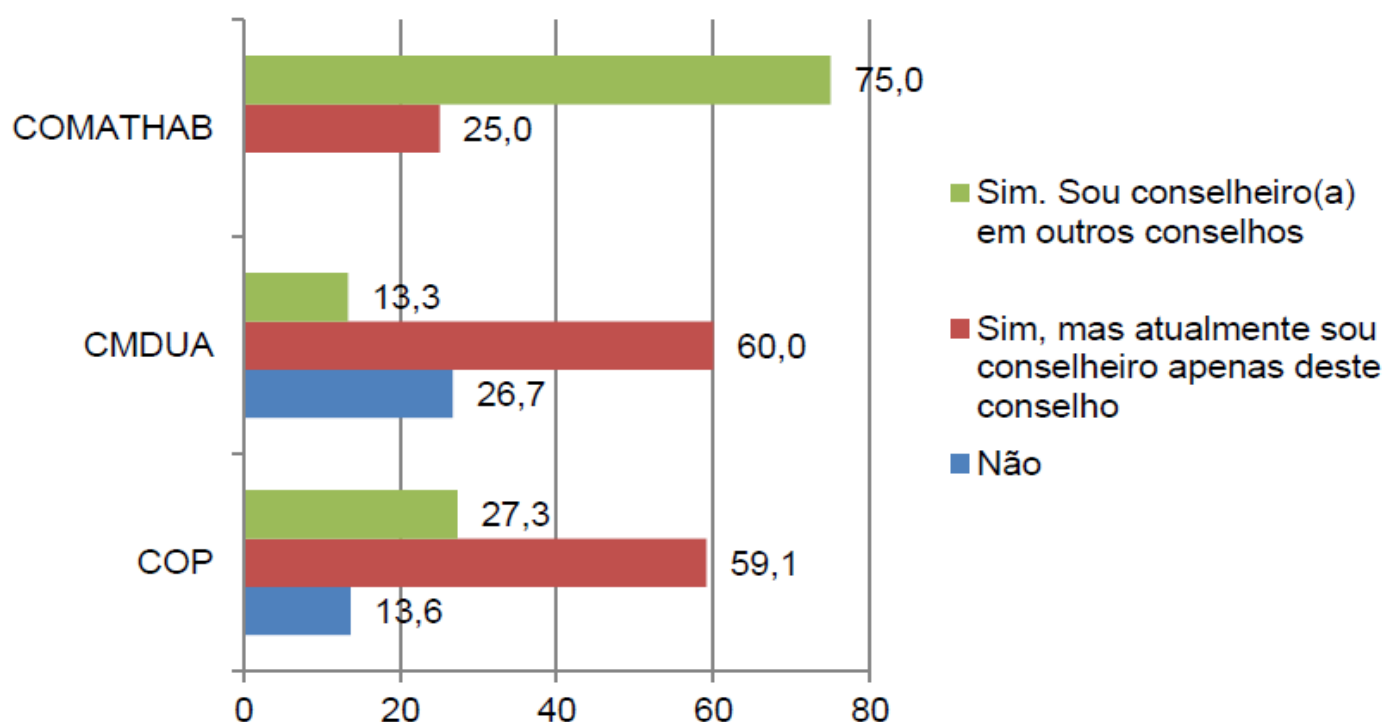
	COMATHAB	CMDUA	COP
Menos de 1 ano	16,7	13,3	-
De 1 a 3 anos	50,0	40,0	40,9
De 4 a 6 anos	25,0	26,7	22,7
De 7 a 10 anos	-	13,3	22,7
Mais de 10 anos	8,3	6,7	13,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Nota: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Na análise da atuação dos conselheiros em outros conselhos, verificou-se que 26,7% dos membros no CMDUA e 13,6% no COP declararam não participar de outras instâncias de participação. Na Figura 1, é possível notar que 60% dos representantes no CMDUA e no COP afirmaram ter participado de outros conselhos, contudo, no momento da investigação, atuavam como conselheiros apenas em seus conselhos. Também é interessante observar que a resposta “sou conselheiro em outros conselhos” obteve o percentual de 75% no COMATHAB, 13,3% no CMDUA e 27,3% no COP.

Figura 1 – Conselheiro em outros conselhos (%)



Fonte: Elaboração própria.

Os elementos ligados ao desenho institucional dos conselhos são fatores relevantes no estudo das instituições participativas, tendo em vista sua importância como dinamizadores do processo participativo que ocorre em seu interior. Nesse estudo, as variáveis examinadas nas leis de criação e nos regimentos internos (RIs) dos conselhos foram: ano da lei de criação; legislação que regulamenta; ano de criação do RI; existência de estruturas organizacionais; frequência de reuniões ordinárias e; forma de tomada de decisões.

No que concerne à criação do COMATHAB e do CMDUA, nota-se que o primeiro foi criado no ano de 1993 e o CMDUA reformulado no ano de 1999, cabendo destacar que este último era o Conselho do Plano Diretor, criado em 1939. Interessante observar que, de acordo com o Quadro 2, o instrumento de regulamentação do funcionamento dos conselhos era a legislação municipal de criação que foi estabelecida, no COMATHAB, dois anos após ter sido instituído e, no CMDUA, no mesmo ano em que foi criado. Os regimentos internos dos dois conselhos foram instituídos somente nos anos 2000, sendo o COMATHAB em 2008 e o CMDUA em 2010. O COP foi criado dentro da estrutura do OP no ano de 1990, sendo seu regimento interno aprovado em 1994. O tempo maior de criação do regimento interno no COMATHAB pode ser um indicador de baixa institucionalização deste espaço, na medida em que a formalização das regras do jogo também revela o grau de importância das IPs.

Quadro 2 – Ano de criação, legislação e regimento interno dos conselhos

	COMATHAB	CMDUA	COP
Ano de criação	1993	1999	1990
Legislação municipal de criação	Lei Complementar nº 337, de 10 de janeiro de 1995.	Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999.	Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990.
Ano de criação do regimento interno	2008	2010	1994

Fonte: CMPA, 2011; PMPA, 2011b; PMPA, 2013b.

No Quadro 3, é possível observar a estrutura organizacional dos três conselhos. De modo geral, estas instituições participativas apresentam uma organização semelhante, tendo-se reuniões plenárias, presidência, vice-presidência, secretaria

executiva, comissões técnicas e conferências, no COMATHAB e no CMDUA. O COP apresenta um modelo mais descentralizado de gestão, com reuniões plenárias, coordenação e secretaria executiva. De acordo com Almeida (2009), a presença de estruturas organizacionais como as mencionadas é um importante indício da institucionalização de procedimentos, uma vez que auxiliam na organização dos trabalhos e das deliberações que ocorrem dentro dos conselhos.

Quadro 3 – Presença de estruturas organizacionais nos conselhos

	COMATHAB	CMDUA	COP
Reuniões plenárias	Sim	Sim	Sim
Presidência	Sim	Sim	Não
Vice-presidência	Sim	Sim	Não
Coordenação	Não	Não	Sim
Secretaria executiva	Sim	Sim	Sim
Comissões técnicas	Sim	Sim	Sim
Conferências	Sim	Sim	Não

Fonte: CMPA, 2011; PMPA, 2011b; PMPA, 2013b.

No COMATHAB, as reuniões plenárias ordinárias ocorrem quinzenalmente e para a aprovação das deliberações, é necessária a presença de 1/3 dos conselheiros, isto é, a votação se dá por maioria simples, conforme seu regimento interno (Quadro 4). O COMATHAB possui uma menor estrutura de apoio e recursos humanos escassos – um estagiário apenas e um secretário – destinados para as funções administrativas do conselho. Também não tem sala própria, reunindo-se em espaço cedido no Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), o qual se encontra institucionalmente vinculado. Um elemento importante a ser mencionado na estrutura do COMATHAB é que o cargo de presidente a ser preenchido no conselho deve ser oriundo da sociedade civil.

No CMDUA, as reuniões plenárias ordinárias ocorrem semanalmente, sendo necessária a presença de metade mais um – maioria absoluta – dos conselheiros para a votação (Quadro 4). Reunindo-se na sede da Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), o conselho conta com uma adequada estrutura de apoio (sala própria),

tendo ainda à sua disposição uma secretária executiva, um assistente administrativo e três estagiários para o auxílio das funções administrativas. Uma relevante característica no CMDUA diz respeito a quem pode presidir o conselho, o qual deve ser necessariamente um representante do Estado, mais precisamente um titular da SPM. Em diversas pesquisas, como a de Tatagiba (2002), constata-se que quando a presidência do conselho está vinculada ao Estado, o debate dos temas pode limitar-se à imposição dos interesses estatais, especialmente porque a prerrogativa de elaborar a pauta das discussões cabe ao presidente. No CMDUA, segundo o regimento interno do conselho, é de responsabilidade do presidente propor para discussão, revisão e deliberação as pautas das reuniões.

No COP, as reuniões plenárias ordinárias ocorrem quinzenalmente, necessitando de um quórum de metade mais um (maioria absoluta) dos 46 conselheiros para que as deliberações sejam aprovadas (Quadro 4). O conselho possui sala na Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local (SMGL) e reúne-se em local cedido pela Secretaria Municipal de Administração (SMA). Conta ainda com órgãos do Estado para auxílio nas questões político-administrativas, a exemplo da SMGL, da gerência de Democracia Participativa Local e da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento (SMPEO). Como já citado, o processo de gestão do poder no COP apresenta um formato descentralizado, havendo a possibilidade de repartição na tomada de decisões e uma relativa equidade nas discussões realizadas dentro do conselho.

Quadro 4 – Frequência, forma de votação e local de realização das reuniões plenárias

	COMATHAB	CMDUA	COP
Frequência das reuniões ordinárias	Quinzenal	Semanal	Quinzenal
Forma de votação	Maioria simples	Maioria absoluta	Maioria absoluta
Local de realização das reuniões plenárias	Espaço cedido pela Prefeitura no DEMHAB	Espaço cedido pela Prefeitura na SPM	Espaço cedido pela Prefeitura na SMA

Fonte: CMPA, 2011; PMPA, 2011b; PMPA, 2013b.

Percepção sobre a capacidade de incidência do COMATHAB, CMDUA e COP na política habitacional de caráter social em Porto Alegre

A percepção dos conselheiros quanto ao papel que os conselhos desempenham na política de habitação popular da cidade de Porto Alegre é o foco desta seção. Assim, avaliou-se: i) a articulação¹ do conselho com outras instâncias; ii) a capacidade de influenciar as decisões² relacionadas à habitação de interesse social; iii) a instância mais influente nas decisões ligadas à área; iv) o papel desempenhado pelo conselho no setor de política pública a que está vinculado; v) o papel do conselho na resolução de problemas concernentes à habitação popular.

A maioria dos conselheiros declarou que a articulação dos conselhos com outras instâncias vinculadas à habitação popular é, de modo geral, deficiente, indicando a existência de baixa interação e de cooperação entre elas³ (Tab. 18). Sinteticamente, os resultados coletados mostram que:

- No COMATHAB, chama a atenção o fato de que 75% dos respondentes avaliaram a relação com o COP e com o DEMHAB⁴ como “pouco satisfatória” e “insatisfatória”.
- No CMDUA, mais de 70% dos conselheiros afirmaram que a relação com o COMATHAB e com o COP é “pouco satisfatória” e “insatisfatória”. É perceptível que 20% ou mais dos conselheiros avaliaram inexistir uma articulação com o COMATHAB, COP e DEMHAB.
- No COP, um percentual superior a 50% das respostas foi mencionado nas variáveis “pouco satisfatória” e “insatisfatória” quanto à articulação do conselho com o COMATHAB, CMDUA e DEMHAB. Vale mencionar que os conselheiros do COP apresentaram os índices mais positivos na relação com o COMATHAB, CMDUA e DEMHAB.

1 O termo “articulação” está sendo utilizado aqui no sentido de avaliar a existência de interação e cooperação entre instâncias vinculadas à habitação popular em Porto Alegre, sendo estas participativas ou não como é o caso do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB).

2 Cabe destacar que as “decisões” no sentido empregado neste quesito não se referem às deliberações que ocorrem dentro do conselho, mas às resoluções (decisões tomadas após deliberações) que, de fato, passam a ser realizadas na política de habitação popular em Porto Alegre.

3 Cabe destacar que a desagregação dos dados por segmento de representação no COMATHAB e no CMDUA não apresentou percentuais tão diferentes em relação aos dados agregados, que é o que foi considerado na análise.

4 Embora não seja uma instância de participação, o DEMHAB faz parte desta análise para evidenciar em que medida há interação e cooperação entre as instituições/órgãos responsáveis pela gestão da política habitacional de caráter social em Porto Alegre.

A Tabela 2, na próxima página, mostra a articulação dos conselhos com instâncias ligadas à política de habitação popular em Porto Alegre, sendo estas participativas ou não, como é o caso do DEMHAB.

Tabela 2 – Articulação das IPs com outras instâncias vinculadas à habitação popular em Porto Alegre (%)

COMATHAB			
	CMDUA	COP	DEMHAB
Muito satisfatória	-	-	-
Satisfatória	8,3	25,0	16,7
Pouco satisfatória	25,0	50,0	25,0
Insatisfatória	41,7	25,0	50,0
Não sabe	25,0	-	8,3
Total	100,0	100,0	100,0
CMDUA			
	COMATHAB	COP	DEMHAB
Muito satisfatória	-	-	-
Satisfatória	-	6,7	13,3
Pouco satisfatória	46,7	33,3	26,7
Insatisfatória	26,7	40,0	40,0
Não sabe	26,6	20,0	20,0
Total	100,0	100,0	100,0
COP			
	COMATHAB	CMDUA	DEMHAB
Muito satisfatória	4,5	4,5	9,1
Satisfatória	31,8	31,8	36,4
Pouco satisfatória	31,8	45,5	40,9
Insatisfatória	22,7	13,6	13,6
Não sabe	9,1	4,5	-
Total	100,0*	100,0*	100,0

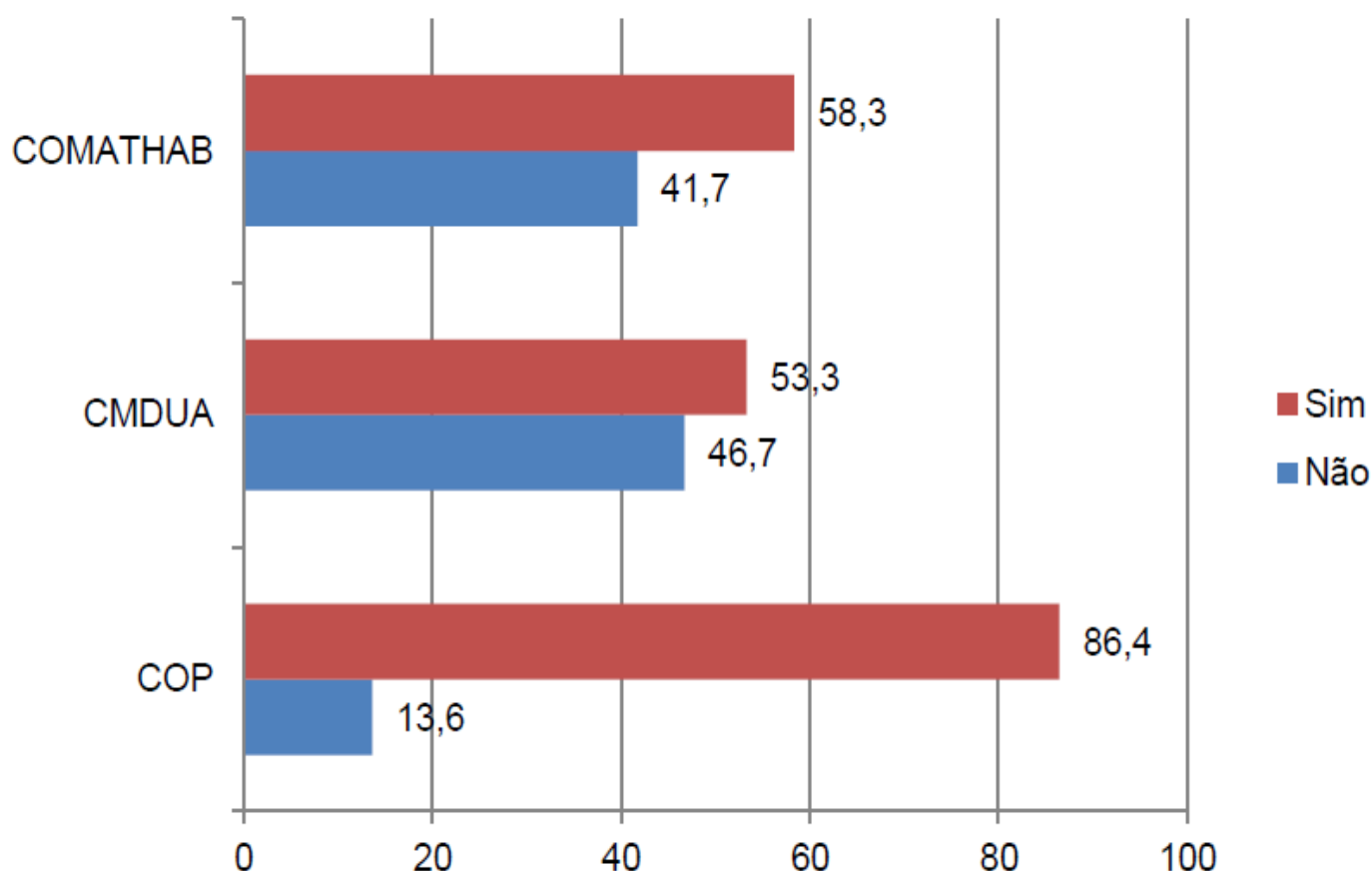
Fonte: Elaboração própria.

Nota: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

* Dado numérico arredondado.

A Figura 2, na página seguinte, mostra as menções relacionadas à influência do conselho nas decisões ligadas à habitação popular na cidade de Porto Alegre. Na análise sobressai o percentual de respondentes do COP (86,4%) que afirmaram ser este conselho capaz de influenciar as resoluções concernentes à política habitacional de caráter social na cidade. Destaca-se aqui o alto percentual de respondentes, tanto no COMATHAB (41,7%) quanto no CMDUA (46,7%), que declararam não haver capacidade de influência de ambos os conselhos em termos de decisões ligadas aos problemas habitacionais da população de baixa renda em Porto Alegre.

Figura 2 – Influência dos conselhos nas decisões ligadas à habitação popular em Porto Alegre (%)



Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 3, interessante notar que 68,2% dos conselheiros no COP avaliam o conselho como a instância mais influente nas decisões que se relacionam à habitação social. Já quando se analisa as respostas do COMATHAB, obtém-se uma proporcionalidade de conselheiros que afirmam ser o COMATHAB (33,3%) e o DEMHAB (33,3%) as instâncias com maior influência, enquanto no CMDUA, os respondentes

declararam ser o conselho do qual participam (33,3%) o espaço de maior poder de decisão nas questões relacionadas à habitação popular em Porto Alegre.

Tabela 3 – Instância mais influente nas decisões ligadas à habitação popular (%)

	COMATHAB	CMDUA	COP
CMDUA	33,3	33,3	13,6
COMATHAB	25,1	13,3	4,5
COP	8,3	26,7	68,2
DEMHAB	33,3	26,7	13,6
Total	100,0	100,0	100,0*

Fonte: Elaboração própria.

Nota: * Dado numérico arredondado.

Merece destaque o fato de que, ao desagregar os dados por segmento de representação no COMATHAB, os representantes do Estado declararam que o DEMHAB é a instância mais significativa na tomada de decisões relativas à habitação popular (75%), ao passo que os representantes do mercado disseram ser o CMDUA a instância mais decisiva no que se refere à política habitacional (75%). Somente os atores da sociedade civil apontam o COMATHAB como a instância mais influente (50%).

No CMDUA, os conselheiros que representam o Estado afirmaram ser o COP a instância que exerce maior influência na habitação popular (60%), ao mesmo tempo em que, para os representantes do mercado, 60% deles acreditam ser o CMDUA a IP com influência significativa nas resoluções que se ligam à questão da habitação social na cidade (Tab. 4). Os dados, em conjunto, indicam o lugar secundário ocupado pelo COMATHAB na opinião dos representantes do Estado e do mercado.

Tabela 4 – Instância mais influente nas decisões ligadas à habitação popular por segmento de representação – COMATHAB e CMDUA (%)

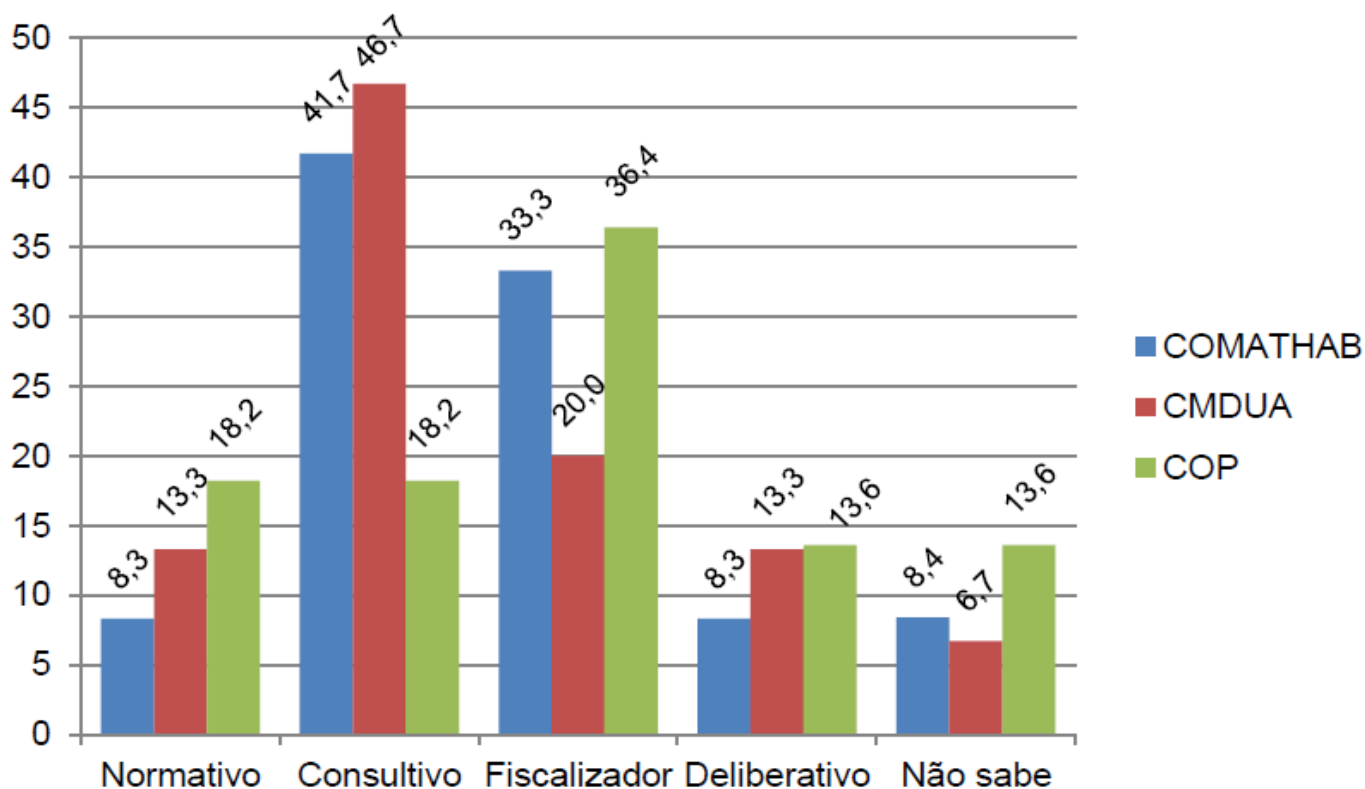
	Estado	Sociedade civil	Mercado
COMATHAB			
CMDUA	-	25,0	75,0
COMATHAB	-	50,0	25,0
COP	25,0	-	-
DEMHAB	75,0	25,0	-
Total	100,0	100,0	100,0
CMDUA			
CMDUA	-	40,0	60,0
COMATHAB	20,0	20,0	-
COP	60,0	20,0	-
DEMHAB	20,0	20,0	40,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Nota: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Em se tratando da questão do caráter das IPs na questão da habitação de interesse social em Porto Alegre, nota-se um predomínio de respostas no COMATHAB (41,7%) e no CMDUA (46,7%) que percebem ambos os conselhos como tendo um caráter consultivo (Fig. 3). Já no COP, as menções dos respondentes atribuem uma função fiscalizadora ao conselho (36,4%). É relevante ainda observar o percentual de conselheiros que declararam não saber a função do conselho em aspectos relacionados à habitação popular, tendo-se 8,4% no COMATHAB, 6,7% no CMDUA e 13,6% no COP.

Figura 3 – Caráter das IPs na política de habitação popular em Porto Alegre (%)



Fonte: Elaboração própria.

Evidentemente que o fato de um conselho ser bem-sucedido pode não estar diretamente relacionado à sua função *consultiva* (onde o conselho sugere e opina em relação às políticas públicas), mas à sua função de *controle social*, realizando o acompanhamento das ações do Estado e fiscalizando o uso dos recursos, ou ainda à sua função *deliberativa*, participando efetivamente das decisões a serem usadas pelo Executivo (TATAGIBA, 2002; OGPP, 2013). Na verdade, conselhos com baixa capacidade de planejamento e de deliberação, por exemplo, podem ser fortes no controle da aplicação dos recursos do orçamento ou na implementação dos programas e projetos na área de política pública a que estão vinculados.

Com o intuito de descobrir mais que um simples padrão de resposta “sim ou não” no que se refere à capacidade de influência dos conselhos na política habitacional, foi indagado aos conselheiros acerca da incidência das IPs nas decisões dos problemas habitacionais para a população de baixo poder aquisitivo na cidade, a partir de escalas. Assim, os conselheiros do COMATHAB (58,3%) e do CMDUA (40,0%) responderam que o conselho influencia pouco na resolução de problemas relacionados à área da habitação social em Porto Alegre. O COP apresenta um alto percentual

de respondentes (72,7%) afirmando que o conselho é fundamental para solucionar questões vinculadas à habitação popular (Tab. 5). Esta percepção dos conselheiros do COP a respeito do papel do conselho é coerente com o fato de considerarem o conselho a instância mais influente nas decisões ligadas à habitação social na cidade.

Tabela 5 – Papel do conselho na resolução de problemas ligados à área da habitação popular em Porto Alegre (%)

	COMATHAB	CMDUA	COP
O conselho é fundamental	16,7	26,7	72,7
O conselho influencia pouco	58,3	40,0	22,7
O conselho não influencia	25,0	33,3	-
Não sabe	-	-	4,5
Total	100,0	100,0	100,0*

Fonte: Elaboração própria.

Nota: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

* Dado numérico arredondado.

De modo a sintetizar a capacidade de incidência das instituições participativas na política de habitação popular em Porto Alegre, os dados revelam que, de modo geral, os conselheiros estão insatisfeitos com a capacidade de articulação dos conselhos que participam, bem como com outros órgãos, a exemplo do DEMHAB. Ainda tem destaque o fato de que há um elevado percentual de conselheiros do COMATHAB e do CMDUA que afirmaram não haver capacidade de influência de ambos os conselhos em termos de decisões na política de habitação popular em Porto Alegre.

Vale mencionar também os dados que mostram a secundarização e o isolamento do COMATHAB como instância importante no arranjo institucional de participação ligada à habitação popular em Porto Alegre. No COMATHAB, esta instituição participativa é considerada influente nas decisões ligadas à habitação popular em Porto Alegre apenas para os representantes da sociedade civil (50%), conforme mostrou a Tabela 4. Já para os representantes do Estado é o DEMHAB a instância mais significativa na tomada de decisões relativas à habitação popular (75%), sendo que,

para os representantes do mercado, é o CMDUA a instância mais decisiva na política habitacional de interesse social (75%).

Dentro do CMDUA, os representantes do Estado afirmaram ser o COP a instância que tem maior influência na política de habitação popular (60%), ao passo que dentre os representantes do mercado é o CMDUA a IP com influência significativa nas resoluções que se ligam à questão da habitação social na cidade (60%). Por fim, os representantes da sociedade civil no CMDUA consideram o próprio conselho do qual fazem parte a instituição participativa com mais influência na política de habitação popular (40%).

Assim, tem-se que, para os representantes do Estado – tanto no COMATHAB quanto no CMDUA –, as instâncias mais importantes a influenciar a política de habitação popular são o DEMHAB (COMATHAB) e o COP (CMDUA). Para os representantes do mercado em ambos os conselhos, o CMDUA é a IP mais importante em termos de influência na habitação de caráter social na cidade. Sobressai ainda que, dentre os conselheiros que representam a sociedade civil no CMDUA, é o conselho que participam que exerce maior influência na política habitacional. Já no COP, a maior parte dos respondentes considera ser o Conselho do Orçamento Participativo a instância com maior capacidade de influenciar as resoluções relacionadas à política habitacional de caráter social em Porto Alegre. Apenas os representantes da sociedade civil do COMATHAB indicam este conselho como importante nas decisões que dizem respeito à política de habitação popular em estudo.

Destaca-se também aqui a função desempenhada pelos conselhos na política habitacional da cidade, já que, segundo os conselheiros do COMATHAB e do CMDUA, estes dois conselhos possuem um caráter mais consultivo dentro da política, sendo que para os conselheiros do COP, este conselho possui uma função fiscalizadora na política de habitação popular em Porto Alegre.

As relações de poder entre as três instituições participativas na arena da política de habitação popular em Porto Alegre

Conforme se observou em seções anteriores, diversos elementos apontam para as distintas capacidades que os três conselhos possuem em relação ao processo de tomada de decisões da área da habitação social na cidade.

Retomando os conceitos de interesses, conflitos, negociação e recursos ligados à questão do poder, nota-se que a área da habitação popular em Porto Alegre tem sido marcada por uma diversidade de interesses, por situações conflituosas, por processos de negociação e recursos de poder que favorecem os que detêm maior poder e/ou influência na arena. Por exemplo, há divergência de interesses no que diz respeito ao âmbito estrutural-organizativo do COMATHAB, do CMDUA e do OP, principalmente quanto à falta de interação entre a política habitacional, pensada em longo prazo dentro dos conselhos, e o planejamento realizado pelo OP, cujas propostas visam atender demandas localizadas e de curto prazo (PÓLIS, 2004; BANCO MUNDIAL, 2008).

Situações conflituosas ocorrem também nas interações entre as IPs. Por exemplo, a relação OP e Fóruns Regionais de Planejamento (FRPs), os quais fazem parte da estrutura do CMDUA, é caracterizada por problemas de dissociação entre as políticas de planejamento urbano e os investimentos, resultando em uma falta de integração entre o planejamento urbanístico proposto nos FRPs e as demandas do OP. Um exemplo dessa questão pode ser observado quando uma das oito regiões participantes do CMDUA elabora um plano, cuja implementação não pode ser realizada em virtude de que este não é aprovado pelo OP (BANCO MUNDIAL, 2008).

Processos de negociação que favorecem algum grupo em detrimento de outro é percebido, por exemplo, na relação entre o OP e o CMDUA. Nesse caso, a pouca influência exercida pelos setores populares quanto à alocação dos recursos tem prejudicado sobremaneira a participação da sociedade nos FRPs. Tal é o caso das discussões feitas nas oito regiões dos Fóruns acerca do Plano Plurianual (PPA) da cidade. As sugestões, após as deliberações feitas regionalmente e depois apresentadas ao CMDUA, não são consideradas pelo governo e tampouco incorporadas ao Plano Plurianual, fazendo com que os fóruns sejam excluídos do processo de decisão. O resultado disso, inevitavelmente, é a baixa participação da população nesses espaços (BANCO MUNDIAL, 2008).

Ainda quanto às situações conflituosas entre o COMATHAB, CMDUA e o COP, percebe-se que há atribuições imprecisas que deveriam estar na alçada do COMATHAB, mas estão no campo de ação do CMDUA e do COP. Por exemplo, ao CO-

MATHAB cabe participar do plano de aplicação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), principal instrumento para o financiamento da política habitacional direcionada à população de baixa renda. No entanto, o que ocorre é que boa parte do investimento municipal relacionado à habitação para as camadas populares passa pelo DEMHAB e OP gerando, conseqüentemente, o esvaziamento da função do conselho (PÓLIS, 2004; BAIERLE, 2007).

Em termos dos recursos de poder, pode-se dizer que os meios que o COMATHAB, o CMDUA e o COP dispõem a seu favor permitem explicar o predomínio de cada conselho no processo decisório da área, os quais, por sua vez, possibilitam verificar a existência de assimetrias no que se refere à capacidade de influência das IPs na política de habitação popular na cidade. Neste caso, nota-se que o CMDUA e o COP contam com um nível maior de recursos materiais, organizacionais e financeiros que o Estado põe à sua disposição. Além disso, um nível mais alto de recursos políticos e simbólicos é observado no CMDUA e no COP. O primeiro conta com o controle estatal sobre a agenda temática do conselho, ao passo que o segundo possui legitimidade e reputação por ser um campo quase exclusivamente da sociedade civil a debater sobre as demandas da população.

Na verdade, ainda que atuem em diferentes âmbitos, dado que o COP prioriza as demandas definidas pela população e o CMDUA enfatiza questões ligadas ao planejamento da cidade, os dois conselhos parecem ter, de fato, funções definidas dentro da política habitacional de caráter social na cidade. Ademais, os conselheiros do CMDUA ocupam posições de maior capacidade de influência na gestão pública de Porto Alegre, isto porque as decisões relacionadas à habitação popular tomadas no CMDUA e, posteriormente, acatadas pelo Executivo municipal priorizam questões pautadas pelos segmentos estatal e do mercado, e não propriamente pelos segmentos populares, o qual se encontra representado no COP.

Em relação ao COMATHAB, há uma desigualdade de recursos contundente, a qual pode ser explicada por diversos fatores. Em primeiro lugar, a gestão pública municipal – independentemente do partido político à frente do Executivo, bem como dos dirigentes que estão à frente do DEMHAB – dá pouca importância para a atuação do conselho, em parte, porque avalia que as demandas da habitação de caráter

social em Porto Alegre ora são mais bem discutidas diretamente com o público-alvo da política, ora são mais bem atendidas via OP.

Em segundo lugar, ainda que o COMATHAB tenha suas atribuições definidas em lei, a sobreposição de instâncias de participação consolida um papel secundário ao conselho dentro da arena política da área. Por fim, o COMATHAB está em franca desvantagem em relação ao CMDUA e ao COP, uma vez que os meios que o conselho dispõe a seu favor são limitados e restritos, tanto no que se refere aos recursos materiais, organizacionais e financeiros, quanto no tocante aos recursos políticos e simbólicos, resultando em uma baixa institucionalização do conselho no arranjo institucional relacionado à política de habitação popular em Porto Alegre.

Percebe-se que as tentativas de influenciar a política de habitação popular em Porto Alegre são diferenciadas. Assim, o CMDUA e o COP possuem alta quantidade de recursos de poder para definir em seu favor o processo decisório na área e para terem maior capacidade de influir na tomada de decisões relativas à habitação popular. Já o COMATHAB possui baixa quantidade de recursos de poder para intervir no processo decisório da área, embora tenha prerrogativas legais para tal e valores que a favorecem nas questões discutidas dentro desta arena política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as instituições participativas que atuam na área da habitação popular em Porto Alegre, destacando-se o COMATHAB, o CMDUA e o COP. Enfatizou-se nos resultados os dados concernentes à percepção que os conselheiros tinham a respeito de seu conselho no âmbito da política habitacional de Porto Alegre, bem como as relações de poder entre as três instituições participativas.

A pesquisa parece indicar que foi estabelecida, desde o início das duas IPs (CMDUA e COP), uma divisão clara de competências, as quais, no caso do CMDUA, estão relacionadas à sugestão, à proposição e ao fornecimento de informações pertinentes ao planejamento urbano da cidade, e que, no caso do COP, vincula-se às demandas por infra-estrutura e serviços urbanos e controle sobre as despesas do orçamento municipal, anualmente. Assim, a função desempenhada pelo CMDUA e pelo COP no campo da política habitacional de caráter social é o de complementar

as ações governamentais vinculadas à área. Essas funções atribuídas aos dois conselhos permitem dizer que ambos assumem certa centralidade na área da política habitacional de caráter social em Porto Alegre.

Outra consideração a ser feita se refere às atuações do CMDUA e do COP, as quais parecem estar ligadas, no primeiro, à legitimação dos interesses do Estado e do mercado, e, no segundo, ao atendimento das demandas habitacionais da população de baixa renda. Isso *per se* não se constitui em um problema. No entanto, prejudica uma possível articulação dos conselhos no que se refere à formulação e desenvolvimento de uma política habitacional de interesse social na cidade. Cabe destacar que, no CMDUA, a questão é ainda mais grave, pois a “nova” formação do conselho deu lugar à representação popular. Contudo, apesar de certo alargamento da participação, sua prática é limitante quanto a um real poder de influência dos setores populares (SOUZA, 2007). Vale lembrar que o regimento interno do conselho favorece, em boa medida, os temas advindos do Estado em sua interlocução com o mercado imobiliário, já que a pauta das reuniões é feita pelo titular da SPM.

Além de ser secundarizado pela gestão pública municipal, a atuação do COMATHAB na política habitacional parece se resumir a ações que, frequentemente, são discutidas e decididas, por exemplo, no Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS). Sem dúvida, a identidade de um conselho de habitação encontra-se na atuação em horizontes de tempos maiores e em questões mais abstratas, quer definindo as diretrizes da política habitacional, quer tomando decisões sobre importantes estratégias de longo prazo a serem realizadas pela gestão pública. Se o conselho não é reconhecido por tais características, constitui-se em espaço pouco significativo no processo de produção das políticas públicas e, com o tempo, tende a esvaziar-se (CYMBALISTA, 2000; SILVA, 2011).

Um elemento que merece destaque também aqui se refere à articulação entre as três instituições participativas, a qual, segundo os dados da pesquisa, é quase inexistente, apontando para problemas em termos de um arranjo de participação. Há sobreposição de funções, conflitos e tensões entre as três IPs e existem lacunas no funcionamento desses conselhos, em especial no que se refere às funções que cada um deles deve desempenhar para colocar em pauta as dificuldades relativas

à área da habitação popular na cidade. Como frisa Tatagiba (2002), a questão das interfaces dos conselhos com outras instâncias representativas é um tema ainda em aberto, que necessita de definições legais e, sobretudo, de disposição política para dar legitimidade às decisões dos conselhos nos órgãos da gestão pública.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. **Democracy and the public space in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

_____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública (UNICAMP)**, v. 14, p. 43-64, 2008.

ABERS, Rebecca Neaera. Do clientelismo à cooperação: governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre. **Coleção Cadernos da Cidade**, v. 5, n. 7, maio, 2000.

BAIOCCHI, Gianpaolo. **Militants and citizens: the politics of participatory democracy in Porto Alegre**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

BORBA, Sheila Villanova; ALFONSIN, Betânia de Moraes; GONZÁLEZ, Sylvia Antunes. Análise de experiências alternativas de habitação popular em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. In: CARDOSO, Adauto Lucio (org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX**. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

CÔRTEZ, Soraya Maria Vargas. Conselhos e Conferências de Saúde: papel institucional e mudança nas relações entre Estado e sociedade. In: FLEURY, Sônia; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa (org.). **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2009.

_____. As diferentes instituições participativas existentes nos municípios brasileiros. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. 1 ed. Brasília: IPEA, 2011, v. 7, p. 137-150.

FEDOZZI, Luciano Joel. **O poder da aldeia: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; GRAZIA, Grazia de. **Experiências de orçamento par-**

participativo no Brasil: período de 1997 a 2000. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2003.
SILVA, Marcelo Kunrath; CÔRTEZ, Soraya Maria Vargas. Fundamentos da confiança: associativismo, instituições político-administrativas e capital social na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Cadernos Metrópole**, nº 21, pp. 155-172, 2009.

SINTOMER, Y.; HERZBERG, C. ALLEGRETTI, G. RÖCKE, A.. **Learning from the South:** participatory budgeting worldwide – an invitation to global cooperation. Germany: InWEnt gGmbH – Capacity Building International, Germany/Service Agency Communities in One World, 2010.

TATAGIBA, Luciana Ferreira. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

A NAÇÃO, O TRUMP E O POVO: A TRINDADE DO POPULISMO POPULAR-NACIONALISTA NEOFASCISTA DA ORGANIZAÇÃO QANON¹

Marcos Alexandre Fernandes Rodrigues²

Luciana Saratt³

1 Muito embora a língua inglesa tenha sua medida de intraduzibilidade, foram inestimáveis as traduções do inglês para o português realizadas pelo professor e pesquisador Norberto Niclotti Catuci.

2 Mestrando em Letras, na área de concentração em Estudos da Linguagem, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Membro do projeto de pesquisa “Relações entre ética, discurso e mídias: pesquisas sob perspectiva dialógica”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Kelli Machado da Rosa. É bolsista CAPES. E-mail: rodmaf2@gmail.com

3 Mestra em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Membro do grupo de pesquisa “Discursos em diálogo”, coordenado pelo Prof. Dr. Cláudio Primo Delanoy. E-mail: luciana.saratt@edu.pucrs.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo tem como objeto de investigação científica o movimento discursivo propagandista fundado por uma página virtual¹ de autoria da organização estadunidense QAnon (Q – doravante). Apesar de ser relacionada com a teoria da conspiração do Estado Profundo (*Deep State*), a Q não é a teoria em si, visto que se trata de uma associação de sujeitos ativamente responsivos que, por meio do mundo ciberespacial, agremia novos membros à sua organização e, isto sim, propagandeia um complô de teorias conspirativas contra diversos setores da sociedade. Quanto a isso, os pesquisadores Procházka e Blommaert (2019), lembram que seu intuito é acorrer o agora Ex-presidente Trump para edificar a América Grande Outra Vez (*Make America Great Again*). Logo, “Os membros da Q se juntam à batalha de Trump como ‘Patriotas’, autoqualificando-se como ‘Nós, o Povo’ [...]” (PROCHÁZKA, BLOMMAERT, 2019, p. 8).

Em uma rolagem de enunciados concretos, a Q ataca os enunciados alheios de seu meio social, penetrando-os com a sua entonação expressiva com a finalidade de revesti-los com seu viés neofascista. Sob o jugo de uma fictícia salvação nacional, essa organização, sustentada por uma teologia política de um líder messiânico e carismático, Donald Trump, tiraniza quem se oponha ao seu horizonte de valores. Com essa posição entonacional e emocional, tenta, por meio de sua página da *web*, 1) recrutar novos membros; 2) apresentar aos seus seguidores seus atos discursivos e sociais; e 3) denunciar o desacordo existente entre o seu líder redentor, a nação soberana e a vontade popular com o setor da mídia, o Capitólio, o Departamento de Justiça, o FBI e a oposição política.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é investigar o movimento discursivo propagandista da organização Q, levando em consideração as relações dialógicas que nele se manifestam e os sentidos por ele construídos.

1 Devido ao nosso compromisso com o combate ao autoritarismo nos cenários sociopolíticos nacional e internacional, não disponibilizaremos o endereço eletrônico da página virtual da organização Q. Explicar-nos-emos: acreditamos piamente que, ao liberarmos a *URL*, poderíamos, nesse ensejo, aumentar o número de internautas nessa rede neofascista. Por esse motivo, encaminhá-la-emos não ao leitor deste texto, mas, e isto nos parece o mais adequado, à *Safernet* que encara afincadamente crimes cibernéticos envolvendo os Direitos Humanos. Responsavelmente, ofertaremos à editora, que publicará esta obra, o número do processo para acompanhar a nossa denúncia do *site* extremista em questão.

As demandas do objetivo geral desta pesquisa estabelecem os objetivos específicos: 1) perscrutar os reflexos e as refrações semânticas dos signos ideológicos mobilizados em articulação com vozes socioideológicas dos neofascistas; e 2) examinar as escolhas temáticas e estilístico-composicionais manifestas nos enunciados propagandistas.

Em uma dimensão epistemológica, esta pesquisa se justifica em nossa contribuição para a comunidade científica na medida em que, quando se revisa a bibliografia sobre a Q, existe uma lacuna na produção das Ciências da Linguagem e das Humanidades no contexto nacional e internacional. Em uma dimensão social, esta pesquisa se justifica em nosso compromisso com o combate a formas de autoritarismo tanto no Brasil quanto nos EUA.

Para essa empreitada, respaldar-nos-emos nos pressupostos teórico-analíticos da sociologia da linguagem de Valentin Volóchinov, no *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (MFL – doravante), e da metalinguística de Mikhail Bakhtin, no *Problemas da Poética de Dostoievski* (PPD – doravante), uma vez que o *corpus* desta pesquisa alvorece as noções de signo ideológico, relações dialógicas, enunciado/enunciação e bivocalização. No MFL, Volóchinov estabelece diretrizes para o estudo das ideologias, tais quais 1) a indissociabilidade entre a ideologia e a realidade material do signo; 2) a inseparabilidade do signo com as formas concretas da comunicação social; e 3) a indivisibilidade da comunicação com suas formas de base material (VOLÓCHINOV, 2018). No PPD, Bakhtin estipula diretrizes para uma metalinguística. Para ele, o objeto de investigação da metalinguística é as relações dialógicas inscritas no campo do discurso (BAKHIN, 2002).

Interagindo com outros vieses teóricos, apoiar-nos-emos também nos postulados de Federico Finchelstein (2019) com foco na noção de populismo popular-nacionalista neofascista, Simon Tormey (2019) sobre a caracterização do populismo e Jeffrey Tucker (2019) a respeito de suas anotações acerca de Donald Trump e o coletivismo de direita.

Como procedimento metodológico, selecionamos a página virtual da organização Q, sobrelevando-se, dentre os 4953 enunciados concretos postados no *site* extremista, 8 a serem analisados por nós. Concebendo nosso *corpus* de enunciações como ideológico, histórico, atravessado por vozes sociais e relações

dialógicas, selecionamo-lo criteriosamente com a finalidade de atender aos objetivos elencados, justificativa e pressupostos teóricos.

Para efeitos de exemplificação, acentuamos que este artigo se articula em duas seções, além de considerações iniciais e considerações finais. Na primeira seção, discorreremos sobre as noções de signo ideológico, enunciado/enunciação, relações dialógicas e bivocalização com vinculações à noção de Finchelstein acerca do populismo popular-nacionalismo neofascista. Na segunda delas, examinaremos o nosso objeto de investigação científica com base nos rudimentos teórico-analíticos já enunciados. Ademais, nosso argumento é que o movimento discursivo propagandista da organização Q representa uma ameaça não apenas à democracia estadunidense, mas à brasileira, dado que os neofascistas do Brasil poderiam apreender ativamente esse movimento de discursos e reorientá-lo para o nosso país.

POSTULADOS BAKHTINIANOS E OS PRINCÍPIOS DO POPULISMO POPULAR-NACIONALISTA NEOFASCISTA

Antes de abordarmos os atos discursivos e sociais da organização Q, é imperioso dedicarmos algumas linhas para explanarmos as noções de signo ideológico, enunciado/enunciação, relações dialógicas e bivocalização que sustentam teórica e analiticamente esta pesquisa. Cabe sublinhar que, de modo a tornarmos essa teorização mais concreta e já embasarmos a próxima seção, trataremos também das organizações popular-populistas neofascistas no mundo virtual.

Volóchinov (2018) assevera que há, orbitando a vida humana, o mundo dos signos, pois qualquer objeto pode adquirir estatuto de signo ideológico, desde que seja emergente de relações individuais axiologizadas. Nesse âmbito,

os signos ideológicos são constituídos no processo de interação social em que os interesses das diversas classes sociais direcionam o processo de construção das representações materializadas na palavra, ou seja, a relação entre o sujeito e a realidade ocorre mediada pela interação entre sujeitos sociais, na qual os signos ideológicos são engendrados (GRILLO, 2018, p. 68).

Diante do que enuncia a pesquisadora Grillo (2018), é possível observar que os signos ideológicos emergem das relações interindividuais. Trata-se, portanto, de contemplar que a partir de apreciações realizadas, qualquer elemento circunscrito na

vivência humana pode se tornar um signo ideológico, desde que seja encoberto por centros valorativos. É importante salientar, sobretudo, que esse processo ocorre por meio da relação sujeito-mundo.

O signo é, assim, refletor e refrator da existência, na arena social de forças centrípetas e centrífugas, uma vez que, apreendendo a realidade por meio de um ponto de vista específico, pode destorcer-lhe ou ser-lhe fiel. Isto é, por meio dos signos, é possível apontar para alguma materialidade do mundo, porém esse movimento é refratado - interpretado. O Círculo bakhtiniano engendra, então, a proposição de que os sentidos sógnicos não são dados em si, tampouco em um sistema abstrato e atemporal, mas sim construídos em uma situação de vida social, permeados por determinada realidade sócio-histórica e a partir de distintos acentos axiológicos projetados por vozes sociais.

A noção de populismo popular-nacionalista neofascista⁵ foi cunhada pelo historiador Federico Finchelstein, no livro “Do fascismo ao populismo na história”, no qual ele descreve que o populismo moderno tem seu nascedouro no fascismo. No (de)curso do ano de 2021, particularmente no dia 16 de fevereiro, rastreamos, investigamos e denunciemos à *Safernet* uma organização terrorista de (neo) nazifascismo chamada *Combat 18* (C18) instalada na Hungria. Numa imbricação de reflexos e refrações da linguagem, os signos ideológicos “comunismo”, “imigração” e “judaísmo”, mobilizados em enunciados concretos dos neofascistas nacionalistas húngaros, não sendo espelhos sociais, revelam um embate de interesses na medida em que refletem não apenas uma proibição, mas refratam uma perseguição racial e política.

Nesse mesmo dia, rastreamos, investigamos e denunciemos à *Safernet* uma organização terrorista chamada *Blood and Honour* (B&H) instalada na Polônia. Em sua rede de ódio (neo) nazifascista, averiguamos, por meio de endereços exteriores, uma arena de vozes neofascistas não só polonesas, mas também estadunidenses, argentinas, chilenas, búlgaras, finlandesas, servias, alemãs, lituanas, ucranianas, russas, eslovacas, bielorrussas e escandinavas. Diante disso, compreendemos que,

5 Dos olhos do historiador aos nossos, neste artigo, essa noção designa as organizações neofascistas, principalmente a Q, firmadas na trindade “povo, líder, nação” que ameaçam a democracia, suas instituições de Estado, movimentos sociais e a liberdade de imprensa. Aliado a isso, essas organizações se fundam em um “nós” (povo) contra um “eles” (inimigo).

nessa mesma rede, existe uma cadeia cibernética de enunciações constantes, na e pela qual signos ideológicos se materializam, endereçada ideologicamente não somente a um público-alvo a ser recrutado, pois também dirige sua voz de condenação à sua oposição.

Bakhtin (2002) aponta que a linguística não podendo abordar as relações dialógicas, enquanto fenômenos concretos da linguagem, deve articular-se à metalinguística, já que relações dialógicas são impossíveis entre elementos no sistema da língua. Estas, nas palavras de Bakhtin (2002, p. 184), “[...] são possíveis não apenas entre enunciações integrais (relativamente), mas o enfoque dialógico é possível a qualquer parte significante do enunciado [...]”. Com esse fundamento da linguagem, é-nos possível conceber a cadeia enunciativa dos neofascistas não como adâmica e pura, mas, e isto sim, como (per)passada por elos dialógicos de sujeitos repletos de palavras e dotados de vivências.

Portanto, ao averiguar que o princípio da dialogicidade instaura, além de relações de sentido, uma interlocução entre sujeitos, contempla-se que os sentidos dialógicos realizados na enunciação não são individuais, mas sim projetados em múltiplas relações com o outro. Estas relações tecem uma cadeia de sentidos, pois cada palavra enunciada é, inevitavelmente, atravessada por um discurso alheio, tendo em vista que a orientação dialógica é, evidentemente, um fenômeno próprio de qualquer discurso “é a diretriz natural de qualquer discurso vivo. Em todas as suas vias, o discurso se depara com a palavra do outro e não pode deixar de entrar numa interação viva e tensa com ele” (BAKHTIN, 2015, p. 51).

Nesse coro de vozes neofascistas, é-nos evidente que o signo, encarnado no discurso populista popular-nacionalista neofascista, serve simultaneamente a dois interlocutores, dois discursos diferentes, refletindo e refratando ideologicamente entonações diametralmente opostas: de um lado, a voz dos neofascistas (tirânica, antidemocrática e conspiratória) sob o sorriso amarelado de seu líder carismático; e, de outro, as vozes do setor midiático, de políticos de esquerda e de instituições de Estado (que nem pensam em trair seu país). Nessa arena de valores, realiza-se, numa reação da palavra à palavra outra, o processo de bivocalização discursiva pelo qual se incorpora “[...] outro enunciado em sua composição elabora[ndo] as

normas sintáticas, estilísticas e composicionais para a sua assimilação parcial [...]” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 250).

Para essa interrelação dinâmica entre o discurso neofascista e o discurso alheio, é crucial o estilo pictórico vinculado à orientação vária. Nesse sentido, o estilo pictórico dissolve e apaga os contornos nítidos e exteriores da palavra, porque a língua “[...] elabora um meio de introdução mais sutil e flexível da resposta e do comentário autoral ao discurso alheio” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 258). Por esse motivo, o sujeito pode apagar as fronteiras do discurso de outrem visando enfraquecer os limites do enunciado e “[...] penetra[r] no discurso alheio com suas entonações, humor, ironia, amor ou ódio, enlevo ou desprezo” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 258). Já a orientação vária do discurso produz um efeito de sentido de decomposição em duas vozes sociais (BAKHTIN, 2002).

Se houvesse um discurso puro e adâmico, o discurso neofascista perderia força entonacional e emocional, haja vista que o clamor do radicalismo nacionalista não poderia se fundar em um “nós” contra um “eles”. Na transposição discursiva, o estilo pictórico e orientação vária reelaboram, reacentuam e ressignificam a cadeia de enunciações de seus inimigos conforme seu viés antidemocrático, tirânico e conspirativo, penetrando-a profundamente com a sua entonação expressiva e horizonte valorativo. Em vista disso, os elementos afetivo-emocionais em relação a temas comuns dos EUA são revestidos pela histeria radicalmente nacionalista pró-Trump.

Avaliando essas questões teóricas, é-nos viável estipular que a Q, enquanto uma organização populista popular-nacionalista neofascista, “ouve” o discurso de sua oposição política, percebendo-o autoritariamente e atualizando seus sentidos. Jamais renunciando à sua própria palavra e seus pesos semântico-axiológicos, o *site* virtual da Q comenta os enunciados alheios, comparando-os e discordando. Todas as enunciações dessa rede, geradas pela consciência de membros dessa organização, reverberam, do ponto de vista de sua expressão, da sua tonalidade emocional e sua da posição enfática, seu menosprezo, sua condenação e seu silenciamento de determinados setores da sociedade.



O ESTADO PROFUNDO: VALORES EM EMBATE NA SOCIEDADE ESTADUNIDENSE

Mundialmente, o populismo é particularmente atraente para setores que se consideram excluídos do sistema político e não representados por instituições democráticas existentes. Os líderes populistas equiparam seus desejos às necessidades do povo e de toda a nação. Defendem uma sociedade homogênea que nunca existiu. Os populistas insistem em propostas nacionalistas com a intenção de excluir o outro e integrar seus seguidores, continuando a desconfiar profundamente da diferença.

(Federico Finchelstein, 2019)

A organização Q, em sua página virtual, materializa seu horizonte valorativo populista popular-nacionalista neofascista enraizado em um posicionamento tirânico, conspiracionista e antidemocrático que ameaça Instituições da sociedade estadunidense dentre as quais o DOJ e o Capitólio dos EUA. Nesse (ciber)contexto, o estilo discursivo populista desta organização apreende e integra ativamente à sua sintaxe enunciativa discursos alheios de modo a revesti-los com seu viés neofascista na intenção de: 1) recrutar novos membros com o fito de pressionar e perseguir a oposição concebida como antipovo; 2) apresentar aos seus seguidores que seus atos discursivos e sociais são legitimados e inspirados por uma liderança carismática; e 3) denunciar o desacordo existente entre o seu líder redentor, a nação soberana e a vontade popular com o setor da mídia, o Capitólio, o Departamento de Justiça, o FBI e a oposição política. Deste ambiente, emerge o enunciado abaixo.

O controle sobre a mídia tem mantido as pessoas na escuridão. O controle sobre a mídia tem mantido as pessoas na miséria (pra trás). O controle sobre a mídia tem mantido as pessoas focadas em inverdades. O controle sobre a mídia tem mantido as pessoas num constante estado de medo. O controle sobre a mídia tem dividido nossa República em segmentos:

>Raça

>Religião

>Classe

>Afiliação Política

>Gênero

[armados]

Quando uma cidadania é/está dividida eles não têm poder 'coletivo'.

Quando uma cidadania não tem poder 'coletivo', eles não controlam mais as alavancas que os governam.

[alavancas/sistemas de controle]

[ilusão de democracia]

Q (QANON, 2020, nº 3838).

Qual o benefício primordial de se manter o público em histeria em massa re: COVID-19?

Considere votar.

Você já está desperto?

Q (QANON, 2020, nº 3913).

Por que eles o querem trancafiado? Por que eles querem que você entre em pânico? POR QUE ELES QUEREM QUE VOCÊ VIVA EM MEDO Por que a mídia está banindo qualquer um que desafia a narrativa da covid-19? ISSO TEM TUDO A VER COM A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL. QUEM MAIS SE BENEFICIA? Pensamento lógico. Todas as táticas aplicadas. Vencer por qualquer meio necessário.

Q (QANON, 2020, nº 4003).

A fim de perceber os efeitos de sentidos potencializados nas sequências enunciativas por nós contempladas, faz-se primordial destacar o uso de signos com realce em caixa alta. Assim, sob lentes bakhtinianas, é possível observar que o uso deste recurso é constitutivo da arquitetônica deste projeto enunciativo, pois, possivelmente, os locutores buscaram projetar, por meio destes termos sobrelevados, uma ênfase bastante valorativa.

Se todo enunciado é direcionado a um outro, pode-se asseverar que a organização endereça sua voz à mídia que, por sua vez, responsabilizar-se-ia pela segregação populacional mediante categorias de raça, de religião, de classe, de afiliação política e de gênero. Atrelado a esse posicionamento, a Q acusa-a de promover histeria na população estadunidense e de censurar quem se oponha ao seu horizonte valorativo. A liberdade dos órgãos de imprensa é ferrenhamente golpeada por esta organização, uma vez que o povo seria um todo homogêneo e unitário comandado por um líder carismático. Com efeito, a nação perderia o poder da coletividade para atender aos seus anseios⁶.

6 Referente a isso, o pesquisador e economista Jeffrey Tucker (2019, p. 33) lembra que

Do ponto de vista de sua expressividade, os enunciados propagandas apreendem e integram à sua sintaxe enunciativa temas cotidianos, como o evento pandêmico da “covid-19”, apagando suas fronteiras no sentido de enfraquecer os limites do enunciado e “[...] penetra[r] no discurso alheio com suas entonações, humor, ironia, amor ou ódio, enlevo ou desprezo” (VOLOCHÍNOV, 2018, p. 258), justapondo sua voz condenatória ao fictício conluio do setor midiático⁷ controlado pelo Estado Profundo⁸.

Pessoas usadas como peões na tentativa deles de [acobertarem] eleição pelos correios? É sobre o vírus OU A ELEIÇÃO? É sobre o vírus OU O AUXÍLIO ECONÔMICO AOS ESTADOS? Perda de Liberdades Civis? Perda de Direitos Constitucionais? Bem-vindo ao partido [D]. Pessoas adormecidas aceitam o que contam a elas. Intervenção iminente no DOJ?
Q (QANON, 2020, nº 4219).

Se somente Instituições e a sociedade civil podem frear a ascensão da extrema-direita, eis que, no dia 6 de janeiro de 2021, o Capitólio dos EUA, baluarte do Poder Legislativo Federal, é invadido por várias organizações populistas popular-nacionalistas neofascistas⁹ para a ilusória salvação nacional. Apesar de o mundo ter sobrelevado Jake Angeli¹⁰, o homem búfalo das tatuagens vikings, pouco se discutiu que, no dia 20 de maio de 2020, a Q sugeriu uma invasão do Departamento de Justiça. A sanha desta organização é tal que, nas enfáticas palavras de Tucker (2019, p. 43), “Eles [extrema-direita] imaginam que, com suas marchas, bandeiras, uniformes, *slogans*, hinos, gritos e armas, provocarão uma mudança histórica em seu favor e contra aqueles que odeiam”. Apreendendo e integrando o discurso alheio, tal

“Eles [extrema-direita] reclamam do controle da mídia e da academia pela esquerda, mas não têm interesse em permitir o máximo de liberdade pessoal e econômica, e sim em restringir a liberdade em nome da nação, do Estado, dos laços de sangue, terra, trono e altar”.

7 Aliás, Procházka e Blommaert (2019) preceituam que, para a Q, o setor midiático, além de participar do Estado Profundo, seria abertamente anti-Trump e, nesse contexto, todas as suas notícias seriam falsas.

8 O Estado Profundo, que serviria aos interesses das elites contra o povo, teria como sua força motriz o Ex-Presidente Barack Obama, Hilary Clinton, George Soros e a grande mídia (PROCHÁZKA, BLOMMAERT, 2019).

9 Tais quais a Q, *Three Percenters*, *Proud Boys*, *Oath Keepers* e *Confederates*.

10 Esse sujeito participa da organização Q e, politicamente, sua encenação é fundamental para o populismo, porque, enquanto estilo de política, é extremamente inflamado e, portanto, não hesita em “[...] recorrer a estilos e formas de comportamento que assustam, chocam e estabelecem confrontação” (TORMEY, 2019, p. 47). Ao revés de propagandear tal organização, o setor midiático poderia ter notado que, naquela tentativa de golpe, o mundo cibernético foi fulcral para o recrutamento de novos membros.

como “Perda de Liberdades Civis” e “Perda de Direitos Constitucionais” do povo, a Q passa a atacar polemicamente o Departamento de Justiça dos EUA, que, em um jogo de reflexos e refrações ideológicas, estaria em conluio com o partido democrata ou, para permanecer fidedigno ao enunciado, com o partido [D]⁵⁶.

SE A AMÉRICA CAI, O MUNDO CAI.
UNIDOS FICAMOS DE PÉ!
QUE DEUS ABENÇÕE A TODOS VOCÊS.
Q + (QANON, 2018, nº 2039).

Orando pelo POTUS, equipe Q e todos os patriotas. Deus é maior (QANON, 2019, nº 3547).

Deus o abençoe POTUS e Q! Você salvou nossa nação e o futuro de nossos filhos.

Somos todos iguais nesta luta. Nenhuma pessoa está acima da outra. “Revesti-vos de toda a armadura de Deus, para que possais estar firmes contra as astutas ciladas do diabo.”

Deus o abençoe.

Unidos nós resistimos.

Q (QANON, 2019, nº 3683).

O POTUS (*President of the United States*) refere-se a Donald Trump¹³ e, enquanto líder carismático, conforme ao que preceitua Tormey (2019, p. 44), “[...] promete a redenção, a terra prometida, a salvação da crise, o populismo tende a ser um estilo mais pessoal de política, apesar da ‘presidencialização’ da política que se

11 No dia 13 de novembro, a Q defendeu, em sua rede, que “nada poderia parar o que estava por vir”.

12 Para Procházka e Blommaert (2019), conforme dita a Q, tanto o Departamento de Justiça quanto o FBI e a CIA seriam extensões do poder do Ex-Presidente Barack Obama, líder do Estado Profundo.

13 O extremismo da Q começou em 2017, o que evidencia uma fusão de valores com o discurso de Trump, o messias político, com suas propostas redentoras, que, durante o pleito eleitoral de 2016, reclamava a respeito do “[...] estado do país, de como ele está sendo invadido por parasitas e criminosos e de como a ordem está sendo violada por toda parte” (TUCKER, 2019, p. 68). Ele era o candidato contrário à autoridade estabelecida. Naquela oportunidade, foi “[...] como uma sessão espírita com um daqueles ditadores poderosos do entreguerras que inspiraram multidões, arruinaram países inteiros e tiveram mortes horríveis” (TUCKER, 2019, p. 76). Aliás, o economista lembra que Trump é “[...] o único a falar assim, ele pode contar com o apoio dos piores elementos da vida norte-americana [...]”, justamente porque “[...] ele tem o campo só para si, e pode contar com o apoio daqueles que pensam igual a ele para causar controvérsias” (TUCKER, 2019, p. 77).

pode perceber na corrente principal dessa política, assim como em suas margens”. A ele, desferir-se-iam ataques por parte da oposição ilegítima que, sob o jugo de um Estado Profundo, atravancaria o mandato presidencial. Além dessa liderança messiânica e autoritária, miticamente responsável por salvar a herança de sangue do patriotismo, a voz do divino e do diabólico instalam-se e bipolarizam-se no discurso da Q para, de um lado, legitimar e inspirar seus atos discursivos e sociais e, de outro, demonizar a concorrência política.

A História se repete (hoje)

RE: GUERRA IRREGULAR

RE: TÁTICAS APLICADAS CONTRA A AMÉRICA

Compare e Contraste

Então versus Agora

Então: métodos de intimidação violenta aplicados pela SA

Agora: métodos de intimidação violenta aplicados pela Antifa?

Agora: batalhas raivosas pelas ruas [queima de livros, da bandeira, destruição, ódio, sentimento anti-polícia, etc]

Agora: batalhas raivosas pelas ruas controladas por simpatizantes do partido [D]

Então: ataques físicos a adversários políticos

Então: intimidação de eleitores em eleições Nacionais e locais

Agora: intimidação de eleitores em eleições Nacionais e locais [chegando em 3 de novembro]

Então: plataforma antifascista projetada. realidade: conformidade/obediência a táticas de braço forte aplicadas para silenciar visões opostas.

Agora: plataforma antifascista projetada. realidade: conformidade/obediência a táticas de braço forte aplicadas para silenciar visões opostas?

Então: plataforma radical anticapitalista (socialismo)

Agora: incitação de plataforma radical anticapitalista (socialismo)

Então: forçar destruição econômica ao recrutar [divisão] tática (sic) para controlar a taxa de alistamento

Agora: governadores/prefeitos do partido democrata - fechamento força dificuldades econômicas [COVID-19]

Agora: governadores/prefeitos do partido democrata emitiram [mandatos de soltura não deliberados em 24 horas] descontrolados para baderneiros Antifa presos [violência urbana – controle de quarteirões]

Soltura de criminosos violentos [muitos milhares] de prisões com a desculpa da COVID-19 por governadores/prefeitos [D]

Uso de propaganda pela Alemanha Nazista

Uso de propaganda pela MSDNC/Mídias Sociais (controle da narrativa – exterminar mensagem oposta (censura-matar)

Histórico de Soros

Ataque à América

Pergunte-se por que lideranças do partido democrata se recusam a condenar a violência?

Pergunte-se por que lideranças do partido democrata se recusam a buscar uma república unificada?

NUNCA FOI SOBRE O VÍRUS E SEMPRE SOBRE A ELEIÇÃO

O partido Nazista foi realmente destruído (erradicado)?

A crença prosseguiu [reaplicada]?

Contexto do Soros?

Q (QANON, 2020, nº 4635).

Os signos “então” e “agora” engendram uma imbricação de reflexos e refrações na linguagem que representam ideologicamente uma associação semântica de esquerdistas (antifascistas, comunistas, socialistas, democratas) com a SA (grupo paramilitar que participou do regime hitlerista de expurgo racial e político) de modo a condená-los e retirá-los da esteira democrática. Com vistas a corroborar essa perspectiva, essa organização acusa os seus concorrentes de queimar livros e bandeiras, ódio, antipolítica, intimidação de eleitores, destruição econômica e agressões físicas. O ponto de vista mostrado está relacionado com aquela interpretação de que existe um conluio social e político, sob as ordens de um Estado Profundo, que lesaria o mandato presidencial. É por esse motivo que várias organizações, não só a Q, invadiram a sessão solene na e pela qual se reconheceu a vitória eleitoral de Joe Biden.

Pensando nas relações dialógicas, entrelaçadas fraternalmente nos enunciados analisados por nós, sintetizamos o horizonte de valores bipolares da Q:

- a) Teologia política constituída sob a graça de um político redentor e carismático, Donald Trump, que seria responsável por salvar as heranças sanguíneas de patriotas. Esse herói, a personificação do povo, teria tido seu mandato presidencial lesado pelo Estado Profundo;
- b) Aversão ao setor midiático na medida em que promoveria uma política anti-Trump. Além de ficticiamente segregar a população estadunidense, todas as suas notícias seriam falsas.

Este, não se pode esquecer, seria controlado pelo Estado paralelo;

- c) Intolerância com a oposição política, composta por antifascistas, socialistas, comunistas e democratas, que representaria uma força do mal nos EUA. Essa oposição não seria legítima para a esteira democrática, dado que seus atos sociais e discursivos comparar-se-iam aos da SA nazista;
- d) Repúdio ao partido democrata que manifestaria, sob as ordens de um Estado Profundo, um conluio, com o apoio de outros setores da sociedade, para prejudicar o mandato do POTUS; e
- e) Ódio às instituições de Estado como o Capitólio, CIA e Departamento de Justiça com foco no FBI, já que fariam parte do Estado Profundo.

CONSIDERAÇÕES (NÃO TÃO) FINAIS

Se, nos EUA, um complô de organizações neofascistas invadiu, sob o sorriso amarelado de seu líder autoritário, Donald Trump, o Capitólio, baluarte do Poder Legislativo Federal, o que poderia impedir que os neofascistas brasileiros, ativamente apreendendo esse movimento discursivo propagandista, reoriente-lo para ameaçar e invadir o Palácio do Congresso Nacional ou mesmo o Supremo Tribunal Federal? É justamente por isso que esta pesquisa, redigida por autorias comprometidas com a luta contra o autoritarismo nacional e internacional, discutiu, dialogicamente, os reflexos e as refrações semânticas dos signos ideológicos mobilizados em articulação com perspectivas neofascistas. Além disso, exploramos as recorrências temáticas e estilístico-composicionais do discurso da organização Q as quais, ao nosso compreender, foram fulcrais para revestir discursos alheios com seu viés neofascista.

Denunciamos, no decorrer de nossa investigação, a organização Q à *Safernet* por crime contra a vida, porque, com sua posição axiologicamente tirânica, antidemocrática e conspiracionista, incita violência contra jornalistas, políticos esquerdistas (antifascistas, socialistas, comunistas, democratas) e instituições de Estado, uma vez que existiria um conluio sob as ordens de um Estado Profundo nos EUA. Evidenciamos que esse discurso virtual da organização serve para recrutar novos membros com um horizonte de valores similar e mostrar que seus atos discursivos e sociais são legitimados e inspirados pelo seu líder carismático, dado que, na invasão do Capitólio, nada mais foi feito senão seguir as orientações de Donald Trump.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução: Paulo Bezerra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I: a estilística**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.

GRILLO, Sheila. Marxismo e filosofia da linguagem: uma resposta à ciência da linguagem do século XIX e início do XX. Prefácio. In: VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

PROCHÁZKA, Ondřej; BLOMMAERT, Jan. **Ergoic framing in New Right online groups: Q, the MAGA kid, and the Deep State theory**. Tilburg: Tilburg University, 2019.

TORMEY, Simon. **Populismo: uma breve introdução**. São Paulo: Cultrix, 2019.

TUCKER, Jeffrey. **Coletivismo de direita: a outra ameaça à liberdade**. São Paulo: LVM Editora, 2019.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Sheilla Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

**FONTES ORAIS RESGATANDO O
COTIDIANO DE UM COLÉGIO
INTERNO NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

ROSEMERY A. C. MARINHO¹

1 Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de União da Vitória, membro do GPPRAX. Mestranda do PPGEB – Uniarp Campus de Caçador SC.

INTRODUÇÃO

O Colégio São José (Porto União – SC) iniciou suas atividades como Escola Paroquial, em 1932, sob a ação da Igreja Católica local que estava sob a supervisão dos frades alemães da Ordem dos Franciscanos Menores (OFM) apoiados pelo Bispo da Diocese da cidade de Lajes (SC), Dom Daniel Hostin. Anterior a isso existiu na cidade uma escola alemã que acolhia estudantes católicos e luteranos, porém os alunos católicos desmembraram-se desta e passaram a frequentar a Escola Paroquial. Em 1932, Frei Clemente e Frei Guilherme, fundaram a Escola Paroquial São José, que teria ainda a função de internato. A instituição foi criada para que os pais católicos pudessem enviar seus filhos para serem educados de acordo com a religião a que pertenciam. A inauguração ocorreu em 15 de fevereiro de 1932, contando com 47 alunos matriculados. A mesma funcionava em forma bisseriada: 1ª e 2ª série do ensino primário em uma sala, 3ª e 4ª série em outra. Seus primeiros professores foram também seus fundadores: Frei Clemente e Frei Guilherme, contando com o apoio de dois professores leigos: Pedro Weinand e Aleixo Schmidt os quais ministravam todas as matérias (MELO JÚNIOR, 1993). O colégio está em funcionamento até a atualidade, ofertando a Educação Básica.

A escola em estudo possui um acervo documental organizado e, no tempo atual, ainda conta com ex-alunos e ex-professores que mantêm preservada a memória, capaz de contribuir com fatos históricos sobre a instituição. A investigação² teve por objetivo resgatar parte da história do cotidiano escolar da instituição por meio de fontes orais, apoiada pelo registro de fontes primárias existentes no acervo da escola, demonstrando a importância da utilização da história e memória oral para a construção da história da educação.

Justificou-se o estudo pelo fato de, na maioria das vezes, a história de uma instituição ser construída de forma linear, com base em documentos, sem estar rela-

2 Esta pesquisa teve como ponto de partida o Núcleo de Catalogação, Estudos e Pesquisas em História da Educação (NUCATHÉ) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de União da Vitória, do qual fiz parte como pesquisadora de Iniciação Científica. O trabalho de catalogação de documentos históricos junto ao acervo do Colégio São José despertou interesse em pesquisar história e memória oral a fim de contribuir com o histórico da instituição, tendo em vista que nas listas dos estudantes contidas no acervo, encontravam-se ainda sujeitos vivos e plenamente lúcidos que poderiam contribuir.

cionada com os seus atores, ou seja, alunos e professores participantes das experiências vividas.

A pesquisa utiliza da linha teórica da história cultural e se apoia em autores que buscam a história e memória oral como subsídio para a reconstrução da história da educação. O texto apresenta, no primeiro momento, algumas considerações sobre a história e memória oral em seus diversos aspectos, e num segundo momento expõe as entrevistas realizadas com ex-professores e ex-alunos da instituição objeto de estudo, através de entrevistas transcritas posteriormente.

DESENVOLVIMENTO

História e Memória Oral: Fragmentos do Pensamento que Auxiliam na Reconstrução de uma Nova História

A memória

A memória de um povo, de uma sociedade, enfim, torna-se conhecida pelos demais através de documentos. Estes antes de serem transcritos, foram divulgados oralmente de geração em geração, um ato muito venerado pelos ancestrais, visto que eram a única fonte de transmissão de seus costumes e de suas crenças.

Com o surgimento da escrita veio, então, outra forma de memória: a ligada a escrita. Depois de várias tentativas em diferentes materiais, surgiu o papiro, pergaminho e o papel. Com o advento da escrita tornou-se possível o registro de fatos o que culminou na memória coletiva, onde o indivíduo perpetua suas ações juntamente com seus iguais. Segundo Leroi-Gourhan (*apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 420) “a história da memória coletiva pode dividir-se em períodos: o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação eletrônica”.

Uma das formas de memória também utilizada na antiguidade foi o canto, exemplo disso está em: A Ilíade e a Odisséia, ambos transmitidos em forma de cantos o que atribui a memória mais liberdade e mais possibilidades criativas. A memória, já dizia Pitágoras: “é o antídoto do esquecimento”, sendo assim, na aprendizagem pi-

tagórica os exercícios da memória ocupavam papel importantíssimo (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 424).

As gerações contemporâneas sabem dos fatos antigos graças aos manuscritos que se perpetuaram, e ainda através de outra fonte muito importante já da atualidade: a fotografia, que revolucionou a memória por sua veracidade na expressão visual, permitindo guardar a memória do tempo e observar a sua evolução (LE GOFF, 2003).

A história oral, portanto, torna-se uma possível fonte histórica, merecedora de credibilidade independente de ter maior ou menor valor histórico do que as fontes escritas. O ponto de partida fundamenta-se no advento do movimento dos Annales (1929-1969) que rompe com a historiografia tradicional e se lança para diferentes abordagens históricas.

A história oral é considerada como fonte de identidade de um povo, capaz de retratar as realidades, as vivências e os modos de vida de uma comunidade em cada tempo e nas suas mais variadas sociabilidades. Esse tipo de fonte não só permite a inserção do indivíduo, mas o resgata como sujeito no processo histórico produtor de histórias e feitos de seu tempo.

Após o movimento dos Annales (mais tarde denominado de Nova História) a abordagem histórica passa a redimensionar conceitos, novos objetos, novos problemas e novos métodos. A partir desse movimento, a pesquisa histórica ganha uma ampla abrangência exigindo, por sua vez, pesquisas mais densas e investigações mais amplas e aprofundadas abarcando um universo maior dos diversos tipos de fontes.

A utilização da história e memória oral consiste numa metodologia que realiza entrevistas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história. Começou a ser utilizada nos anos 1950, após a invenção do gravador, nos Estados Unidos, na Europa e no México, e desde então difundiu-se enormemente. Ganhou gradativamente mais adeptos entre os antropólogos, cientistas, políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros.

Tudo o que se sabe da existência do homem e mesmo o que permeia a sua vida perpassa o tempo e o envolve através da memória e principalmente, através da memória oral. A partir da escrita a oralidade passou a ser registrada desencadeando a memória coletiva. Essas memórias coletivas e/ou individualizadas se entrelaçam formando uma realidade coletiva que desde os primórdios vem se aperfeiçoando através dos tempos.

De acordo com Arendt (1987 *apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005):

E esse pensar alimentado pelo presente, trabalha com os fragmentos do pensamento que consegue extorquir do passado e reunir sobre si. Como um pescador de pérolas que desce ao fundo do mar, não para escavar e trazer à luz, mais para extrair o rico e o estranho, as pérolas e o coral das profundezas e trazê-los à superfície. Esse pensar sonda as profundezas do passado – [...] O que guia esse pensamento é a convicção de que, embora vivo, esteja sujeito a ruína do tempo. O processo de decadência é ao mesmo tempo um processo de cristalização que nas profundezas do mar onde afunda e se dissolve aquilo que um dia era vivo, algumas coisas “sofrem uma transformação marinha” e sobrevivem em formas e contornos cristalizados que se mantém imunes aos elementos como se apenas esperassem o pescador de pérolas que um dia descera até elas e as trará ao mundo dos vivos — como fragmentos do pensamento (ARENDR, 1987 *apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 416).

Ao refletir-se sobre o pensamento de Arendt (1987) é possível perceber que sempre há preciosidades ocultas no passado a serem resgatadas em função de se compreender melhor o presente e aperfeiçoar o futuro.

A memória oral é, dessa forma, valorizada nessa perspectiva de deixar às futuras gerações pérolas que lhes sirvam de subsídio ao seu pleno desenvolvimento social. Arendt (1987 *apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005) afirma ainda que:

A memória é uma espécie de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções/ sensações, objetos, sons e silêncio, aromas e sabores, texturas, formas. Movemos tudo isso incessantemente e a cada movimento do caleidoscópio a imagem é diversa, não se repete, há infinitas combinações, assim como, a cada presente, ressignificamos nossa vida. [...] pois é isso a memória, os atos de lembrar e esquecer a partir das evocações do presente. (ARENDR, 1987, *apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 420).

Certas músicas que se ouve remetem, por vezes, a lugares antigamente visitados, ou mesmo trazem sensações que há tempos permaneciam adormecidas. O mesmo ocorre com alguns perfumes e até sabores, o que se chama de sabores da infância, isso e muito mais como se percebe na citação acima mencionada, a memória com vários direcionamentos remonta às vivências nos vários aspectos: emocional, temporal. Ela é intrínseca ao indivíduo, o mesmo extrai suas memórias de suas vivências presentes, do que faz e como vê a si mesmo e o mundo (STEPHANOU; BASTOS, 2005).

Cada indivíduo tem sua forma de evocar lembranças, depende do seu contexto, assim sendo, há uma forma individualizada de perceber as lembranças; o mesmo evocador que transmite alegria a um, pode trazer tristezas a outro.

Thompson (*apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005) afirma que:

A memória voluntária ou involuntária emerge e transversaliza o tempo atribui identidades à história de uma vida a um passado coletivo; diante da dissipação do “quem sou eu”, a memória permite ancorar uma vida a seus percursos atualizando as identidades (THOMPSON *apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005 p. 420 - 421).

Muitos indagam como confiar em algo que é móvel e sujeito às emoções como a memória, quando se trata de algo a ser descoberto na íntegra. Stephanou e Bastos (2005) questionam sobre isso: “como confiar na memória se ela não é razão, é emoção e dialoga com a ficção? Como confiar na memória se ela é esquecimento e lembrança a um só tempo?” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 421). Essa e outras respostas as autoras pontuam como geradoras de novas perguntas para então encontrar as respostas. Surgem indagações (STEPHANOU; BASTOS, 2005):

Qual o efeito da ação do tempo sobre as memórias individuais e coletivas? Como um sujeito constrói o contexto de sua rememoração? Como a povoa de sinais, pessoas, gestos? Qual a oralidade própria de uma narrativa? O que encerra a narrativa em uma cultura essencialmente oral ou em uma cultura letrada, com problemas epistêmicos distintos, que supõe distintas operações mentais? (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 421).

De acordo com as autoras as evidências orais servem para preencher lacunas. A memória é vista como auxiliar das fontes escritas, consideradas mais importantes. É entendida como a presença do passado, é também uma representação

seletiva de um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas do indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional (ROUSSO, 1996 *apud* RANZI, 2001, p. 94). Assim a memória vem a ser um sentimento de identidade, individual ou coletiva, formando parte importante na continuidade e coerência de um indivíduo ou um grupo em sua reconstrução (RANZI, 2001).

Ranzi (2001, p. 32) afirma que “a memória é um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente, e a história uma representação do passado”. No entanto ambas evocam o passado. Segundo a autora as discussões e os trabalhos contemporâneos sobre o papel da memória sejam na história ou na educação afirmam que ela tem sido de grande contribuição para ambos os campos. A memória oral, através de conversas e evocações auxilia na produção de fontes para a história.

Nota-se nas palavras de Stephanou e Bastos (2005) a preocupação em que a memória esteja próxima da história, que esteja interligada e mereça a mesma atenção por parte do historiador.

Durkheim (*apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 424) afirma que “pelo estudo cuidadoso do passado é que poderemos conseguir antecipar o futuro e entender o presente”. Portanto, a melhor das escolhas pedagógicas está na história do ensino. As palavras de Durkheim levam a crer que para estudar cuidadosamente o passado, é necessário evocar a memória oral dos vividos, por meio de entrevistas, e mesmo outras fontes primárias como fotos, documentos, registros, jornais. Todo material coletado tem grande valia na antecipação do futuro e mesmo na compreensão do presente. Na busca de entender o presente o indivíduo necessita de evidências que apenas encontrará em relatos anteriores ao seu tempo ou em outras fontes já mencionadas.

François (1996 *apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005) relata que um relacionamento entre o historiador e o sujeito da história constitui uma chance importante para a história da educação, que pode vir suscitar nos entrevistados uma perspectiva emancipadora de redescoberta, de pertencimentos e identidades. De acordo com a autora, a memória não segue um texto linear, ela se impõe e traz registros ricos e estranhos, compostos de reminiscências e esquecimentos, “pérolas e corais, para compor fragmentos do pensamento, narrativa do tempo passado e presente” (FRAN-

ÇOIS *apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 423).

O futuro depende do presente bem como, compreender o presente pressupõe estudar e perscrutar o passado, atrás de pistas que remontam a vivência e venha dar sentido a realidade presente. Arendt (1987) propõe um estudo da memória com os “fragmentos do pensamento” que frente a sua riqueza o pesquisador se lance ao estranhamento, que não se deixe levar pelas emoções em lembranças da infância ou da juventude a fim de não permanecer em leituras conservadoras principalmente na educação.

Quando se fala da memória, de certa forma se remete à história, segundo Stephanou e Bastos (2005):

Por história estamos considerando um campo de produção de conhecimentos, que nutre de teorias explicativas e de fortes pistas, indícios, vestígios que auxiliam a compreender as ações humanas no tempo e no espaço. É um trabalho de pensamento que supõe o estranhamento da análise, da produção de argumentos que possam validar, no presente determinadas leituras da realidade passada, uma vez que, o conhecimento histórico é uma operação intelectual que se esforça por produzir determinadas inteligibilidades do passado e não sua cópia. (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 417).

A partir de análise minuciosa o historiador/pesquisador extrai pistas, marcas que se transformarão em dados de pesquisa e que levarão à leitura do passado. Auxiliando nessa perspectiva está a memória que o historiador utiliza como ferramenta para produzir leituras do passado do vivido e do experimentado pelos indivíduos.

Memória e história caminham juntas na reconstrução e ressignificação de algo vivido. Evocando a memória torna-se possível escrever ou reescrever a história por meio de relatos, leitura de documentos, observando vestígios deixados no tempo intercalando a teorias para a produção de uma nova história. De acordo com Le Goff (*apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 9):

A dialética da história parece resumir-se numa oposição ou num diálogo passado/presente (e ou/ presente/passado) em geral essa oposição não é neutra, mas subentende ou exprime um sistema de atribuição de valores, como por exemplo, nos pares antigo/moderno, progresso/reação. (LE GOFF *apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 9).

O historiador verifica o binômio: passado/presente, antigo/moderno, cuidadosamente e mesmo com estranhamento, procura desvendar os mistérios ocultos em relação ao tempo percorrido, as transformações ocorridas, verificando como ocorreu esse processo. Le Goff (2003, p. 9) afirma que: “a história é incapaz de prever e de predizer o futuro”, antes a história examina o passado buscando compreender os fatos a fim de melhorar a prática dos indivíduos envolvidos na história em diferentes durações históricas. A história é entendida atualmente como a história dos homens em sociedade, o que fez desenvolver a ciência histórica.

Na relação que existe entre o passado e o presente necessita-se acrescentar o futuro, “[...] uma das tarefas da ciência histórica consiste em introduzir, por outras vias que não a ideológica e respeitando a imprevisibilidade do futuro, o horizonte do futuro na sua reflexão” (ERDMANN, 1964; SCHULIM, 1973, *apud* LE GOFF, p. 26). Estando no presente, observa-se atentamente o passado com o intuito de melhorar o futuro, mesmo que sendo imprevisível, desta forma, o historiador levanta algumas hipóteses, percebendo o transcorrer da história para a expressar.

A história dos indivíduos na humanidade se produz através da oralidade da observação, dos relatos e escritos e se propaga na contemporaneidade de diversas maneiras, cada uma delas com seu valor peculiar, valores estes que por vezes só é percebido por pesquisadores que se interessam por sua história. Segundo (LE GOFF *apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 29) “a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros”. É essencial rever os princípios, a gênese; se faz necessário recomeçar para consertar. A história tem esse poder de retroceder através da memória, “o passado é atingido através do presente” (BLOCH *apud* LE GOFF, 2003, p.13). História se constrói de lembranças do passado, transmitidas oralmente, segundo Le Goff (*apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 445), “a oralidade continua ao lado da escrita, e a memória é um dos elementos constitutivos da literatura medieval”.

Na defesa da memória também se encontram psicólogos da criança, como Jean Piaget, dizendo que memória e inteligência apoiam-se mutuamente (LE GOFF, 2003, p. 454). Dessa forma, a memória torna-se uma ferramenta primordial à história, fornecendo-lhe subsídios na elaboração da escrita. O documento escrito nas pala-

vras de Le Goff (*apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 536) não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.

Sujeitos da Pesquisa: A Memória Auxiliando a Desvendar a História

Neste momento da pesquisa recorre-se a história e memória oral de alguns ex-alunos e ex-professores que fizeram a história do Colégio São José. As lembranças evocam um passado muitas vezes não descrito nos documentos, mas que fez parte do cotidiano deste colégio interno que abrigou meninos de localidades longínquas.

As histórias contadas por estes sujeitos resgatam, como diz Arendt (1987 *apud* STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 420), vivências, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções que não foram registradas nos documentos escritos, mas quando entrelaçadas com estes, produz uma nova história repleta de significados,

A história do Colégio São José iniciou juntamente com o crescimento e desenvolvimento da cidade de Porto União (SC), trazendo consigo a esperança aos pais católicos de educarem seus filhos à luz de seus costumes religiosos. Assim como os alunos vinham de localidades longínquas, também os professores vieram de outras regiões, como pode ser observado no relato da professora A (docente no Colégio São José no ano de 1945):

Meu pai estava doente e o médico disse que essa região era melhor pra ele, e ele veio parar aqui. Nós viemos da Paraíba [...] Eu cursava o ginásio em São Paulo, e para eu poder ingressar no curso de magistério, tive que voltar a São Paulo e fazer uma equiparação, somente depois é que eu pude frequentar as aulas do magistério. Depois comecei a trabalhar em Canoinhas (SC). Trabalhei no Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso (estabelecimento de ensino público localizado em frente ao Colégio São José) praticamente a minha vida inteira até me aposentar [...]. No ano de 1945 lecionei no Colégio São José, trabalhei com a 4ª série. Eu trabalhava pela manhã no Colégio São José e a tarde no Grupo, trabalhei por dois anos neste ritmo até que vieram os filhos. [...] me lembro que faltavam salas de aulas para o Grupo abrigar o Curso Normal Complementar, então o Colégio São José alugava algumas salas para o Grupo. [...] era muito ruim porque tínhamos que levar todo o material até lá (no Colégio São José), desde giz até mapas e outros materiais. (PROFESSORA A, 2011).

Este relato torna-se significativo, pois no acervo da instituição pesquisada não foram encontradas fontes que revelassem o aluguel de salas de aula ao Grupo Escolar nas proximidades. De acordo com Stephanou e Bastos (2005) as evidências orais servem para preencher lacunas. A memória é vista como auxiliar das fontes escritas.

No relato seguinte o Estudante A, atribui seu êxito profissional, aos estudos e esforços dos professores do Colégio São José. Lembra-se com clareza de seus colegas de sala e de seus mestres ilustres:

Eu estudei lá (no Colégio São José) em 1932, fui da primeira turma, estudei naquela escolinha antiga. Quem fundou primeiro foi Frei Clemente Tombosi, pároco de Porto União, e frei Guilherme era o professor de Religião e os professores Weinand e Schimidt davam todas as matérias. Cheguei ao colégio quando tinha em torno de 10 a 11 anos. Estudei de 1932 a 1938, a escola era só para meninos. (ESTUDANTE A, 2011).

A memória torna-se uma ferramenta primordial à história, fornecendo subsídios na elaboração da escrita. No fato relatado anteriormente foi possível resgatar o nome dos primeiros professores, as disciplinas que lecionavam, informações que se cruzam com a documentação encontrada, entretanto não apresentam tantos detalhes descritos pelo entrevistado. Segundo Magalhães (2004, p. 127) “as instituições educativas, como as pessoas, são portadoras de uma memória e de memórias”, entrelaçam os fatos e se constrói uma nova história, resgatando acontecimentos relatados pelos indivíduos.

A Professora B relata suas lembranças:

[...] Eu fiz a Escola Primária no Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso e a Escola Complementar (Porto União – SC). Depois fiz o Ginásio no Colégio Santos Anjos (Porto União – SC), fiz o Pré-Normal e o Normal, aí comecei lecionar no Curso Primário do Colégio São José. [...] eu trabalhei no primeiro ano do Colégio São José, substituí várias vezes no Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, fiquei lá todo tempo, fui concursada. Depois fui nomeada no Grupo Escolar Astolpho Macedo de Souza (União da Vitória – PR). Fui uma das fundadoras de lá. Mas, no ano de 1948 lecionei no Colégio São José, quando ainda era normalista do Colégio Santos Anjos [...]. Um dia me recordo que estava lecionando e chegou o Inspetor Escolar das Escolas Primárias e foi visitar a minha turma. Ele queria conversar com os alunos sobre a minha metodologia, entretanto não podia fazer isso na minha presença, como desculpa solicitou que gostaria de verificar os cadernos de aula dos alunos, e os cadernos ficavam numa sala lá no final do corredor. Então tive que ir bus-

cá-los. Enquanto isso ele ‘especulou’ os alunos sobre minha didática. Aquele dia o corredor ficou ainda mais longo. Quando retornei à sala eu estava trabalhando a circunferência e troquei alguns termos, porém logo percebi, e em seguida, retomei a explicação. O Inspetor não disse nada, saiu da sala. Mas, em outra oportunidade fiquei sabendo que fui elogiada no Colégio Santos Anjos, onde frequentava o magistério, pois ele disse que o mais importante era reconhecer o erro e recomeçar de forma correta. Isto foi um grande incentivo para minha carreira. (PROFESSORA B, 2011).

Neste relato torna-se possível verificar um fragmento da história do Colégio São José. Uma história de vida profissional permeada por vários elementos: o rigor disciplinar, as visitas frequentes dos inspetores escolares, a metodologia empregada, a presença do inspetor observando, avaliando, ensinando os professores a lecionarem, a distribuição do material — cadernos de casa, cadernos de aula —, o espaço físico da instituição, com amplos e longos corredores, etc. É desta forma que a história se constrói de lembranças do passado, transmitidas oralmente.

O Estudante B realiza o seu relato:

[...] adaptaram os escoteiros com as aulas de Educação Física tinha uniformes e tudo. A gente desfilava na Avenida Getúlio Vargas. A banda era formada pelos alunos, os freis só davam instruções, desfilávamos 7 de setembro e mais tarde também em 5 de setembro. Tinha aula no sábado, havia primeiro a hora cívica e depois a aula, todo sábado. Começava por volta das 8 horas da manhã até o meio dia. Eu, como interno, almoçava e depois tinha recreação, tinha campo de futebol [...] a gente tomava banho todo dia no chuveiro, depois do banho, não lembro bem se a gente estudava ou já era hora do jantar. (ESTUDANTE B, 2011).

Essas entrevistas auxiliam a compreender o cotidiano escolar do Colégio São José. Ouvindo as declarações dos entrevistados, verifica-se a importância dessa instituição. A eficácia da memória na lembrança dos fatos, na evocação do vivido no passado e sob o apoio de material iconográfico, contribuem para a veracidade dos fatos.

O Estudante C, colabora com o seguinte relato:

[...] saí do Colégio Santos Anjos (Porto União – SC), fui para o Colégio São José, cursar o 1º Ano Primário. Nasci em 18 de maio de 1934, fui para o Colégio São José em 1940 mais ou menos. Fiz lá o primário até a quarta série. Para entrar no Ginásio tinha que fazer um vestibularzinho [...]. Foi “puxado” no começo com as disciplinas. Na frente da escola tinha uma piscina; havia

também o internato dos rapazes. No dia de missa assistíamos a “santa saída” e a gente driblava as freiras e trocava bilhetes com as educandas internas do Colégio Santos Anjos (colégio interno feminino da cidade de Porto União – SC). [...] eu era externo, sou nascido aqui em Porto União. Nós tínhamos um time de futebol era o “São José”; em 1950 ganhamos de 4 a 1 do Ginásio Túlio de França [...]. No dia 7 de Setembro tinha desfile [...]. O São José era um Colégio de nome, estudei o jardim na Escola Alemã depois fiz novamente o Jardim no Santos Anjos e em seguida fui transferido para o Colégio São José [...]. Tinha livros, era obrigado a comprar, quem vendia era o próprio Colégio; tinha uma biblioteca lá embaixo. Frei Pacômio era o tesoureiro da Escola [...]. Tinha oração não tão frequente. Havia aula de Ensino Religioso, o professor era o Frei Pacômio [...]. O colégio já tinha uma banda, só tambores e mais nada, ensaiavam na própria instituição, no campo de futebol, e depois, o mais longo ensaio, para os desfiles, ia até o cemitério de Porto União. Cantava-se o Hino Nacional todos os sábados. Já tinha o Hino do Colégio. Esporte tinha basquete, vôlei e futebol. Havia corrida de distância, 100 metros, arremesso de peso, salto em altura. (ESTUDANTE C, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os relatos remontam, entrelaçam, uma história que se verificou primeiramente em fontes primárias, documentos encontrados em caixas e que se transformam em vida nos lábios desses ex-alunos que orgulhosos apresentam fotos comprovando sua fala e vivência. Magalhães (2004, p. 116) diz que “a influência da instituição educativa vai para além dos seus muros e difere-se do tempo, seja pelas transformações de caráter material, seja especificamente como representação, referência e memória dos indivíduos e dos grupos”.

Através destas entrevistas verifica-se que o conteúdo escolar foi significativo para formar e educar estes alunos, entretanto importante foi o currículo oculto, revelado nas memórias destes, pois conforme descreve Magalhães (2004), se tornaram importantes por ir além e contribuir com a formação do caráter dos educandos que passaram pela instituição.

CONCLUSÃO

Com relação aos depoimentos orais, os historiadores tradicionais alegam que esse tipo de fonte deve ser considerado subjetivo por se nutrir da memória individual que, segundo eles, às vezes, pode ser falível e fantasiosa. Outros autores rebatem

argumentando que em história oral o entrevistado deve ser considerado, ele próprio, um agente histórico e sua visão acerca de sua própria experiência e dos acontecimentos sociais, dos quais participou, necessitam ser resgatados. Com relação à subjetividade, ela está presente em todas as fontes históricas, sejam orais, escritas ou visuais. O que é relevante em história oral é saber porque o entrevistado foi seletivo ou omissivo, pois, esta seletividade também tem o seu significado.

Considerar a história oral como fonte de menor valor ou questionar sua validade parece não ser coerente com o ofício do historiador. Todavia, o pesquisador não poderá, por outro lado, se valer somente das fontes orais e, às cegas, classificá-las como prioritárias e inverter a situação com relação à hierarquização dessas fontes, fazendo o que antes era feito pelos historiadores tradicionais com as fontes escritas. É preciso cautela e perceber certos limites no uso dessas fontes.

É importante que o pesquisador não trilhe pela supervalorização metodológica das fontes orais, assim como também não se deve fazer com outros tipos de fontes. O interessante ao trabalho do historiador é perceber onde são cabíveis os diversos recursos ou fontes na sua investigação-pesquisa. A maleabilidade na utilização das fontes e os diversos tipos procedimentais, ao explorá-las, proporcionarão um trabalho científico de maior conjectura e de fundamentação teórico-metodológica mais sustentável.

A utilização da história oral como fonte de pesquisa, no complemento, justificação e como recurso alternativo não só enriquece o trabalho de pesquisa, mas também valoriza os 'atores sociais' como indivíduos sujeitos-agentes de sua própria história.

Seguindo a tendência da 'Nova História', a história precisa ser abordada a partir das várias fontes possíveis e sob múltiplas vertentes, como: a história das mentalidades, dos vencidos ou esquecidos, do cotidiano, das experiências individuais, enfim, de todos os ângulos possíveis e plausíveis, pois, somente assim, rompe-se com a linha dogmática e elitista, defendida pela tradicional historiografia. É por uma história de visão pluralista, baseada no campo multifacetado de fontes, que o historiador precisa pautar seu trabalho.

O rol de abordagens de novos objetos, novos problemas e novos procedimentos metodológicos faz com que a história necessite de fontes escritas, orais e visuais, para adentrar a essência da verdade dos fatos.

O movimento de análise das fontes orais permite ao historiador perceber as construções e desconstruções de seu objeto pesquisado. É com esse movimento analítico que o historiador procura novos rumos e enfoques com registros múltiplos da memória, os quais, lhe servirão de comprovação das fontes escritas pelas fontes orais e vice-versa visando a veracidade das informações.

Por meio de uma análise da memória oral, torna-se possível compreender o passado e até mesmo reconstruir o presente. A história cresce na medida em que se utiliza da memória, e é esse resgate que a pesquisa buscou, ou seja, por meio de relatos de ex-professores e ex-alunos contribuir com a história do cotidiano escolar dessa respeitosa instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Homens em Tempos Sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ESTUDANTE A - **Entrevista** concedida a Rosemary A. C. Marinho. Porto União, 18 de junho de 2011. Gravação em Áudio.

ESTUDANTE B - **Entrevista** concedida a Rosemary A. C. Marinho. Porto União, 22 de novembro de 2011.

ESTUDANTE C - **Entrevista** concedida a Rosemary A. C. Marinho. Porto União, 15 de abril de 2012. Gravação em Áudio.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Tradução Bernardo Leitão et al Campinas; São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MELO JUNIOR, Cordovan Frederico. **História do Colégio São José**. Porto União, Santa Catarina: Uniporto, 1993.

PROFESSORA A - **Entrevista** concedida a Rosemary A. C. Marinho. Porto União, 18

de junho de 2011. Gravação em Áudio.

PROFESSORA B - **Entrevista** concedida a Rosemary A. C. Marinho. Porto União, 8 de setembro de 2011. Gravação em Áudio.

RANZI, Sirlei Maria Fischer. Fontes Oraís, História e Saber Escolar. In. **Educar em Revista**. Curitiba: UFPR, 2001. n.18. p. 29 - 42.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. História, Memória e História da Educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2005. 3v. p. 416-429.

THOMPSON, E. Paul. **A Voz do Passado** — História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

JANETE WEBLER CANCELIER

Pós-doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2021). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2018), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007). Especialização em Docência para o Ensino Superior em Geografia pela UNOCHAPECÓ (2005). Graduação em Geografia - Licenciatura pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (2003), graduação em Geografia - Bacharelado pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (2007). Atualmente é professora Formadora UAB/CAPES da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Curso de Licenciatura em Educação do Campo e professora do Colégio Pallotti. Participa do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET) e do Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais. Tem interesse nas áreas de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino, formação de professores, meio ambiente, agricultura familiar, geografia agrária e educação do campo.

HELENA MARIA BELING

Possui Graduação em Geografia Licenciatura (2014) e Mestrado em Geografia (2017) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) pela mesma instituição. Participa do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET) desde o ano de 2012. Tem experiência e atua na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana. Atuando, principalmente, nos temas da Geografia Agrária e Educação do Campo.

MARIELEN PRISCILA KAUFMANN

Possui graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria (2011) e mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (2014), atuando principalmente nos seguintes temas: agrobiodiversidade, Agroecologia, Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural Sustentável. Atualmente participa do Grupo de Pesquisa Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Prof. José Antônio Costabeber e do Núcleo de Estudos e Centro Vocacional Tecnológico Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade, sediado na UFSM.

ARCO EDITORES



www.arcoeditores.com



[@arcoeditores](https://www.facebook.com/arcoeditores)



[/arcoeditores](https://www.instagram.com/arcoeditores)



contato@arcoeditores.com

ISBN: 978-65-994894-0-2

BR



9 786599 489402